

Diário Oficial



ANO LXXXVI - 128º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

LEIS E DECRETOS

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.



DECRETO Nº 17.075 de 29 de MARÇO de 2017

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 29 de MARÇO de 2017

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 1.348.366,00 em favor dos órgãos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 6.936, de 30 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Secretaria do Turismo e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 1.348.366,00 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e seis reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019. Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.075 de 29 / 03 / 2017 publicado no D.O.E. nº de / / 2017

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
30101.04.122.0090.2351	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL AS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL VINCULADOS À SASC	FO	3.3.90.39	100	10013	45.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	100	10155	403.366,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.50.41	100	10030	170.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.90.39	100	10075	730.000,00
TOTAL						1.348.366,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17.075 de 29 / 03 / 2017 publicado no D.O.E. nº de / / 2017

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
45101.04.122.0021.1054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.50.41	100	10126	300.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.50.41	100	10132	150.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.40.41	100	10027	500.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.50.41	100	10075	195.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	4.4.90.51	100	10157	403.366,00
TOTAL						1.348.366,00

Diário Oficial

2



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60



DECRETO Nº 17.076 de 29 de Março de 2017

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 150.000,00 em favor dos órgãos que especifica.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 29 de Março de 2017


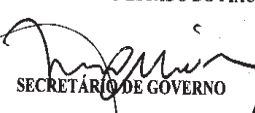

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 6.936, de 30 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria do Turismo e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.


GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.076 de 29 /03 /2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017 R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	100	E0000	50.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.90.39	100	E0000	100.000,00
TOTAL						150.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17.076 de 29 /03 /2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017 R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
19101.04.121.0001.2333	SUPORTE NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E PRODUTIVOS	FO	4.4.50.41	100	E0000	150.000,00
TOTAL						150.000,00



DECRETO Nº 17.074 de 29 de Março de 2017

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 6.861.957,00 em favor dos órgãos que especifica.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 29 de Março de 2017


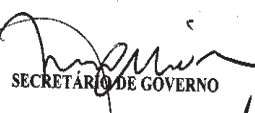

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 6.936, de 30 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Coordenadoria de Desenvolvimento e Lazer, Secretaria da Educação, Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI, Fundação Rádio E TV Educativa do Piauí, X - Coordenação Regional de Saúde - Floriano, Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A - EMGERPI, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Secretaria das Cidades, Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH, Secretaria do Turismo e Secretaria de Defesa Civil, no valor de R\$ 6.861.957,00 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.


GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

3

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.077 de 29/03/2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017

RS1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
11116.04.813.0013.2149	ADMINISTRAÇÃO DA POTY CABANA	FO	3.3.90.37	100	E0000	389.957,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.14	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.18	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.30	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.33	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.35	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.36	117	E0000	150.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.39	117	E0000	200.000,00
14102.12.368.0025.2238	EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO	FO	3.3.90.47	117	E0000	50.000,00
14203.27.811.0013.1211	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS ESPORTIVOS NO ESTADO	FO	4.4.90.51	100	E0000	200.000,00
14204.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	100	E0000	154.000,00
17134.10.122.0003.2185	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA X - COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE - FLORIANO	SO	4.4.90.52	113	E0000	50.000,00
21205.16.482.0018.1154	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA	FO	3.3.90.39	100	E0000	50.000,00
28101.18.544.0017.1071	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	FO	3.3.90.14	110	E0000	50.000,00
28101.18.544.0017.1071	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	FO	3.3.90.30	110	E0000	50.000,00
28101.18.544.0017.1071	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	FO	3.3.90.39	110	E0000	50.000,00
45101.04.122.0021.1054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.90.39	100	E0000	652.000,00
45101.15.451.0021.1059	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO PARA FLEPÍPEDO.	FO	4.4.90.51	117	E0000	341.000,00
45202.16.482.0018.1082	EQUIPAR OS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA	FO	4.4.40.41	117	E0000	3.000.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.92	100	E0000	400.000,00
49101.06.182.0021.1693	EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO, APRIMORAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.51	110	E0000	75.000,00
TOTAL						6.861.957,00

Diário Oficial

4



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17077 de 29/03 /2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017 R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
11116.04.122.0090.2500	GESTÃO DE PESSOAS	FO	3.3.90.36	100	E0000	54.000,00
11116.15.813.0013.1213	CONSTRUÇÃO E MELHORIA INFRAESTRUTURA PARA LAZER, ESPORTE E ÁREA SOCIAL	FO	4.4.90.51	100	E0000	135.957,00
11116.27.813.0013.1484	INCENTIVAR INVESTIMENTOS DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER DO ESTADO	FO	4.4.90.51	100	E0000	200.000,00
14102.12.368.0012.2130	EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUSIVE COM A UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA	FO	4.4.90.51	117	E0000	1.400.000,00
14203.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.49	100	E0000	50.000,00
14203.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	4.4.90.51	100	E0000	50.000,00
14203.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	4.4.90.52	100	E0000	100.000,00
14204.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.30	100	E0000	154.000,00
16202.17.512.0019.1037	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	FI	4.4.90.51	100	E0000	200.000,00
16202.17.512.0019.1038	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FI	4.4.90.51	100	E0000	200.000,00
17134.10.122.0003.2185	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA X - COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE - FLORIANO	SO	3.3.90.36	113	E0000	50.000,00
19101.04.121.0001.2333	SUPORTE NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E PRODUTIVOS	FO	3.3.90.30	100	E0000	20.000,00
19101.04.121.0001.2333	SUPORTE NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E PRODUTIVOS	FO	3.3.90.39	100	E0000	10.000,00
19101.04.121.0001.2333	SUPORTE NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E PRODUTIVOS	FO	4.4.90.52	100	E0000	20.000,00
28101.18.542.0017.1198	AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	FO	4.4.90.51	110	E0000	100.000,00
28101.18.542.0017.1198	AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	FO	4.4.90.52	110	E0000	50.000,00
45101.26.782.0021.1060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.40.41	100	E0000	252.000,00
45101.26.782.0021.1060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.90.92	100	E0000	400.000,00
45101.26.782.0021.1060	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	FO	4.4.90.92	117	E0000	341.000,00
45202.16.482.0018.1034	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	FO	4.4.90.51	117	E0000	3.000.000,00
49101.06.182.0021.1693	EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO, APRIMORAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	3.3.90.39	110	E0000	75.000,00
TOTAL						6.861.957,00

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 453/17, de 14 de março de 2017** - De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005148/17-26, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) FRANCISCO DE SALES FERNANDES, Cargo: Médico, Classe: III-B, Matrícula: 038574-3, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Estadual Dr. Júlio Hartman – Esperantina – Piauí, referente ao Quinquênio 14/05/2001 a 13/05/2006, a partir de 20/02/2017 a 20/05/2017.

• **PORTARIA nº 454/17, de 14 de março de 2017** - De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005148/17-26, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) FRANCISCO DE SALES FERNANDES, Cargo: Médico, Classe: III-B, Matrícula: 038574-3, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Estadual Dr. Júlio Hartman – Esperantina – Piauí, referente ao Quinquênio 14/05/2006 a 13/05/2011, a partir de 21/05/2017 a 18/08/2017.

• **PORTARIA nº 455/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005573/17-41, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) CAMILA FERNANDES DA SILVA, Cargo: Técnico em Enfermagem, Classe: I-B, Matrícula: 230289-6, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 01/12/2009 a 30/11/2014, a partir de 01/04/2017 a 29/06/2017.

• **PORTARIA nº 456/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005783/17-21, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) MARIA ANDRÉIA BRITO FERREIRA LÉAL, Cargo: Fisioterapeuta, Classe: I-D, Matrícula: 230736-7, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Areolino de Abreu – HAA – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 03/12/2009 a 02/12/2014, a partir de 15/03/2017 a 12/06/2017.

• **PORTARIA nº 457/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.004849/17-95, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) MARIA DOLORES ARAUJO E SILVA, Cargo: Atendente de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula: 004147-5, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital do Mocambinho – Teresina – Piauí, referente ao Decênio 01/01/2005 a 31/12/2014, a partir de 01/03/2017 a 27/08/2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, de 14 de março de 2017.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

• **PORTARIA nº 458/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 96, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/1994, referente ao processo AA.900.1.005352/17-50, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA GESTANTE do(a) servidor(a) MARIA DAS GRAÇAS ROCHA VITÓRIO, Cargo: Fonoaudiólogo, Classe: I-A, Matrícula: 287337-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a) Hospital Regional Justino Luz – Picos – Piauí, a partir de 02/03/2017 a 28/08/2017.

• **PORTARIA nº 459/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005276/17-06, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) MARIA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUSA EVANGELISTA, Cargo: Dentista, Classe: III-E, Matrícula: 043578-3, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital do Mocambinho – Teresina – Piauí, referente ao Decênio 09/05/2004 a 08/05/2014, a partir de 31/03/2017 a 26/09/2017.

• **PORTARIA nº 460/17, de 14 de março de 2017** - De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005172/17-77, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) PETIARIA ALVES VIEIRA, Cargo: Técnico em Enfermagem, Classe: I-B, Matrícula: 220278-6, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela – IDTNP – Teresina – Piauí, referente ao Quinquênio 18/02/2009 a 17/02/2014, a partir de 01/04/2017 a 29/06/2017.

• **PORTARIA nº 461/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.004564/17-73, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) LAURINDA PINHEIRO NETA, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula: 042596-6, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Municipal Dona Lourdes Mota – PIO IX – Piauí, referente ao Decênio 15/01/1992 a 14/01/2002, a partir de 03/04/2017 a 29/09/2017.

• **PORTARIA nº 462/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005074/17-00, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) MARISSA CONCEIÇÃO E SILVA BARRETO, Cargo: Datilógrafo, Classe: II-A, Matrícula: 041468-9, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital de Pequeno Porte de Novo Oriente – Piauí, referente ao Quinquênio 02/07/1984 a 01/07/1989, a partir de 01/04/2017 a 29/06/2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, de 14 de março de 2017.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

• **PORTARIA nº 463/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 94, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005050/17-68, conceder RETORNO AO TRABALHO APOS LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES do(a) servidor(a): JACILDA PORTO NOLÊTO, Cargo: Farmacêutico, Classe: I-A, Matrícula: 242908-0, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no (a): Hospital Getúlio Vargas – HGV – Teresina – Piauí, a partir de 01/03/2017.

• **PORTARIA nº 464/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005078/17-38, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) MARIA LUCINETE BARBOSA DA SILVA SOUSA, Cargo: Atendente, Classe: I-B, Matrícula: 041469-7, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital de Pequeno Porte de Novo Oriente – Piauí, referente ao Quinquênio 02/07/1984 a 01/07/1989, a partir de 01/06/2017 a 29/08/2017.

• **PORTARIA nº 465/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005076/17-12, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) ELIZABETE DANTAS DOS SANTOS, Cargo: Auxiliar Técnico, Classe: II-A, Matrícula: 041473-5, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital de Pequeno Porte de Novo Oriente – Piauí, referente ao Quinquênio 25/02/1988 a 24/02/1993, a partir de 01/07/2017 a 28/09/2017.

• **PORTARIA nº 466/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.003509/17-30, conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) TERESINHA ILCADE SOUSA LIMA, Cargo: Auxiliar de Serviços, Classe: III-C, Matrícula: 043237-7, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Regional Mariana Pires Ferreira – Paulistana – Piauí, referente ao Quinquênio 28/06/1988 a 27/06/1993, a partir de 01/06/2017 a 29/08/2017.



• **PORTARIA nº 467/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 84 de 07.05.07, referente ao processo AA.900.1.005046/17-15, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA CAPACITAÇÃO do(a) servidor(a) ORLÂNDIDA DE ABREU MOURA, Cargo: Enfermeiro, Classe: III-E, Matrícula: 018540-0, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a) Hospital Getúlio Vargas – HGV – Teresina – Piauí, referente ao Decênio 14/02/2004 a 13/02/2014, a partir de 01/03/2017 a 27/08/2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, de 14 de março de 2017.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

• **PORTARIA nº 468/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 91, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005129/17-30, conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA PRÊMIO do(a) servidor(a) DERLANGE DUARTE PIMENTEL DANTAS, Cargo: Dentista, Classe: III-E, Matrícula: 042013-1, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a) Hospital Regional Justino Luz – Picos – Piauí, referente ao Decênio 17/04/1996 a 16/04/2006, a partir de 01/05/2017 a 27/10/2017.

• **PORTARIA nº 469/17, de 14 de março de 2017** – De acordo com o Artigo 94, da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, referente ao processo AA.900.1.005589/17-00, conceder LICENÇA PARA TRAFAR DE ASSUNTOS PARTICULARES do(a) servidor(a) DANIEL NASCIMENTO BATISTA, por 2 (dois) anos, a partir de 01/03/2017 a 28/02/2019, Cargo: Auxiliar de Serviços, Classe: I-D, Matrícula: 208136-9, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Hospital Estadual Dirceu Arcoverde – HEDA – Parnaíba – PI.

• **PORTARIA nº 470/17, de 14 de março de 2017** – Que seja alterado, no contracheque, referente ao processo AA.900.1.003487/17-22, o nome do (a) servidor (a) MARIALUIZA DE ARAUJO SOUSA para MARIA LUIZA DE ARAUJO SOUSA SILVA, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula: 041224-4, prestador(a) de serviços no (a): Hospital Regional Deolindo Couto – Oeiras – Piauí. Conforme a certidão de casamento nº 2785, Fls nº 91 do livro 8-B-Aux de Registro de Casamento, Cartório do 4º Registro Civil, Comarca de Oeiras – PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, de 14 de março de 2017.

Francisco de Assis de Oliveira Costa
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 698



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

PORTARIA/GSJ/Nº 61/2017

A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhe confere, com fundamento previsto no inciso IV do artigo 109, da Constituição Estadual;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a até ulterior deliberação, o Servidor **JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA**, matrícula **207212-2** para exercer, interinamente, a função de Gerente da Penitenciária Feminina de Picos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos jurídicos retroativos a 24 de março de 2017.

Cientifique-se. Publique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 24 de março de 2017.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE
Secretário de Estado de Justiça do Piauí

Of. 311



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

PORTARIA GAB.SEADPREV Nº 072/17

Institui e nomeia os membros da Comissão de Monitoramento para acompanhamento do Contrato nº 01/2017 – AGESPISA/SUPARC, referente à subconcessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, na área urbana município de Teresina – Piauí, com o objetivo de verificar o cumprimento pela ÁGUAS DE TERESINA SANEAMENTO SPE S/A de suas obrigações contratuais e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições,

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Monitoramento, formada por 1 (um) membro da ARSETE, 1 (um) membro da AGESPISA, 1 (um) membro do Instituto de Águas e Esgotos do Piauí, 2 (dois) membros da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, 1 (um) membro do COMITÊ GESTOR do Contrato de Programa de Teresina, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações contratuais por parte da subconcessionária Águas de Teresina Saneamento SPE S/A, referente ao Contrato nº 01/2017 – SUPARC, que trata da subconcessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, na área urbana município de Teresina – Piauí.

Art. 2º. A Comissão de Monitoramento será composta pelos seguintes membros:

I – Edvaldo Marques Lopes, representante da **Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina - ARSETE**;

II - Hébert Buenos Aires de Carvalho, representante do **Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI**;

III – Genésio Vaz Pires e Patrícia Soares de Oliveira, representantes da **Superintendência de Parcerias e Concessões do Piauí – SUPARC**;

IV – Washington Luís de Sousa Bonfim, representante do **Comitê Gestor da Prefeitura Municipal de Teresina - PI**;

V – Raimundo Nonato Farias Trigo, representante da **Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA**.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO PIAUÍ, EM TERESINA, AOS 27 DE MARÇO DE 2017.

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Previdência

Of. 052



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Portaria GSE/ADM Nº 0103/2017.

Teresina (PI), 22 de março de 2017

Designa fiscal titular do Contrato Administrativo nº 020/2017, celebrado entre o Estado do Piauí, através da Secretaria Estadual de Educação e a empresa **SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES Lda**.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 35, II, “e” e “g”, da Lei Complementar estadual nº 28, de 09 de junho de 2003, e, CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº 8.666/1993 e suas atualizações; CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, por força do Artigo 67, da Lei nº 8.666/1993, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o servidor **Jader Macena Barreto**, CREA/PI nº 191287137-8, matrícula funcional nº 308160-5, CPF nº 040.052.683-23 como titular, a execução do Contrato Administrativo nº 020/2017, celebrado entre o Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, e a empresa **SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ nº 73.694.788/0001-57, cujo objeto é a reforma da Unidade Escolar Antônio Maria Madeira, localizado no município de Teresina-PI, efetuando medição dos serviços realizados, e, no final da obra, firmando o Termo de Recebimento Provisório, conforme prevê a alínea “a”, do Artigo 73, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º. Determinar ao fiscal que informe à gestora do Contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela Contratada, proponham as soluções e as sanções que entenderem cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Cientificar que o fiscal do Contrato responderão, perante aos órgãos competentes, caso atestem o recebimento dos serviços em desacordo com o especificado no Contrato Administrativo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 22 de março de 2017.

REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS
Secretária de Estado da Educação e Cultura do Piauí

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADO

1. Declaro que estou ciente da designação de fiscal, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.
JADER MACENA BARRETO:



Governo do Estado do Piauí
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A

PORTARIA Nº38/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª. Juíza da 2ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Nara Zoe Furtado Gomes, nos autos do processo, nº 0080701-17.2014.5.22.0002 **“...condenar a reclamada EMGERPI: conhecer do Recurso Ordinário da Reclamante e, no mérito, dar-lhe provimento, para condenar a reclamada no pagamento da progressão temporal de um quinquênio”.**

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover o pagamento da progressão temporal de um quinquênio, que dispõe a sentença, em favor da Srª. Marília de Sousa Veras**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº39/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª. Juíza da 2ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Nara Zoe Furtado Gomes, nos autos do processo, nº 0080673-49.2014.5.22.0002 **“...condenar a reclamada EMGERPI: promover a incorporação de novos quinquênios, desde outubro/2009, aos salários da parte obreira à medida que complementar novos períodos aquisitivos de 05 (cinco) anos até o limite de 07 (sete) quinquênios ou 35% de adicional”.**

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a incorporação de novos quinquênios até o limite de 07 quinquênios ou 35% de adicional, que dispõe a sentença, em favor do Sr. Francisco das Chagas Borges Miranda**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº40/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª. Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Benedita Guerra Cavalcante, nos autos do processo, nº 0080687-30.2014.5.22.0003 **“...condenar a reclamada EMGERPI: promover a incorporação de novos quinquênios, desde outubro/2009, aos salários da parte obreira à medida que complementar novos períodos aquisitivos de 05 (cinco) anos até o limite de 07 (sete) quinquênios ou 35% de adicional; b) reajustar o valor dos quinquênios, desde outubro de 2009, inclusive sobre as parcelas vincendas, com base nos mesmos índices observados quando dos reajustes do salário base, com reflexos nas demais verbas contratuais”.**



2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a incorporação de novos quinquênios até o limite de 07 quinquênios ou 35% de adicional, reajustar os valores dos quinquênios, inclusive sobre as parcelas vincendas, que dispõe a sentença, em favor do Sr. Ubirani de Sousa Rocha**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº41/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da EMGERPI de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Sr. Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Tibério Freire Villar da Silva, nos autos do processo, nº 0001158-88.2016.5.22.0003 “...condenar a reclamada EMGERPI: incorporar (05) cinco quinquênios à parte autora, o que equivale a 25% de acréscimo em seu salário contratado, com os respectivos reajustes salariais.”

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a incorporação de (05) cinco quinquênios, com os respectivos reajustes salariais, que dispõe a sentença, em favor do Sr. Adalberto Leite Alves**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº42/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da EMGERPI de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Daniela Martins Soares Barbosa, nos autos do processo, nº 0080208-37.2014.5.22.0003 “...condenar a reclamada EMGERPI: reclassificação funcional para o cargo de Analista de Sistema Sênior, nível 45, desde abril de 2011, na forma do art. 267,V, do CPC, declarar prescritas as progressões funcionais e seus efeitos, que antecederam a data de 31/01/2009 e extinguir o processo com resolução de mérito em relação às ditas parcelas, com fundamento nos arts. 7º, XIX, da CF/88 e 269, IV, do CPC, e julgar procedente o pedido objeto da reclamação trabalhista para condenar a reclamada, a proceder a implantação de uma promoção por maturidade em benefício da autora, de modo a enquadrá-la na Categoria Analista de Sistemas Pleno, nível 44, a partir de abril de 2013”.

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a reclassificação funcional para o cargo de analista de sistema sênior, nível 45, e uma promoção por maturidade, de modo a enquadrá-la na categoria analista de sistema pleno, nível 44, que dispõe a sentença, em favor da Srª. Zilma Felix Gomes Araújo**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº43/2017 – GAB

Teresina, 20 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da EMGERPI de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª Juíza da 1ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Sylvania Helena Nunes Miranda, nos autos do processo, nº 0082211-68.2014.5.22.0001 “...condenar a reclamada EMGERPI: incorporar novos quinquênios ao salário da requerente, a partir de outubro de 2009, a cada 05 anos até o limite de 07 quinquênios ou 35% de adicional.”

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a incorporação de novos quinquênios, que dispõe a sentença, em favor da Srª. Eva Lima Batista Mendes**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº44/2017 – GAB

Teresina, 22 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da EMGERPI de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª Juíza da 1ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Sylvania Helena Nunes Miranda, nos autos do processo, nº 0000791-05.2014.5.22.0110 “...condenar a reclamada EMGERPI: dar-lhe provimento para julgar procedente a reclamação trabalhista, condenando a reclamada a implantar os quinquênios que não foram concedidos no período de outubro/2009 até o trânsito em julgado da presente decisão, na forma pleiteada na inicial, limitado 35% (07 quinquênios), com efeitos financeiros a contar das datas em que deveriam ter sido implantados”.

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover a implantação dos quinquênios que não foram concedidos no período de outubro/2009, que dispõe a sentença, em favor da Srª. Isolda Vieira Gomes**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº45/2017 – GAB

Teresina, 22 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da EMGERPI de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Sr. Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Tibério Freire Villar da Silva, nos autos do processo, nº 0001492-30.2013.5.22.0003 “...condenar a reclamada EMGERPI: Expeça-se novo mandado de cumprimento da obrigação de fazer, ou seja, a elevação do “salário contratado” do Autor ao valor de R\$ 4.009,91, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 500,00, até o limite de R\$ 5.000,00.”

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover elevação do salário contratado do autor, que dispõe a sentença, em favor do Sr. José Ribamar Rocha**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao

referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

PORTARIA Nº46/2017 – GAB

Teresina, 23 de Março de 2017.

1. O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pelo Ex. Srª Juíza da 2ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Nara Zoé Furtado Gomes, nos autos do processo, nº 0080777-41.2014.5.22.0002 “...condenar a reclamada **EMGERPI**: incorporar novos quinquênios ao salário da requerente, a partir de outubro de 2009, a cada 05 anos até o limite de 07 quinquênios ou 35% de adicional; b) determinar ainda, a atualização das vantagens já incorporadas nos mesmos índices de reajustes do salário básico da categoria.”

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover incorporação de novos quinquênios e atualizar as vantagens incorporadas no salário básico da categoria, que dispõe a sentença, em favor da Srª. Claudia Regina Pires de Sousa**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

Of. 232



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a Portaria abaixo:

Portaria: 010/2017

Data: 27 de março de 2017

Objeto:

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor **Miguel de Arêa Leão Netto** matrícula 026152-1, para a Função Gratificada de Direção e Assessoramento Intermediário, símbolo DAÍ-6, com efeitos a partir do dia 01 de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se
Cumpra-se.

Francisco das Chagas Limma
Secretário do Desenvolvimento Rural

Of. 296



DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 31/2017

ADIRETORA DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

CONCEDER a Defensora Pública, **DRª. SHEILA DE ANDRADE FERREIRA**, titular junto à 2ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2016, a serem gozadas em duas etapas de 15 (quinze) dias cada.

1ª Etapa: 02/05/2017 a 16/05/2017

2ª Etapa: 17/07/2017 a 31/07/2017

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Março de 2017.

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 32/2017

ADIRETORA DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

ALTERAR o período de férias regulamentares da Defensora Pública, **DRª. GLÍCIA RODRIGUES BATISTA MARTINS**, titular junto à 10ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI e em regime de substituição junto à 13ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, conforme solicitação através do Processo Administrativo nº 00553/2017, concedidas anteriormente através da Portaria GDUC Nº 250/2016, datada de 14/12/2016, do período de **14/03/2017 a 12/04/2017** para o período de **14/03/2017 a 28/03/2017**, referente a 15 (quinze dias) do exercício de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Março de 2017.

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 33/2017

ADIRETORA DA UNIDADE CIVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR a PORTARIA GDUC Nº 13/2017;

Art. 2º DESIGNAR o Defensor Público, **DR. ARMANO CARVALHO BARBOSA**, para **SUBSTITUIR** a Defensora Pública, **Drª. Glícia Rodrigues Batista Martins**, junto à 10ª Defensoria Pública de Família



de Teresina-PI, durante o período de **14/03/2017 a 28/03/2017**, em razão da concessão de férias regulamentares referente à 1ª etapa de 15 (quinze) dias do exercício aquisitivo de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 03 de Março de 2017.

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 35/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDUC nº 280/2013.

RESOLVE

ALTERAR o período de férias regulamentares da Defensora Pública, **DRª. PATRÍCIA FERREIRA MONTE FEITOSA**, titular junto à 12ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, conforme solicitação através do Processo Administrativo nº 00582/2017, concedidas anteriormente através da Portaria GDUC Nº 210/2016, datada de 05/10/2016, para o período de **29/06/2017 a 13/07/2017**, referente a 15 (quinze dias) do exercício de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 08 de Março de 2017.

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 37/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDUC nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, **DRª. ALYNNE PATRÍCIO DE ALMEIDA SANTOS**, para **SUBSTITUIR** a Defensora Pública, **DRª. Glícia Rodrigues Batista Martins**, que atua em regime de substituição junto à 13ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, no período de 14 a 28 de março de 2017, em razão da concessão de férias regulamentares, referentes a 15 (quinze) dias da 1ª etapa do exercício aquisitivo de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 09 de Março de 2017.

Atenciosamente,

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 39/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDUC nº 280/2013.

RESOLVE

REVOGAR os efeitos da Portaria GDUC Nº 242/2016, datada do dia 12.12.2016, que designa a Defensora Pública, **DRª. GLÍCIA RODRIGUES BATISTA MARTINS**, para **SUBSTITUIR** a Defensora Pública, **DRª. Patrícia Ferreira Monte Feitosa**, junto à 12ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, no período de 17/04/2017 a 01/05/2017, em razão da concessão de férias regulamentares de 15 (quinze) dias, referentes à 2ª etapa do exercício aquisitivo de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 09 de Março de 2017.

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 42/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDUC nº 280/2013.

RESOLVE

ALTERAR o período de férias regulamentares da Defensora Pública, **DRª. ANDREA MELO DE CARVALHO**, titular junto à 1ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, conforme solicitação através do Processo Administrativo nº 00609/2017, concedidas anteriormente através da Portaria GDUC Nº 210/2016, datada de 05/10/2016, para os seguintes períodos:

- 1º Período: **14/07/2017 a 28/07/2017**
- 2º Período: **18/09/2017 a 02/10/2017**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 13 de Março de 2017.

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 43/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDUC nº 280/2013.

RESOLVE

REVOGAR os efeitos da Portaria GDUC Nº 249/2016, datada do dia 13.12.2016, que designa o Defensor Público, **DR. JOÃO CASTELO BRANCO DE VASCONCELOS NETO**, para **SUBSTITUIR** a Defensora Pública, **DRª. Andrea Melo de Carvalho**, junto à 1ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, no período de 17/04/2017 a 01/05/2017, em razão da concessão de férias regulamentares de 15 (quinze) dias, referentes à 2ª etapa do exercício aquisitivo de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 13 de Março de 2017.

**ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI**

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 44/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

DESIGNAR a Defensora Pública, **DRª. PATRÍCIA FERREIRA MONTE FEITOSA**, para **SUBSTITUIR** a Defensora Pública, **Drª. Sheila de Andrade Ferreira**, que atua junto à 2ª Defensoria Pública de Família de Teresina-PI, durante o período de **02/05/2017 a 16/05/2017**, em razão da concessão de férias regulamentares referentes à 1ª etapa de 15 (quinze) dias do exercício aquisitivo de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 14 de Março de 2017.

Atenciosamente,

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI

DIRETORIA DA UNIDADE CÍVEL

PORTARIA GDUC Nº 46/2017

A DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com esteio nos artigos 6º e 7º da Portaria GDPG nº 280/2013.

RESOLVE

CONCEDER ao Defensor Público, **DR. GERIMAR DE BRITO VIEIRA**, lotado na 1ª Defensoria Pública Cível da Comarca de Teresina-PI, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao exercício aquisitivo de 2015, a serem gozadas em 02 (dois) períodos.

1. PERÍODO (20 dias): 03/07/2017 a 22/07/2017
2. PERÍODO (10 dias): 27/11/2017 a 06/12/2017

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORA DA UNIDADE CÍVEL, em Teresina, 15 de Março de 2017.

ROSA MENDES VIANA FORMIGA
DIRETORA CÍVEL
DEFENSORA PÚBLICA-PI

Of. 002



Governo do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete Militar da Governadoria



PORTARIANº. 012/2017-GMG

O Chefe do Gabinete Militar da Governadoria do Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere Inciso IV do art. 3º do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº. 8. 553, de 11 de fevereiro/ 1992.

RESOLVE, designar o SGT PM Célio Ribeiro Pereira, RGPM 10.7918-89, CPF 357.661.071-53, Mat. 013950-5, para servir junto ao Gabinete Militar da Governadoria, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Publique-se,
Cumpra-se.

Palácio de Karnak em Teresina (PI), 24 de março de 2017.

Of. 086



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PORTARIANº 020/17 - GAB

Teresina, 27 de março de 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 91 da Lei Complementar nº 13, de 03.01.1994, e considerando o constante do Processo nº AA.021.1.000478/17-65, de 21/03/2017,

RESOLVE:

I – Conceder **90 (NOVENTA) dias de LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, a que faz jus, à servidora **CASSANDRA MIRANDA BORGES** Cargo: Educador Especial, Matrícula 06939-6, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, lotada na Escola Estadual de Música “Possidônio Queiroz”, referente ao **4º Quinquênio: 12.05.2001 a 15.05.2006**, a partir do dia **21.03.2017 a 18.06.2017**, devendo **retornar no dia 19.06.2017**.

II – A presente portaria entra em vigor a partir desta data.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE

Deputado Fábio Núñez Novo
SECRETÁRIO

Of. 151



PORTARIANº 09/GGPES/2017

A Gerente de Gestão de Pessoas do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o Processo DER nº. 0110/2017.

RESOLVE conceder 90 dias com de fruição de 30 dias de LICENÇA PRÊMIO por motivo de assiduidade, sendo, portanto de forma parcelada, ficando o restante de 60 dias para a servidora desta autarquia, **Mércia Maria Teixeira Bezerra, Analista, Classe III, Padrão E, admissão em 18/03/1986, matrícula nº. 05082-2, lotada na Diretoria de Unidade de Engenharia**, referente ao período aquisitivo de 18/03/1996 a 17/03/2001 de acordo com o artigo 12, do Decreto Estadual nº 15.521, de 02/07/2013.. O gozo da licença iniciará em 27/03/2017 a 25/04/2017.

Comunique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teresina, 03 de março de 2017.

Ozenilda Soares Nunes
Gerente de Gestão do DER-PI

ANULAÇÃO PORTARIADGE Nº 025/2017

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, torna sem efeito a Portaria nº 025/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí, nº 44, pág. 13, do dia 07.03.2017, referente a nomeação de **JOSÉ MENDES DE SOUSA MOURA**, matrícula nº 05567-X, Classe “C”:

Teresina, 27 de março de 2017

Engº José Dias de Castro Neto
Diretor Geral – DER/PI

Of. 144



LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 004/2017

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI dá ciência a todos que realizará Concorrência Nacional nº 004/2017, do tipo “Menor Preço por Lote”, regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, Processos Administrativos nº 0006271/2016, 0033685/2016, 0040136/2016, 0043019/2016, 0045050/2016 e 0048984/2016 que trata da execução dos serviços de Reforma e Ampliação da U. E. Florisa Silva em Canto do Buriti/PI Reforma e Ampliação da U. E. Desembargador José de Arimathea Tito em Piripiri/PI, Construção de Quadra Poliesportiva com vestiário na U.E. Reunida Miguel Marinho em São Miguel do Fidalgo/PI, Reforma da U. E. Angelina de Moura Leal em Teresina/PI, Reforma da U. E. Costa e Silva em Passagem Franca/PI e Reforma e Ampliação da U. E. Mons. Raimundo Nonato de Melo em Teresina/PI. ABERTURA: 02/05/2017 às 09h00min. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário. RECURSO: Tesouro Estadual. VALOR DO EDITAL: R\$ 100,00 (cem reais) não reembolsáveis, pagáveis a SEDUC/PI, Conta nº 112.935-X, Agência nº 3791-5, Banco do Brasil, com a devida autenticação. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SEDUC/PI, Centro Administrativo, Av. Pedro Freitas, s/n, blocos D e F – Térreo, nesta Capital. Fone: (86) 3216-3346/3239. Fax: (86) 3216-3212. E-mail: cplseducpi@gmail.com.

Teresina (PI), 28 de março de 2017.

Leovídio Bezerra Lima Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 070

EXTRATO DO CONTRATO Nº 00089/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 0010160/2016
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Carta Convite nº 017/2016 (REPETIÇÃO)
FUNDAMENTO LEGAL: 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Educação do Estado do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 06.554.729/0001-96
CONTRATADO: Gerson Ferreira & CIA LTDA-ME (BRASÃO CONSTRUÇÕES)
CNPJ DO CONTRATADO: 10.310.688/0001-60
OBJETO: Reforma na U.E. Jerônimo dos Santos e Silva no município de Sigefredo Pacheco-PI
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 dias
DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2017
VALOR GLOBAL: R\$ 51.299,02 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e dois centavos)
Unidade Orçamentária: 14102; Plano de Trabalho: 12368122130; Elemento de Despesa: 4.4.90.51; Fonte de Recurso: 00.
SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária Estadual de Educação. Gerson Ferreira dos Santos – Responsável

Of. 116

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 011/2017 Processo Administrativo nº 0001979/2016

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI dá ciência a todos os interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 011/2017 do tipo Menor Preço, por Lote, Fonte de Recursos: 00, regidas pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de materiais para compor Laboratórios de Segurança do Trabalho com implantação em 20 (vinte) centros Estaduais de Educação Profissional. Data de abertura das propostas: 12/04/2017, horário: às 09h00min (horário de Brasília/DF). Edital: Disponível no site www.licitacoes-

e.com.br. INFORMAÇÕES: Sede da SEDUC-PI. Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Blocos D/F, Térreo, Bairro São Pedro, Teresina/PI. Telefone: (86) 3216-3346. E-mail: cplseducpi@gmail.com / pregao@educ.pi.gov.br.

Teresina (PI), 28 de março de 2017

Kennedi Carlos Barbosa Lima
Pregoeiro - SEDUC/PI

Of. 059



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº. 025/2016

Nome do Contratante: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ-PI.

CNPJ/CPF do Contratante: 06.553.556/0001-91.

Contratado(a): EDUARDO DOS REIS CHAVES.

CNPJ/CPF do Contratado: 650.516.373-53

Objeto: Rescisão do Contrato Temporário nº. 025/2016 celebrado entre as partes acima mencionadas para prestação de serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária do CONTRATANTE, incumbindo ao CONTRATADO às atribuições da função de Analista de Suporte Júnior no âmbito da Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação – UNITEC, vinculada a Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí.

Fundamentação: Rescisão Contratual em virtude da iniciativa do contratado, conforme artigo 17, inciso IV do Decreto nº. 15.547, de acordo com a solicitação do Memo/Unitec nº. 51/2017.

Data da Assinatura: 27/03/2017.

Of. 016



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO: AA.900.1.035217/16-09

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 37/17

CONTRATANTE: Estado do Piauí, por intermédio da Secretária Estadual de Saúde.

EMPRESA SELECIONADA: H.FASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA
MODALIDADE: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/17 – CPL/SESAPI

OBJETO: Aquisição de 720 (setecentos e vinte) comprimidos de LEVETIRACETAM 500MG, para o paciente **DOUGLAS BARROS VISGUEIRA**

VALOR: R\$ 50.289,13 (Cinquenta Mil, Duzentos e Oitenta e Nove Reais e Treze Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2017

DATA DO REGISTRO: 21/03/2017

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 170101

FONTE: 100- TESOURO ESTADUAL.

SIGNATÁRIOS: Francisco De Assis De Oliveira Costa, Secretário Estadual da Saúde – pela Contratante e a empresa H.FASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA., representada pelo Sr. Newton Celio Franco-pela Contratada.

Outras Informações na Comissão de Licitações da SESAPI.

Publique-se.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 882



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO
RDC PRESENCIAL N.º 01/2017 – CEL/SESAPI**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º AA.900.1.002323/16-90.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO HOSPITALAR DO COMPLEXO MATERNO – MATERNIDADE DE REFERÊNCIA ESTADUAL, EM DUAS FASES, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS. VENCEDORA DO CERTAME: EM CONFORMIDADE COM O ITEM 9.2.4.12, APÓS ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FOI DECLARADA VENCEDORA O CONSÓRCIO HOSPITAL TERESINA/ COMTERMICA/SAHLIAH, COM 13,25% DE DESCONTO;
INFORMAÇÕES: CPL/SESAPI, AV. PEDRO FREITAS, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO – TERESINA – PI. FONE: (86) 3216-3604 E-MAIL: CPLSAUDE@SAUDE.PI.GOV.BR.

PUBLIQUE-SE:

TERESINA, 27 DE MARÇO DE 2017.

VIVIANE MOURA BEZERRA
PRESIDENTE DA CEL/SESAPI

Of. 069

EXTRATO DE REGISTRO GERAL Nº 04/2017 - CPL/SESAPI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.900.1.022800/15-37 - CPL/SESAPI

MODALIDADE: PREGÃO SOB FORMA ELETRÔNICO Nº 035/2016 - DL/SEADPREV

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR-(FIOS CIRURGICOS)

Pregoeiro: Maria do Livramento de Oliveira Santos

Data Adjudicação: 13/03/2017

Homologação: 15/03/2016

Presidente: CPL/SESAPI: Lailson Soares Guedes Rodrigues

Autoridade Superior: Francisco de Assis de Oliveira Costa

ITENS REGISTRADOS			
MATERIAL DE CONSUMO (FIOS CIRURGICOS)			
EMPRESA	MARCA	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNIT./MÁXIMO RS
01	FRACASSADO		
02	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo, estriada, ponta cilíndrica de aproximadamente 25mm. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	76526	3,53
03	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo, estriada, ponta cilíndrica de aproximadamente 35mm. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	18432	3,79
04	FRACASSADO		
05	FRACASSADO		
06	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 1, agulha de 3/8 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 35 a 36,4mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para uso geral. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	38400	3,77
07	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 35 a 36,4mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para uso geral. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	69696	3,85

08	FRACASSADO		
09	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de aproximadamente 25 a 26mm. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	4608	4,12
10	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, agulha estriada de 3/8 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 30mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	10752	4,04
11	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, agulha estriada de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 40mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	23040	3,27
12	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, agulha estriada de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 40mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	59328	3,33
13	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 2-0, não agulhada. Comprimento de 150cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	18432	3,99
14	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 3-0, agulha de 1/2 círculo, estriada, ponta cilíndrica de aproximadamente 30mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para fechamento geral e aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	18432	3,16
15	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 3-0, agulha estriada de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 25 a 26mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	9216	3,16
16	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 3-0, agulha estriada de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 40mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado para aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	54982	3,16
17	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 4-0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de 31 a 40mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para uso geral. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	5376	3,17
18	Fio de sutura absorvível em material de origem animal simples, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, diâmetro 5-0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de aproximadamente 22mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para uso geral. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	69120	3,37
19	Fio de sutura absorvível em material de origem animal traçado cromado, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, tratado com trióxido de cromo e pirogabal, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de aproximadamente 30mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para fechamento geral, ginecologia e obstetrícia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	11520	3,27
20	Fio de sutura absorvível em material de origem animal traçado cromado, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, tratado com trióxido de cromo e pirogabal, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cilíndrica de aproximadamente 35mm. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para fechamento geral, ginecologia e obstetrícia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	106560	3,37
MATERIAL DE CONSUMO			
21	Fio de sutura absorvível em material de origem animal traçado cromado, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, tratado com trióxido de cromo e pirogabal, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo, corpo cilíndrico, ponta cônica de 40mm. Comprimento de 70 a 90cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	115200	3,37
22	FRACASSADO		
23	Fio de sutura absorvível em material de origem animal traçado cromado, matéria-prima em material orgânico de colágeno bovino, tratado com trióxido de cromo e pirogabal, diâmetro 0, não agulhada, comprimento de 70 a 75cm, indicado para fechamento geral, ginecologia e obstetrícia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		

	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	115200	11,70
57	Fio de sutura absorvível sintético de poliglicaprone, violeta, 70cm de comprimento, diâmetro 5-0, com agulha de ½ círculo, cilíndrica de aproximadamente 26mm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	115200	7,97
58	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, diâmetro 3-0, agulha cilíndrica estriada 3/8 de círculo, de aproximadamente 24mm, com 45 a 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	345600	6,99
59	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, diâmetro 4-0, agulha ½ círculo de aproximadamente 15mm, com 45 a 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	172800	6,49
60	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, trançado, cor violeta, diâmetro 2-0, agulha cilíndrica estriada 3/8 de círculo, de aproximadamente 30mm, com 45 a 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e que contenha externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	259200	6,49
61	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, trançado, diâmetro 0, agulha de 1/2 círculo e ponta triangular cortante reversa, de aproximadamente 40mm, com 45 a 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	19200	9,52
62	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, trançado, diâmetro 1, agulha de 1/2 círculo e ponta triangular cortante reversa, de aproximadamente 35 a 40mm, com 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	34560	10,84
63	Fio de sutura absorvível sintético multifilamento, constituído por copolímero de poligactina 910, lactida, glicolida e estearato de cálcio, trançado, diâmetro 3-0, agulha de 1/2 círculo e ponta cilíndrica, de aproximadamente 37 a 40mm, com 70cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	9216	9,64
64	Fio de sutura absorvível sintético, constituído por homopolímero de ácido glicólico e estearato de cálcio, diâmetro 0, agulha ½ círculo, corpo cilíndrico e ponta cônica de aproximadamente 40mm, com 70 a 90cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	21120	10,74
65	Fio de sutura absorvível sintético, constituído por homopolímero de ácido glicólico e estearato de cálcio, diâmetro 1, agulha ½ círculo, corpo cilíndrico e ponta cônica de aproximadamente 40mm, com 70 a 90cm de comprimento. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	9216	7,27
66	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 24mm, triangular cortante reversa. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	57600	1,69
67	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 30mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	67277	1,54
68	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 40mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	76032	1,64
69	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 1, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 30mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	12672	1,79
70	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 10-0, com 2 agulhas 3/8 círculo, de 6,2 a 6,5mm, espátula. Comprimento de 30cm. Para uso em oftalmologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	34560	39,07

71	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 2-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 30mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Cuticular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	182592	3,50
72	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, cilíndrica de aproximadamente 20mm. Comprimento de 75cm. Vascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	REMAC ODONTOLOGICA HOSPILAR LTDA	MARCA: SHALON	81408	1,57
73	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 24 a 25mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Cuticular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE			
74	FRACASSADO			
75	FRACASSADO			
76	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 35 a 40mm. Comprimento de 75cm. Vascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	84480	3,82
77	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, estriada, de aproximadamente 19 a 20mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	277200	1,54
78	FRACASSADO			
79	FRACASSADO			
80	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 4-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 30mm, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	GRADUAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MARCA: SHALON	219703	1,45
81	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 5-0, agulha 1/2 círculo, triangular de aproximadamente 15mm. Comprimento de 45cm. Cuticular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	20736	1,92
82	FRACASSADO			
83	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 4-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 20mm, triangular cortante reversa. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	118080	1,64
84	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 6-0, agulha 1/2 círculo, triangular de aproximadamente 15mm. Comprimento de 45cm. Plástica. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	6912	1,96
85	Fio de sutura não absorvível em nylon monofilamentar preto, diâmetro 6-0, agulha 3/8 círculo, de aproximadamente 20mm, triangular cortante reversa. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	31104	1,64
86	FRACASSADO			
87	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão azul trançado, diâmetro 2-0, e fio de 45cm, não agulhado. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	MEDKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	43200	1,82
88	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão azul trançado, diâmetro 3-0, c/ agulha estriada de 3 cm, 3/8 círculo cilíndrica. Comprimento de 70 a 75cm, indicado para aparelho digestivo. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			
	REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	41472	1,71
89	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão azul trançado, diâmetro 3-0, e fio de 45cm, não agulhado. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.			



MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	52416	1,56
90	FRACASSADO		
91	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão multifilamentar preto, diâmetro 0, não agulhado. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	85248	1,71
92	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão multifilamentar preto, diâmetro 2-0, não agulhado. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	120960	1,57
93	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão multifilamentar preto, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, estriada, de aproximadamente 30mm, ponta e corpo cilíndricos. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	56218	1,90
94	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão trançado, diâmetro 0, c/ agulha estriada de 30mm, 3/8 círculo, corpo e ponta triangulares de corte reverso. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	80640	1,71
95	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão trançado, diâmetro 2-0, agulha estriada 3/8 círculo, triangular cortante, de aproximadamente 30mm. Comprimento de 45cm. Cuticular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	119040	1,71
96	Fio de sutura não absorvível em poliéster e algodão trançado, diâmetro 2-0, não agulhado. 15 fios com comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	368640	1,58
97	FRACASSADO		
98	FRACASSADO		
99	Fio de sutura não absorvível em poliéster recoberto por polibutilato, verde trançado, diâmetro 2-0, com 2 agulhas 1/2 círculo cilíndricas de corpo retangular, de 20 a 22mm. Comprimento de 75 cm. Cardiovascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	6912	5,70
100	FRACASSADO		
101	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 0, agulha 1/2 círculo, estriada de aproximadamente 35mm, corpo cilíndrico e ponta cilíndrica. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado em fechamento geral obstétrica e ginecologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	77187	3,50
102	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 10-0, com 2 agulhas retas, espátula de aproximadamente 16mm. Comprimento de 20cm. Indicado em oftalmologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	6912	94,00
103	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 2, agulha 3/8 círculo, triangular estriada de aproximadamente 75mm. Comprimento de 70 a 75cm. Indicado em fechamento geral obstétrica e ginecologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	3456	5,77
104	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 2-0, agulha 1/2 círculo, estriada de aproximadamente 30mm, corpo cilíndrico e ponta cilíndrica. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	72576	2,90
105	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 2-0, agulha 3/8 círculo, cilíndrica estriada de aproximadamente 25mm. Comprimento de 70 a 75cm. Aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	13824	2,90
106	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 2-0, com 2 agulhas 1/2 círculo, cilíndricas estriadas de corpo retangular de aproximadamente 25mm. Comprimento de 70 a 75cm. Cardiovascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	6912	4,95
107	FRACASSADO		

108	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 3-0, agulha 3/8 círculo, estriada de aproximadamente 30mm, corpo cilíndrico e ponta cilíndrica. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	50688	4,47
109	FRACASSADO		
110	FRACASSADO		
111	FRACASSADO		
112	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 5-0, com 2 agulhas 1/2 círculo, cilíndricas estriadas de aproximadamente 15mm. Comprimento de 70 a 75cm. Cardiovascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	6912	7,00
113	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 6-0, com 2 agulhas 3/8 círculo, cilíndricas estriadas com corpo retangular de 13mm. Comprimento de 70 a 75cm. Cardiovascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	6912	9,20
114	Fio de sutura não absorvível em polipropileno monofilamentar azul, diâmetro 7-0, com 2 agulhas 3/8 círculo, cilíndricas estriadas com corpo retangular de 10 a 13mm. Comprimento de 70 a 75cm. Cardiovascular. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	6912	34,23
115	Fio de sutura não absorvível em seda, preto trançado, diâmetro 0, não agulhado. Comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	72576	1,89
116	Fio de sutura não absorvível em seda, preto trançado, diâmetro 3-0, não agulhado. 15 fios com comprimento de 45cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	6912	5,06
117	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 0, c/ agulha de 30 a 31mm, 3/8 círculo, cilíndrica. Comprimento de 70 a 75cm. Aparelho gastrointestinal. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	5760	1,89
118	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 2-0, c/ agulha de aproximadamente 30mm, 3/8 círculo, corpo cilíndrico e ponta cônica. Comprimento de 70 a 75cm. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA	MARCA: SHALON	4608	1,62
119	FRACASSADO		
120	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 3-0, c/ agulha de aproximadamente 17mm, 1/2 círculo, triangular cortante. Comprimento de 45cm. Indicado em odontologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	6912	2,06
121	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 4-0, c/ agulha de 17mm, 1/2 círculo, corpo e ponta triangulares de corte reverso. Comprimento de 45cm. Indicado para uso odontológico. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
MEKLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE	MARCA: ACE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-MODELO	103680	2,05
122	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 4-0, c/ agulha de aproximadamente 13mm, 3/8 círculo, triangular. Comprimento de 45cm. Oftalmologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	41472	18,70
123	Fio de sutura não absorvível em seda, trançado, diâmetro 6-0, c/ 2 agulhas de aproximadamente 6,5mm, 3/8 círculo, espátula. Comprimento de 45cm. Oftalmologia. Estéril, embalado em material que assegure a esterilidade do conteúdo e a abertura asséptica, contendo externamente os dados exigidos pela legislação sanitária vigente.		
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS	MARCA: POINT SUTURE	9216	75,76
124	FRACASSADO		
125	FRACASSADO		
126	DESERTO		

OBSERVAÇÕES:

A empresa detentora da expectativa do direito de contratar com a Administração poderá ser convocada de acordo com cada necessidade Administrativa, observada a demanda exigida e prazo para atendimento conforme exigências do Edital e Ata de Registro de Preços Geral, a qual fica recepcionada com neste extrato transcrita;

A liberação e consequente Contrato Administrativo ou instrumento congêneres (AC) ficarão adstritos a indicação de dotação orçamentária para a consequente despesa em conformidade com o planejamento realizado pela Secretaria de Saúde do Estado do Piauí/SESAPI, depois de ouvido o órgão gerenciador para efeito de controle das quantidades licitadas e emissão das respectivas liberações, conforme seja cada caso;

A unidade requisitante fará a requisição (pedido) do objeto conforme a sua necessidade pontual, observando sempre as condições do Extrato Parcial, os itens e respectivas especificações, levando-se em consideração as quantidades definidas no Termo de Referência (TR) e demais disposições da Ata de Registro Geral;

Os preços registrados são os máximos admitidos, devendo a contratação ser procedida de **pesquisa de preços** no mercado, na forma prevista no art. 15, & 4º, da Lei 8.666/1993 e art. 12 do Decreto Estadual nº 11.319/2004.

A Ata de Registro Geral Nº- CPL/SESAPI integra este Extrato Parcial como se nele estivesse transcrita, produzindo todos os efeitos legais, vinculada que está ao Processo Administrativo Nº AA.900.1022800/15-37- CPL/SESAPI.

IDENTIFICAÇÃO E CONTATOS DETENTORA DE PREÇOS REGISTRADOS

DETENTORA	POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
CNPJ	12.340.717/0001-61
INSC. ESTADUAL	06.093.064-0
CONTATO	Lorena Miranda Cavalcante (85) 3485-1587
ENDEREÇO	RUA MOACIR, 435 BARRA DO CEARÁ - FORTALEZA - CE
CIDADE	FORTALEZA - CE CEP 60.332-650
E-mail	conta@pointsuture.com.br; pointsuture@pointsuture.com.br
ASSINATURA	

DETENTORA	GRADUAL - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ	12.040.718/0001-90
INSC. ESTADUAL	16.170.558-8
CONTATO	SUELI COSTA LIMA
ENDEREÇO	RUA DR. OSCAR SOARES, 50 BAIRRO JAGUARIBE
CIDADE	JOÃO PESSOA - PB (83) 3221-3843
E-mail	agrual@hotmail.com
ASSINATURA	

DETENTORA	MEDIKLAB PRODUTOS HOSPITALARES
CNPJ	10.997.556/0001-58
INSC. ESTADUAL	
CONTATO	MARIA LUZ DE OLIVEIRA SANTOS (21) 2524-0850
ENDEREÇO	RUA EVARISTO DA VEIGA, 21
CIDADE	RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 20031-040
E-mail	Mediklab.rio@ig.com.br
ASSINATURA	

DETENTORA	REMAC ODONTOMÉDICA HOSPITALAR LTDA
CNPJ	06.861.405/0001-09

INSC. ESTADUAL	19.402.686-8
CONTATO	Antônio Sérgio neto - Administrador
ENDEREÇO	RUA BARROSO, 988 N/CENTRO (86)2109-3000
CIDADE	TERESINA PIAUÍ CEP: 64.000-130
E-mail	Remac@remacpi.com.br
ASSINATURA	

Of. 951



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2017 AO CONTRATO Nº 011/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

CNPJ DO CONTRATANTE: 06.553.523.0001-41

CONTRATADA: L.A.P. DE CARVALHO - ME

CNPJ DA CONTRATADA: 06.211.813/0001-07

RESUMO DO OBJETO:

O presente termo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 011/2016 celebrado pela SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN e a empresa L.A.P. DE CARVALHO – ME.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato será prorrogado pelo período de 03 (três) meses, a contar da data de assinatura do termo aditivo. O período para contratação está adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 09/03/2017

VALOR GLOBAL: R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) total.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39 – Serviço Terceiros Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSOS: Fonte: 117 – Operação de Crédito Externo

SIGNATÁRIOS: Antonio Rodrigues de Sousa Neto **pela**

CONTRATANTE, e Luciane Azevedo Portela de Carvalho **pela**

CONTRATADA.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2017 AO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

CNPJ DO CONTRATANTE: 06.553.523.0001-41

CONTRATADA: SILVANA MARIA VASCONCELOS VIANA ROCHA-ME

CNPJ DA CONTRATADA: 05.806.162/0001-35

RESUMO DO OBJETO:

O presente termo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 006/2016 celebrado pela SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN e a empresa SILVANA MARIA VASCONCELOS VIANA ROCHA-ME.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato será prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do termo aditivo. O período para contratação está adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 13/03/2017

VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) total.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39 – Serviço Terceiros Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSOS: Fonte: 0100001001 – Tesouro Estadual

SIGNATÁRIOS: Antonio Rodrigues de Sousa Neto **pela**

CONTRATANTE, e Silvana Maria Vasconcelos Viana Rocha **pela**

CONTRATADA.

Of. 050



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

AVISO DE JULGAMENTO CONVITE Nº 001/17

Processo Administrativo nº AA.310.1.001331/16-65

A Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PI comunica a Decisão proferida em julgamento à fase de Habilitação do Convite nº 001/2017 que declarou habilitadas as empresas Felipe de Santana Machado - EPP, Global Serviços de Limpeza e Terceirizados - EPP, Guimarães & Braga Ltda-EPP e Construtora Caxé Ltda - EPP e inabilitada a empresa Lastro Engenharia Ltda. Fica facultada a interposição de recurso em face do julgamento proferido, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da presente publicação. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SECID/PI, Av. Joaquim Ribeiro, 835, Centro/Sul, CEP: 64.001-480, nesta Capital. Tel: (86) 3216-3692. Fax: (86) 3216-4474. E-mail cidades@cidades.pi.gov.br.

Teresina (PI), 28 de março de 2017.

José Guimarães Lima Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 039



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Desenvolvimento do Piauí

IDEPI

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da **Tomada de Preços nº 001/2017**, que tem como objeto a recuperação de estrada vicinal com revestimento primário com extensão de 19,275 Km, na zona rural, Povoado Pajeú à localidade Tapera do Município de Flores – PI. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações do IDEPI, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina – Piauí, **às 08:00 horas do dia 17 de abril de 2017**. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. **16208.154510021.2372 – Natureza da Despesa: 44.90.51 e FR – 00 (Tesouro do Estado)**. O valor estimado da obra/serviços é **R\$ 758.070,83 (setecentos e cinquenta e oito mil e setenta reais e oitenta e três centavos)**. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito a Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI, Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@idepi.pi.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina (PI), 27, março, de 2017.

Marcilio Kalson Almeida Oliveira
Coordenador de Licitações do IDEPI

Visto: GERALDO MAGELA BARROS AGUIAR
Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da **Tomada de Preços nº 002/2017**, que tem como objeto obra de pavimentação de 5.176,00 m² (cinco mil cento e setenta e seis

metros quadrados) em paralelepípedo das ruas: Calisto Lobo, José H. Ferreira, Petrônio Portela e ad Ruas Projetadas de nº I, II e III, na sede do município de Flores - PI, conforme projeto, especificações e planilhas orçamentárias fornecidas pelo IDEPI e anexas ao processo administrativo de nº 237/16. **Data da abertura: 17, de abril, de 2017 – as 9h : 00 min. Tipo de Licitação: Menor preço/Empréitada por Preço Unitário. Dotação Orçamentária: 16208.154510021.1301 – Natureza da Despesa: 44.90.51 e Fontes: 00/12/16 Valor previsto: R\$ 627.638,52 (seiscentos e vinte e sete mil e seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito a Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI, Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina (PI), 27, de março, de 2017.

Marcilio Kalson Almeida Oliveira
Coordenador de Licitações do IDEPI

Visto: GERALDO MAGELA BARROS AGUIAR
Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI

Of. 126



AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial 005/2017

OBJETO: Esta licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR**, a fim de atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Piauí – DPE/PI.

SESSÃO DE ABERTURA: 07/04/2017.

HORÁRIO: 08h00min (horário Local).

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 28/03/2017.

LOCAL: Casa de Núcleos, no auditório da ESDEPI, 2º Andar, Av. Nossa Senhora de Fátima, 1342, Bairro de Fátima, Zona Leste, Teresina/PI.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93

EDITAL: Encontra-se à disposição dos interessados no site TCE-PI licitações web e na Coordenadoria de Licitações e Contratos Administrativos - CLC, localizada na Rua Nogueira Tapety, n. 138, Bairro dos Noivos, CEP: 64.046-020, Teresina/PI, no horário de 7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira e poderá ser retirado por meio de mídia óptica (CD).

CONTATO: (86) 98845-2422. cpldpe@hotmail.com

Déborah Renata Elvas Soares
Pregoeira -DPE
Portaria GDGP nº 040/2017

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral

Of. 042



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 02**, a vigência do Convênio abaixo:

Convênio nº: 006/2016.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores do Assentamento Fortaleza 03

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

A prorrogação da vigência do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por **92** dias, passando o término da vigência para o dia 30/06/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores do Assentamento Fortaleza 03

Vigência: 30/06/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 01**, a vigência do Convênio abaixo:

Convênio nº: 017/2016.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

A prorrogação da vigência do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por **90** dias, passando o término da vigência para o dia 28/06/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí

Vigência: 28/06/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 01**, a vigência do Convênio abaixo:

Convênio nº: 018/2016.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Prefeitura Municipal de Agricolândia.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

A prorrogação da vigência do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por **183** dias, passando o término da vigência para o dia 15/10/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de Agricolândia.

Vigência: 15/10/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 01**, a vigência do Convênio abaixo:

Convênio nº: 019/2016.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

A prorrogação da vigência do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por **181** dias, passando o término da vigência para o dia 16/10/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí.

Vigência: 16/10/2017

Of. 290



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

O Hospital Regional Eustáquio Portela, por meio da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando a Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Expediente, Suprimentos de Informática, Enxoval, Descartáveis, Material Gráfico e Material de Construção, em estrita conformidade com a descrição contida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, cuja abertura ocorrerá no dia 11/04/2017, às 08:00h, na Sala de Reunião da CPL do HREP, situado na Avenida Santos Dumont, s/n, Centro, CEP: 64.300-000, Valença do Piauí-PI. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço citado, das 8:00h às 13:00h. Maiores informações na CPL/HREP, Fone (89) 3465-1015.

Valença do Piauí-PI, 28 de março de 2017.

Celina Cesar Daniel
Presidente da CPL/Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

O Hospital Regional Eustáquio Portela, por meio da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando a Aquisição de Oxigênio, Mamômetro e Materiais para Oxigênio, em estrita conformidade com a descrição contida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, cuja abertura ocorrerá no dia 11/04/2017, às 11:30h, na Sala de Reunião da CPL do HREP, situado na Avenida Santos Dumont, s/n, Centro, CEP: 64.300-000, Valença do Piauí-PI. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço citado, das 8:00h às 13:00h. Maiores informações na CPL/HREP, Fone (89) 3465-1015.

Valença do Piauí-PI, 28 de março de 2017.

Celina Cesar Daniel
Presidente da CPL/Pregoeira



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

O Hospital Regional Eustáquio Portela, por meio da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando a Aquisição de Gêneros Alimentícios não Perecíveis, Polpas de Frutas, Frutas, Legumes e Verduras e Produtos de Padaria, em estrita conformidade com a descrição contida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, cuja abertura ocorrerá no dia 11/04/2017, às 14:00h, na Sala de Reunião da CPL do HREP, situado na Avenida Santos Dumont, s/n, Centro, CEP: 64.300-000, Valença do Piauí-PI. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço citado, das 8:00h às 13:00h. Maiores informações na CPL/HREP, Fone (89) 3465-1015.

Valença do Piauí-PI, 28 de março de 2017.

Celina Cesar Daniel
Presidente da CPL/Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

O Hospital Regional Eustáquio Portela, por meio da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando a Aquisição de Combustíveis, Lubrificantes e Gás de Cozinha, em estrita conformidade com a descrição contida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, cuja abertura ocorrerá no dia 11/04/2017, às 16:30h, na Sala de Reunião da CPL do HREP, situado na Avenida Santos Dumont, s/n, Centro, CEP: 64.300-000, Valença do Piauí-PI. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço citado, das 8:00h às 13:00h. Maiores informações na CPL/HREP, Fone (89) 3465-1015.

Valença do Piauí-PI, 28 de março de 2017.

Celina Cesar Daniel
Presidente da CPL/Pregoeira



Of. 027

EXTRATO DO CONTRATO 15/2017

FIRMA: A. Sampaio e Cia Ltda.
C.N.P.J.: 06.839.369/0001-79.
OBJETO: Aquisição de materiais do grupo elétrico. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR GLOBAL: R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.



RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 16/2017

FIRMA: Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda – EPP.
C.N.P.J.: 15.984.883/0001-99
OBJETO: Aquisição de materiais do grupo elétrico. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR GLOBAL: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.



RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 11/2017
AO CONTRATO 50/2012**

FIRMA: M.F. Lima Carneiro – Metropolitan Rent a Car.
C.N.P.J.: 04.626.774/0001-83.
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade por mais 12 (doze) meses.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.



RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 69-A/2016
AO CONTRATO 73/2013**

FIRMA: Geoplan – Consultoria, Planejamento e Serviços Ltda.
C.N.P.J.: 63.347.371/0001-64.
OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e de validade por mais 12 (doze) meses.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.



RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 69-A/2016
AO CONTRATO 076/2016**

FIRMA: J. F. Cunha Impermeabilização Ltda.
C.N.P.J.: 04.747.178/0001-51.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.



RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 68-A/2016
AO CONTRATO 37/2016**

FIRMA: J. F. Cunha Impermeabilização Ltda.
C.N.P.J.: 04.747.178/0001-51.
OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência por mais 90 (noventa) dias.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.

RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
Diretor Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

	FIRMA REGISTRADA	QNT	VALOR GLOBAL R\$
LOTE I,II,III	CONE DO BRASIL LTDA		
	Material hidráulico	65.150	453.000,00
LOTE IV,V	A.SAMPAIO & CIA LTDA		
	Material hidráulico	608.750	396.975,00
LOTE VI	V & V COMERCIAL LTDA		
	Material hidráulico	56.000	167.960,00

VIGNCIA 12 MESES/FUNDAMENTO LEGAL: LEIS 8.666/93E 10.520/02

RAIMUNDO NONATO FARIAS TRIGO
DIRETOR PRESIDENTE

Of. 387



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato nº 006/2016, celebrado entre a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ-JUCEPI E A EMPRESA VOX SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA EPP, à contratação de serviços de informática.

Onde se lê:

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.2. Os valores previstos no item 6.1. serão reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a cada período de 12 (doze) meses considerando o termo inicial a data da Proposta Comercial nº SIGFácil 075/2015 apresentada pela CONTRATADA, qual seja, 23/11/2015, que passa a fazer parte deste Contrato independentemente de transcrição.

6.3. Na hipótese de extinção do IGP-M será utilizado o maior índice de preços oficial que reflita a sua variação no período de reajuste.

Leia-se:

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.2. Os valores previstos no item 6.1. serão reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a cada período de 12 (doze) meses considerando o termo inicial a data da Proposta Comercial nº SIGFácil 075/2015 apresentada pela CONTRATADA, qual seja, 23/05/2016, que passa a fazer parte deste Contrato independentemente de transcrição.

6.3. Na hipótese de extinção do IGP-M será utilizado o maior índice de preços oficial que reflita a sua variação no período de reajuste.

Teresina-PI, 24 de fevereiro de 2017.

Maria Alzenir Porto da Costa
Presidente da JUCEPI

Of. 159



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato nº 002/2017, celebrado entre a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ-JUCEPI E O SR. LUIZ MARTINS BONFIM FILHO, à locação não residencial de imóvel.

Onde se lê:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global deste contrato é estimado em R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), à serem pagos pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas referentes ao corrente exercício, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), correrão à conta da dotação orçamentária: ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 20201; FUNÇÃO: 04; SUBFUNÇÃO: 122; PROGRAMA: 90; PROJETO/ATIVIDADE: 2290; NATUREZA DA DESPESA: 339039; FONTE: 00.

Leia-se:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global deste contrato é estimado em R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), à serem pagos pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas referentes ao corrente exercício, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), correrão à conta da dotação orçamentária: ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 20201; FUNÇÃO: 04; SUBFUNÇÃO: 122; PROGRAMA: 90; PROJETO/ATIVIDADE: 2290; NATUREZA DA DESPESA: 339036; FONTE: 00.

Teresina-PI, 03 de março de 2017.

Maria Alzenir Porto da Costa
Presidente da JUCEPI

Of. 168

Diário Oficial

22



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA



EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	L C TRANSPORTE ESCOLAR LTDA. (LOCAR)
CNPJ DA CONTRATADA	13.118.835/0001-92
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	28/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	95.090,22 (Noventa e cinco mil, noventa reais e vinte e dois centavos)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Luiz Carlos Magno Silva - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	SOUSA CAMPELO TRANSPORTE LTDA.
CNPJ DA CONTRATADA	10.644.834/0001-93
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	25.600,00 (Vinte e cinco mil e seiscentos reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Gilberto Campelo Lima - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	JJ E SILVA - EPP
CNPJ DA CONTRATADA	69.607.729/0001-27
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo (micro ônibus)
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Josiel Jerônimo e Silva - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA. (REI ARTUR)
CNPJ DA CONTRATADA	21.515.124/0001-800
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo (ônibus)
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	76.600,00 (Setenta e seis mil e seiscentos reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Antônio Agnildo de Carvalho Melo - contratada
-------------------------	--

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	BRITO TRANSPORTES LTDA.-EPP
CNPJ DA CONTRATADA	09.360.781/0001-08
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo (Caminhão Baú)
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	8.100,00 (Oito mil e cem reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Raimundo Nonato Brito Lustosa - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	EMPRESA NILTON TURISMO LTDA.-EPP
CNPJ DA CONTRATADA	07.725.929/0001-27
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	29.176,10 (Vinte e nove mil cento e setenta e seis reais e dez centavos)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel. PM - contratante e Nilton Clebert Barros Lima - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	AUTO LESTE VEÍCULOS LTDA.-ME
CNPJ DA CONTRATADA	09.116.541/0001-54
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo (picape)
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	12.300,00 (Doze mil e trezentos)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Fabiano Chaves Santos - contratada

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2016-GAMIL	
CONTRATANTE	Gabinete Militar da Governadoria
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.481/0002-20
CONTRATADA	LUAUTO RENT A CAR LTDA
CNPJ DA CONTRATADA	07.321.071/0001-35
RESUMO DO OBJETO	Serviço de Locação de Veículo
PRAZO DE VIGENCIA	12(doze) meses, a contar de 04 de Jan / 2017
PRAZO DE EXECUÇÃO	12(doze) meses
DATA DE ASSINATURA	23/12/2016
VALOR ESTIMADO MÊS (POR DEMANDA)	4.360,00 (Quatro mil trezentos e sessenta reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2000
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39
FONTE DE RECURSOS	100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	José Denilson do Rêgo Marques - Cel PM - contratante e Antonio Caetano Neto - contratada

José Denilson do Rêgo Marques - Cel. QOPM
Chefe do Gabinete Militar da Governadoria

Of. 085



ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
GABINETE DO COMANDO GERAL



AVISO DE LICITAÇÃO

O ESTADO DO PIAUÍ, através da POLÍCIA MILITAR torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017 - CPL/PMPI, do tipo MENOR PREÇO SOB O REGÍME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa do ramo da engenharia civil para executar obra de construção do prédio sede da COMPANHIA DE SIMPLICIO MENDES - PI. O prazo para o protocolo dos envelopes PROPOSTA/HABILITAÇÃO dar-se-á até às 9h do dia 17 de abril de 2017 - segunda-feira e a sessão de análise e de julgamento da habilitação e das propostas e demais atos inerentes ao certame terá início às 9h30mn do dia 17 de abril de 2017, na sala da Comissão Permanente de Licitação da PMPI, localizada na Avenida Higino Cunha, 1750, sul, Teresina/PI - QCG. O edita e seus anexos com seu inteiro teor esta disponível no site e-mail: cpl.pmpi.2009@hotmail.com; WWW.pmpi.gov.br. Telefone: 86 98819-369.

CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUZA - CEL PM - COMANDANTE GERAL DA PMPI, EDSON MENESES DE CARVALHO - TC. PM. PRESIDENTE DA CPL/PMPI.

Of. 165

AVISO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

Pregão Presencial nº 004/2017-CPL/PMPI

Processo AA.028.1.9016355/2016 - CPL/PMPI

Objeto: Registro de Preços Setorial para futuras aquisições com fornecimento de pneus, câmaras de ar para Polícia Militar do Piauí e órgãos Participantes.

Data de Abertura do Procedimento: 12/04/2017, às 09h00min.

Local: Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Piauí - QCG/PMPI, situada na Av. Higino Cunha, 1750, CEP 64014-220, Ilhotas, em Teresina-PI.

Raimundo Nonato Dourado Filho - 1º SGT PM
Pregoeiro da PMPI

Carlos Augusto Gomes de Sousa - Cel PM
Comandante Geral da PMPI.

Publique-se

Of. 168



AVISO DE RESULTADO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 003 / 2017

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER, através da Comissão Especial de Licitação do DER/PI, nomeada através da Portaria DGE Nº 021/2017, torna público que a CEL em reunião substanciada na Ata datada de 27 de março de 2017, que considerou como apta e habilitada para continuar participando da licitação epigrafada, uma vez que satisfatoriamente cumpriu as regras do edital, a empresa RM ESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO LTDA, e inabilitada a empresa JATOBETON ENGENHARIA LTDA, pelo descumprimento da alínea C.1 do item 13.5.1 e alínea D.8 do item 26.17 do Edital, contando a partir da data desta publicação o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventual interposição de recursos por parte dos interessados, com os autos franqueados para vista dos licitantes no horário de expediente desta Autarquia, ao tempo em que comunicamos, também, que não havendo interposição de recurso por nenhuma das interessadas, será procedida a abertura dos envelopes relativos às propostas de preços constante do Envelope Nº 02 às 09:00 (nove) horas do segundo dia útil após o término do prazo de recurso.

A ata com a decisão acima prolatada encontra-se à disposição das empresas interessadas na sede do DER-PI, na Av. Frei Serafim, 2492. Centro, nesta Capital, no horário de expediente deste órgão, para exame e cópias.

Teresina, 28 de março de 2017.

Proc. Aut. Clóvis Portela Veloso
Presidente da Comissão Especial de Licitação/DER/PI

Of. 148

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO PJU/054/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2105/16 - 4º Volume

OBJETO: a inclusão de nova fonte, contemplado com recursos do Programa de Financiamento DPL II, Fonte de Recursos 17 - Operação de Crédito Externa, pertinente à Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, com extensão de 6.962,55m e Recapeamento Asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, com extensão de 8.123,57m, em diversas Ruas e Avenidas na zona urbana do Município de São João do Piauí

VIGÊNCIA: 36 meses.

DATA DO ADITIVO: 27 de março de 2017.

VALOR: 6.299.552,71 (seis milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso - Código 00 - Recursos Ordinários, 16 - OP. de Crédito Interna e 17 - Op. de Crédito Externa; Projeto / Atividade - 46201.26782201.066 - Restauração, Pavimentação, Implantação de Rodovias e Mobilidade Urbana; Natureza da Despesa - 4.4.90.51 - Obras e Instalações.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS/DER/PI. CNPJ: 06.535.751/0001-99.

CONTRATADA: TERRACON - TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 06.149.578/0001-72

ASSINATURAS: Engº José Dias de Castro Neto (Diretor Geral do DER/PI) e Engº José Terto Filho (Representante Legal/ Terracon - Terraplanagem e Construções Ltda)

Engº. José Dias de Castro Neto
Diretor Geral do DER/PI

Of. 030



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DO ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito.

CONTRATADA: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ATI.

OBJETO: Prestação pela contratada à contratante de serviços de registro, publicação, suporte e manutenção de domínio para o endereço do site monsenhorhipolito.pi.gov.br na Internet.

VALOR: O valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, em parcela única, pelo registro do domínio, e R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos) mensais pelo suporte e manutenção do domínio.

FONTE DE RECURSOS:

Exercício: 2017.

Ente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPOLITO.

Unidade Gestora: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Natureza da Despesa: ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, FPM.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite previsto em lei;



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes.

CONTRATADA: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

OBJETO: Prestação pela contratada à contratante de serviços de registro, publicação, suporte e manutenção de domínio para o endereço do site domexpeditolopes.pi.gov.br na Internet.

VALOR: O valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, em parcela única, pelo registro do domínio, e R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos) mensais pelo suporte e manutenção do domínio.

FONTE DE RECURSOS:

Exercício: 2017.

Ente: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES.

Unidade Gestora: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.

Natureza da Despesa: ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO, FPM.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite previsto em lei;

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro II.

CONTRATADA: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

OBJETO: Prestação pela contratada à contratante de serviços de registro, publicação, suporte e manutenção de domínio para o endereço do site pedroii.pi.gov.br na Internet.

VALOR: O valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, em parcela única, pelo registro do domínio, e R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos) mensais pelo suporte e manutenção do domínio.

FONTE DE RECURSOS:

Dotação orçamentaria: 04.122.0027.2104

Exercício: 2017.

Elemento: 33.90.39

Projeto Atividade: 2104

DATA DA ASSINATURA: 14.02.2017.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite previsto em lei;

Of. 174



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E LAZER



ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO Nº 0008/2016

NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 210, PÁGINA 26, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, ONDE SE LÊ: DATA DA ASSINATURA: 28/10/2016. LEIA-SE: DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016.

ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO Nº 0006/2016

NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 210, PÁGINA 26, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, ONDE SE LÊ: DATA DA ASSINATURA: 28/10/2016. LEIA-SE: DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016.

ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO Nº 0007/2016

NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 210, PÁGINA 26, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, ONDE SE LÊ: DATA DA ASSINATURA: 28/10/2016. LEIA-SE: DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016.

Of. 091

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 33/2017

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93 e o que consta no Processo Administrativo 33/2017.

CONTRATANTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER-CDSOL

CNPJ DO CONTRATANTE: 22.821.131/0001-72.

CONTRATADO: LOOK COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-ME

CNPJ DO CONTRATADO: 35.140.821/0001-08

RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: serviços de confecção de placas de identificação para as portas deste órgão, bem como a troca de lona e refletores de placa do Parque Nova Potyocabana de Teresina.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2017

PRAZO DE EXECUÇÃO: 10/05/2017

DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/02/2017.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.069,00 (Seis mil, sessenta e nove reais)

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 11116; F 04; SF 122; P90; P.A.2000.

NATUREZA DE DESPESA: 339039

FONTE DE RECURSOS: 00

SIGNATÁRIOS:

PELA CONTRATANTE: Simone Pereira de Farias Araújo

PELA CONTRATADA: Robert Eduardo Serejo Soares

Of. 090



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ UESPI
GABINETE DA REITORIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01092/2017.

ATO: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2015.

CONTRATANTE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA SAMYRES SAARA ROCHA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 064/2015, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 01 de abril de 2017. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Convênio federal PARFOR/FUESPI - Fonte: 10. **CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO Nº 064/2015:** Ficam recepcionadas por este termo todas as cláusulas do contrato original. **DATA DA ASSINATURA:** 13/02/2017. **SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA e SAMYRES SAARA ROCHA.

INFORMAÇÕES: DDI/FUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01092/2017

ATO: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2015.

CONTRATANTE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADO ALAN FONSECA DOS SANTOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 058/2015, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 01 de abril de 2017. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Convênio federal PARFOR/FUESPI - Fonte: 10. **CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO Nº 064/2015:** Ficam recepcionadas por este termo todas as cláusulas do contrato original. **DATA DA ASSINATURA:** 13/02/2017. **SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA e ALAN FONSECA DOS SANTOS.

INFORMAÇÕES: DDI/FUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02410/2017

ATO: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2014.

CONTRATANTE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA EMPRESA MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGÍSTICA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 017/2014, passando a vigor por mais 12 (doze) meses a partir de 28 de março de 2017. **CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO Nº 017/2014:** Ficam recepcionadas por este termo todas as cláusulas do contrato original. **DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2017. **SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA e DAVID BORGES HAGEM MAZUAD. **INFORMAÇÕES:** MAZUAD/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01952/2017, conforme publicação do termo de rescisão do relacionamento contratual, publicado no DOE nº 48 do dia 13 de março de 2017.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA** LEANDRO EVANGELISTA BEZERRA. **ONDE SE LÊ: OBJETO:** A PARTIR DE 15 DE FEVEREIRO DE 2015. **LEIA-SE: OBJETO:** A PARTIR DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017. DDI/FUESPI.

Of. 207



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/17

Número do Processo de Licitação: 0901/16
Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 002/16 - CPL/HPMPI
Fundamento legal: Adesão Carona, Liberação nº 0042/17 - DL/SEADPREV/PI, de 03/02/17 à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 002/17 - CPL/HPMPI, de 31/10/16, Doe 207 de 07/11/17 e Lei 8.666/93.

Contratante: Maternidade Dona Evangelina Rosa.
CNPJ do Contratante: 06.553.564/0106-05.
Contratado: B & G Distribuidora de Alimentos Ltda..
CNPJ do Contratado: 10.298.854/0001 - 50.
Resumo do objeto do contrato: Gêneros Não Perecíveis.
Prazo de execução: 12 (doze) meses.
Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Data de assinatura do contrato: 14/03/17
Valor global: 44.835,49 (Quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos)
Ação orçamentária: 2219.
Natureza de Despesa: 33.90.30
Fonte de Recursos: SUS/113
Signatários do contrato:
Pela Contratante: José Araújo Brito.
Pela Contratada: Benedito Oliveira Sobrinho

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/17

Número do Processo de Licitação: AA.900.1.025898/16 - 86/ PROCESSO MDER Nº 0678/16.
Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 002/17 - CPL/MDER
Fundamento legal: Termos da Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, Parecer PGE/PLC nº 1761/16 e demais normas pertinentes ao Pregão Presencial nº 002/17 - CPL/MDER.

Contratante: Maternidade Dona Evangelina Rosa.
CNPJ do Contratante: 06.553.564/0106-05.
Contratado: Samuel Castelo B. Torres.
CNPJ do Contratado: 04.585.748/0001 - 54
Resumo do objeto do contrato: Gêneros Alimentícios Perecíveis (carnes)
Prazo de execução: 12 (doze) meses.
Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Data de assinatura do contrato: 20/03/17
Valor global: 1.045.297,00 (Um milhão quarenta e cinco mil duzentos e noventa e sete reais).
Ação orçamentária: 2137.
Natureza de Despesa: 33.90.30
Fonte de Recursos: SUS/113
Signatários do contrato:
Pela Contratante: José Araújo Brito.
Pela Contratada: Samuel Castelo Branco Torres

CLODOVEU DE SOUSA RIBEIRO

Coordenador de Licitação
CPF: 470.301.783-00

Of. 219



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PROJUR/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 02/2017
CONTRATANTE: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPI
CONTRATADO: João Paulo Guarino de Brito
CPF: 552.967.343-00
OBJETO: locação de um imóvel situado em Eliseu Martins - PI
VALOR MENSAL: R\$ 300,00 (Trezentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Art. 24, X
FONTE DE RECURSO: 00.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2000
ELEMENTO DE DESPESA: 339036
PRAZO DE VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018.
DATA DE ASSINATURA: 16 de fevereiro de 2017.

BERNILDO DUARTE VAL
Diretor Geral

Of. 214

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 001/2017 - HRJL/CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2017
MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 001/2017
OBJETO: "Aquisição de oxigênio líquido medicinal, locação de tanque criogênico e prestação de serviço em assistência Técnica.
CONTRATANTE: Hospital Regional Justino Luz
CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS NE LTDA
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro e 2017
VALOR: R\$ 374.260,00 (Trezentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta reais)
FONTES DE RECURSOS: 0113000000/0100000000
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de março de 2017
Of. 039

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para a execução dos serviços de recuperação de estrada vicinal na Zona Rural do Município de São João da Canabrava, data do recebimento e abertura da documentação e propostas: 19.04.2017 as 11h00min horas. LOCAL: Prefeitura Municipal de São João da Canabrava - sala de reunião da C P L. Av. São João Batista, 580 - Centro, em São João da Canabrava(PI). EDITAL: A disposição dos interessados no endereço supra, no horário de 8:00 as 11:00h.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2017

OBJETO: Aquisição de combustíveis (óleo diesel) para apoio a recuperação de estradas vicinais localizadas na zona rural do município de São João da Canabrava, através do governo do estado/secretaria das cidades, Fonte de Recursos: Convênio firmado com o governo do estado/secretaria das cidades. data do recebimento e abertura da documentação e propostas: 19.04.2017 as 09h00min horas. LOCAL: Prefeitura Municipal de São João da Canabrava - sala de reunião da C P L. Av. São João Batista, 580 - Centro, em São João da Canabrava(PI). EDITAL: A disposição dos interessados no endereço supra, no horário de 8:00 as 11:00h.

São João da Canabrava(PI), 27 de março de 2017

Antônio Júnior de Sousa Silva
Presidente da CPL

P. P. 21804

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL-PI

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL (PI) avisa aos interessados que fará realizar às 11:30 horas do dia 18/04/2017, a abertura da licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 001/2017, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para a aquisição de material de consumo. DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO LOCAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 C/C DECRETO Nº 8.538/2015 para atender a Câmara Municipal de Cocal, com valor previsto de R\$38.946,53 que serão pagos com recursos próprios. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Cocal, com à CPL, sito à rua José Barcelos Fontenele, 530, Centro, fone (86) 33621517.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL (PI) avisa aos interessados que fará realizar às 13:00 horas do dia 18/04/2017, a abertura da licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 002/2017, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para a aquisição de combustível. DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO LOCAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 C/C DECRETO Nº 8.538/2015, para atender a Câmara Municipal de Cocal, com valor previsto de R\$54.597,95 que serão pagos com recursos próprios. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal, com à CPL, sito à rua José Barcelos Fontenele, 530, Centro, fone (86)33621517. Cocal (PI), 27 de Março de 2017. Wallenberg Costa e Silva - Presidente CPL.

P. P. 21801



O U T R O S



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, e no Estatuto da Companhia ficam convidados os senhores acionistas da Companhia Energética do Piauí a comparecer a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2017, às 10 horas, na sede da CEPISA, à Av. Maranhão, 759 sul, na cidade de Teresina, para deliberação da seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016;
2. Eleger os membros do Conselho de Administração;
3. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
4. Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Teresina (PI), 29 de março de 2017

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Presidente do Conselho de Administração

P. P. 21802

3 - 1

ITAUEIRA AGROPECUÁRIA S.A., COM SEDE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI-PI, CNPJ 07.231.103/0012-64, TORNA PÚBLICO QUE SOLICITOU A SEMAR A RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE USO DE POÇO TUBULAR, NA FAZENDA SANTA CRUZ, SUBBACIA RIO CAÑIDE, AQUIFERO POTI/PIAÚI NO MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI-PI, COM AS COORDENADAS: 08°05'27,00"S/42°58'17,80"W POÇO 03 RESERVADO 55080,00m³/ano, PARA USO DE IRRIGAÇÃO DE RUTIFERAS.

P. P. 21799

MARIANO ROSÁRIO FÉLIX DE ALMEIDA, CPF 181.250.263-04, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Maior, a Renovação da Licença de Operação (LO) e Mudança de Titularidade no processo nº 61/2013 para regularização ambiental de um Loteamento Urbano denominado Residencial Girassol, zona urbana do município de Campo Maior-PI.

FURTUNATO ERNESTO DA SILVA (POSTO ERNESTO), CNPJ Nº 26.870.810/0001-92, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR-PI, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), para operação de um Posto de Combustíveis na Rua Aquiles Pedro de Brito nº 21-B. São Vicente, zona urbana do município de São Julião – PI.

P. P. 21800

JN DE SOUSA PORTO, CNPJ 05.429.018/0001-27, AV. Aurélio Brito, 201, Piracuruca-PI, comunica à DLF/SEMAR a Mudança de sua Titularidade, para POSTO SETE CIDADES EIRELI-ME, mantendo o mesmo endereço, e CNPJ conforme JUCEPI 29/12/2016. Teresina, 23/03/17

JN DE SOUSA PORTO, CNPJ 05.429.018/0003-99, BR 343, SN, Km 142, comunica à DLF/SEMAR a Mudança de sua Titularidade, para POSTO SETE CIDADES EIRELI-ME, mantendo o mesmo endereço, e CNPJ conforme JUCEPI 25/11/2016. Teresina, 23/03/17

P. P. 21803



EDITAL Nº 003/2017 - INTERPI

EDITAL DE CITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA ADMINISTRATIVA – IMÓVEIS “MONTE HOREBE” – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – PI

A SECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI, FAZ PUBLICAR EDITAL DE CITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA ADMINISTRATIVA – IMÓVEIS: “MONTE HOREBE”, Município de São João do Piauí – PI. EDITAL Nº 003 / 2017. ÁREA: 1.146,5230HA (HUM MIL CENTOS QUARENTA E SEIS HECTARES, CEINQUENTA E DOIS ARES E TRINTA CENTIARES). OCUPANTES: VARIAS FAMÍLIAS. A SECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI, através do seu Procurador Autárquico que abaixo subscreve, como o presidente da Comissão, conforme Designação da Senhora REGINA LOURDES C. DE ARAÚJO COSTA Secretária de Regularização Fundiária interina – Diretor Geral do INTERPI, por meio da Portaria Nº 156/2016, datada do dia 14.12.2016 e publicada no DOE Nº 234, datado do dia 19.12.2016, FAZ SABER, ao acima mencionado, que fica designado o Dia 29 março de 2017, às 10:00 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Piauí, - Município de São João do Piauí – PI, para a Audiência de Instalação dos Trabalhos de Ação Discriminatória Administrativa do Imóvel denominados “MONTE HOREBE”, com uma área total de 1.146,5225HA (HUM MIL CENTO QUARENTA E SEIS HECTARES, CEINQUENTA E DOIS ARES E VINTE E CINCO CENTIARES), situado no Município de São João do Piauí – PI, e recebimento da documentação dos posseiros dessas áreas. Ficam convocados todos os interessados a comparecerem, perante a Comissão Especial processante da Ação Discriminatória Administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, as pessoas posseiras e portadora de título, ou seu representante legal, munidos dos seus documentos pessoais e da área que ocupa sobre o Imóvel acima mencionado, caso possua, para prestar depoimento, apresentar título e documentos, podendo arrolar testemunhas, prestar informações que digam respeito aos seus interesses, à localização e valor estimado da área que julgue proprietária ou ocupante, da quantidade e valor das benfeitorias, culturas e criações, confrontações e nome dos respectivos confrontantes. O prazo para apresentação das documentações pelo interessado contará da última publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí. Após a data marcada para o recebimento dos documentos dos posseiros, na sede do município, os que não entregaram só poderão fazer na sede da SECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI, situada na Rua 13 de maio, 307 – centro/norte – Teresina – PI, até o prazo estabelecido por este Edital. Após o período marcado para o recebimento dos documentos dos posseiros, prazo esse estabelecido por este Edital, os que não entregaram não mais poderão fazê-lo. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado e publicado na forma da Lei. Eu, JOSÉ GASTÃO BELO FERREIRA, Procurador Autárquico e presidente da Comissão Especial, mandei expedir e subscrevo o presente. Teresina – PI, 24 de março de 2017.

José Gastão Belo Ferreira.
PRESIDENTE

Of. 220

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

27



Governo do Estado do Piauí
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM DEZEMBRO de 2016 e 2015

	2016	2015
<u>ATIVO</u>		
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	13.559.135,39	11.704.575,57
Disponível	109.954,41	562.858,40
Contas a Receber	4.868.508,54	(1.123.388,09)
Convênios Diversos	4.978.201,37	4.978.201,37
Adiantamentos	731.018,65	731.018,65
Depósitos Judiciais e Recursais	2.871.452,42	3.828.145,57
Movimentação do FCVS	-	2.727.739,67
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	93.925.445,63	148.929.254,88
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.365.005,07	71.098.822,15
Investimentos	1.419,36	1.419,36
Imobilizado	70.737.575,66	83.885.951,99
(-) Depreciação Acumulada	(6.178.554,46)	(6.056.938,62)
TOTAL DO ATIVO	107.484.581,02	160.633.830,45
<u>PASSIVO</u>		
	2016	2015
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	124.498.920,54	100.768.767,81
Fornecedores	446.025,88	1.124.924,92
Impostos e Taxas a Recolher	25.940.107,78	14.017.820,80
Obrigações com Pessoal	48.795.453,78	29.914.481,75
Convênios - COMDEPI	5.445.651,95	22.723.946,65
Valores e Cred. Transitórios	10.846.954,79	22.150.759,31
Outras Obrigações	2.765.973,34	10.836.834,38
Financiamentos	30.258.753,02	-
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	95.753.199,27	161.833.605,71
Financiamentos	-	50.098.696,90
Fornecedores	-	6.150.422,75
Tributos Parcelados	95.753.199,27	87.789.758,69
Receitas Diferidas	-	24.983.352,42
Despesas Diferidas	-	(7.188.625,05)
PATRIMONIO LIQUIDO	(112.767.538,79)	(101.968.543,07)
Capital	125.885.754,92	125.885.754,92
Adto. P/aumento de capital	47.137.549,97	467.031.272,27
Reserva de Capital	228,46	228,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(-) Prejuízos Acumulados	(710.031.072,14)	(694.885.798,72)
TOTAL DO PASSIVO	107.484.581,02	160.633.830,45

*** As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Teresina, 31 de dezembro de 2016

Jos Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

Jos Dutra Ribeiro Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e do Contencioso

Leonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial
Imobiliária

Walter de Sousa Setubal
Diretor de Gestão Contábil

Maria do Carmo Silva Araújo
Diretora de Gestão de Pessoas

Ana Lcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos Imobiliários

Anderson Rgis Viana da Cunha
Contador CRC-PI nº 7407



EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016	2015
1 - RECEITA DE SERVIÇOS	1.818,85	2.880,30
1.1. De Serviços	1.818,85	2.880,30
2 - IMPOSTOS S/ REC. SERVIÇOS	12.812,78	14.895,80
2.1 COFINS	10.714,19	12.238,72
2.2 PIS	2.098,59	2.657,08
3 - RECEITA LIQUIDA	(10.993,93)	(12.015,50)
4 - RECEITA FINANCEIRA	142.476,35	106.103,74
5 - LUCRO BRUTO	131.482,42	94.088,24
6 - DESPESAS DE MANUTENÇÃO	(113.065.518,31)	(111.613.986,83)
6.1 - Administrativas e Gerais	(5.582.661,56)	(4.476.867,37)
6.2 - Despesas com Pessoal	(81.811.471,70)	(82.201.530,54)
6.3 - Encargos Sociais	(18.681.498,37)	(16.508.767,90)
6.4 - Impostos e Taxas Diversas	(6.989.886,68)	(8.426.821,02)
7 - RECEITAS E DESPESAS FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	(673.720,44)	(3.193.507,65)
7.1 - Juros e Atualizações dos Contratos - Mutuários	45.877,86	46.895,95
7.2 - Juros e Atualizações dos Financiamentos	(719.598,30)	(3.240.403,60)
8 - OUTRAS RECEITAS	115.211.211,69	93.801.491,40
8.1 Ganho com Doações e Subvenções	115.211.069,94	93.172.078,02
8.2 Outras Receitas	141,75	629.413,38
9 - OUTRAS DESPESAS	(40.505.697,24)	(12.818.881,77)
9.1 - Obras do Governo do Estado	(34.544,25)	(180.157,80)
9.2 - Construção de Casas Populares	0,00	0,00
9.3 - Depreciação e Amortização	(121.615,84)	(37.174,15)
9.4 - Perdas com Incobráveis	(17.146.968,18)	(1.513.119,65)
9.5 - Despesas para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	(3.465.360,64)
9.6 - Ações Judiciais	(170.691,34)	0,00
9.7 - Outras	(23.031.877,63)	(7.623.069,53)
10 - RESULTADO DO EXERCÍCIO	(38.902.241,88)	(33.730.796,61)
11 - PREJUÍZO POR AÇÃO	-0,31	-0,27

*** As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Teresina, 31 de dezembro de 2016

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

José Dutra Ribeiro Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e do Contencioso

Leonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial Imobiliária

Walter de Sousa Setubal
Diretor de Gestão Contábil

Maria do Carmo Silva Araújo
Diretora de Gestão de Pessoas

Ana Lúcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos Imobiliários

Anderson Régis Viana da Cunha
Contador CRC-Pi nº 7407

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

EM DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(38.902.241,88)	(33.730.796,61)
(+) DEPRECIACÃO	121.615,84	37.174,15
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(38.780.626,04)</u>	<u>(33.693.622,46)</u>
VARIAÇÕES NO ATIVO CIRCULANTE PASSIVO		
(AUMENTO)DIMINUIÇÃO NO ATIVO		
Contas a Receber	(5.991.896,63)	84.785.188,60
Convenios Diversos	-	901.321,48
Adiantamentos	-	445.169,18
Depósitos Judiciais e Recursais	956.693,15	343.684,42
Movimentação do FCVS	2.727.739,67	5.029,47
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.1733.817,08	57.984.217,19
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO NO PASSIVO		
Fornecedores	(6.829.321,79)	(2.227.378,25)
Impostos e Taxas a Recolher	1.922.286,98	1.564.813,43
Obrigações com Pessoal	18.880.972,03	25.558.141,14
Convenios - COMDEPI	(17.278.294,70)	-
Valores e Cred. Transitórios	(1.303.804,52)	(524.951,51)
Outras Obrigações	(8.070.861,04)	17.726,23
Receitas Diferidas	(24.983.352,42)	-
Despesas Diferidas	7.188.625,05	-
Tributos Parcelados	7.963.440,58	(2.246.646,09)
(+) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.756.968,46	(75.587.466,55)
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.892.385,86</u>	<u>57.325.226,28</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compra de Imobilizado	13.148.376,33	(62.813.966,39)
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>13.148.376,33</u>	<u>(62.813.966,39)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos	(19.839.943,88)	(22.041.077,20)
Adiantamento p/ aumento de capital	4.346.277,70	21.238.290,19
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(15.493.666,18)</u>	<u>(802.787,01)</u>
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(452.903,99)</u>	<u>(6.291.527,12)</u>
SALDO DO DISPONÍVEL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	562.858,40	6.854.385,52
SALDO DO DISPONÍVEL NO FINAL DO EXERCÍCIO	109.954,41	562.858,40
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(452.903,99)</u>	<u>(6.291.527,12)</u>

*** As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Teresina, 31 de dezembro de 2016

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

José Dutra Ribeiro Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e do Contencioso

Leonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial
Imobiliária

Walter de Sousa Setubal
Diretor de Gestão Contábil

Maria do Carmo Silva Arajo
Diretora de Gestão de Pessoas

Ana Lcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos Imobiliários

Anderson Rgis Viana da Cunha
Contador CRC-Pi nº 7407

**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****EM DEZEMBRO DE 2016 e 2015**

	CAPITAL	ADIANTAMENTOS DE ACIONISTAS	RESERVA DE AJUSTES DE CAPITAL	EX. ANT.	PREJUÍZO	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2015	125.885.755	467.031.272	228	0	(694.885.799)	(101.968.544)
AUMENTO DE CAPITAL AGO/AGE	0		0	0	0	0
- DE ACIONISTAS	0	0	0	0	0	0
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0		0	0	(38.902.242)	(38.902.242)
ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	0	4.346.278				4.346.278
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0		0	(23.756.968)	23.756.968	0
SALDOS EM 31/12/2016	125.885.755	471.377.550	228	0	(710.031.072)	(112.767.540)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	4.346.278	0	(23.756.968)	(15.145.273)	(34.555.964)
<hr/>						
SALDOS EM 31/12/2014	125.885.755	445.792.982	228	0	(585.567.536)	(13.888.571)
AUMENTO DE CAPITAL AGO/AGE	0		0	0	0	0
- DE ACIONISTAS	0	0	0	0	0	0
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0		0	0	(33.730.797)	(33.730.797)
ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	0	21.238.290				21.238.290
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0		0	75.587.467	(75.587.467)	0
SALDOS EM 31/12/2015	125.885.755	467.031.272	228	0	(694.885.799)	(101.968.544)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	21.238.290	0	75.587.467	(109.318.263)	(12.492.506)

*** As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Teresina, 31 de dezembro de 2016

Jos Ricardo Pontes Borges
Diretor PresidenteJos Dutra Ribeiro Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e do Contencioso
InterinoLeonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial
ImobiliáriaWalter de Sousa Setubal
Diretor de Gestão ContábilMaria do Carmo Silva Araújo
Diretora de Gestão de PessoasAna Lcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos ImobiliáriosAnderson Rgis Viana da Cunha
Contador CRC-PI nº 7407

**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ /
A – EMGERPI**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S.A., é uma sociedade de economia mista, criada por força da Lei complementar nº. 83 de 12 de abril de 2007 cujo objetivo é aprimorar a utilização e o gerenciamento de recursos humanos e garantir a produtividade dos servidores no exercício de suas atividades.

NOTA2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas integralmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa em Real.

NOTA3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas estimativas e premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, tributos a recuperar, outros recebíveis, assim como valores a pagar a empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras dívidas.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais encargos ou reduzido por eventuais diminuições no valor recuperável.

d) Disponível

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Contas a Receber

No Balanço refere-se a contas de 'Prestações a receber de mutuários' e 'Devedores Diversos' pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos (exceto renegociação), e consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de

quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.

g) Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, quando aplicável, até as datas dos balanços.

h) Passivo circulante e longo prazo

As obrigações junto a fornecedores estão demonstradas ao custo de cada operação, quando aplicável. As obrigações fiscais, trabalhistas, sociais e tributárias estão demonstradas pelo valor principal das obrigações.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2016	2015
Caixa	201,00	100,00
Banco c/Movimento	109.644,93	147.279,62
Títulos e Valores Mobiliários-Depósitos	-	91.444,43
Aplicação Financeira Convênios- COMDEPI	108,48	100,06
Bancos contas vinc. Contratos - COHAB	-	305.399,50
Imposto de Renda Ret. Aplicação- COHAB	-	18.534,79
	109.954,41	562.858,40

Os valores existentes nas contas: "Títulos e Valores Mobiliários - Depósitos", "Bancos contas vinc. Contratos - COHAB" e "Imposto de Renda ret. Aplicação - COHAB" em 2015, tiveram seus valores ajustados em 2016, seguindo os Pronunciamentos e as Normas Internacionais de Contabilidade pertinentes, explanados em Nota.17 - B.1.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

O montante apresentado no Balanço Patrimonial refere-se a: "Contas a receber", "Prestações a receber de mutuários" e "Devedores Diversos", "Movimentação do Seguro SFH".

Descrição	2016	2015
Devedores Diversos	2.297.545,16	3.247.837,35
Contas a Receber	65.104,22	2.822.723,45
Movimentação de Seguro SFH	-	(10.250.646,98)
Prestações a Receber Mutuários	2.505.859,16	3.056.698,09
	4.868.508,54	(1.123.388,09)

Na contas "Movimentação do Seguro SFH" foi feito ajuste em conformidade com as Normas e Pronunciamentos Contábeis pertinentes.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

Adiantamentos concedidos a funcionários (Adiantamentos de Viagem e Suprimentos de Fundos).

Descrição	2016	2015
Créditos diversos	134.000,00	134.000,00
Adiantamento de Viagem	-	-
Suprimentos de Fundos	597.018,65	597.018,65
	731.018,65	731.018,65

NOTA 7 – DEPÓSITOS RECURSAIS E JUDICIAS

Referem-se a Bloqueios Judiciais de Causas Trabalhistas.

NOTA 8 – MOVIMENTAÇÃO FCVS

Valor referente ao percentual de contribuição dos mutuários ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que passaram a ser reconhecidos na conta "Contribuição Mensal de Mutuários – FCVS (21470.0020)".

NOTA 9 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Refere-se a saldos de Contratos de Mutuários a vencer, Convênios da extinta COMDEPI e os valores de créditos a receber com a novação de títulos do FCVS.

Descrição	2016	2015
Devedores p/ Vendas Compromissadas	3.932.551,20	3.932.551,20
Projetos em Fase de Desenvolvimento	2.300.355,88	2.300.355,88
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	3.478.948,68	3.478.948,68
Convênios - COMDEPI	5.325.155,32	16.640.719,64
FCVS a Receber	14.328.277,78	44.746.246,75
	29.365.288,86	71.098.822,15

A conta "Convênio – COMDEPI" teve seu saldo ajustado. A conta "FCVS a Receber" teve saldo ajustado conforme situação perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais, demonstrando o saldo auditado e passível de novação. Conforme extratos analisados existem valores ainda não auditados, que configuram ativo contingente com entrada de benefícios econômicos provável, mas não praticamente certa.

NOTA 10 – DEPRECIACÃO

Discriminação	2014	2015	2016
Imobilizado Saldo Inicial	21.016.645,50	21.071.985,60	83.885.951,99
Aquisição	55.340,10	62.813.966,39	-
Baixa	-	-	13.148.376,33
Imobilizado Saldo Final	21.071.985,60	83.885.951,99	70.737.575,66
Depreciação Anual	265.038,70	37.174,15	121.615,84
Saldo da Depreciação	6.019.764,47	6.056.938,62	6.178.554,46

A Empresa manteve o critério de cálculo de depreciação. Conforme demonstrado, no exercício de 2016 o valor da depreciação calculada e contabilizada foi de R\$ 121.615,84.

A linha denominada "Baixa", no valor de R\$ 13.148.376,33, refere-se às doações de imóveis rurais, conforme publicação em DOE nº. 242, de 29/12/2016.

NOTA 11 – IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

A EMGERPI está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real com recolhimento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa; a COFINS e o PIS são calculados com base no faturamento mensal.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Valores referentes a despesas com Folha de Pagamento, Contribuições Sindicais e Consignados.

NOTA 13 – CONVÊNIOS COMDEPI

Refere-se a convênios firmados pela Extinta COMDEPI baixados por encerramento do convênio e apresentação de prestações de contas.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores referentes às Contribuições devidas ao Seguro Habitacional e ao Fundo de Compensação e Variações Salariais.

Descrição	2016	2015
Obrigações a Pagar	2.427.062,55	4.795.881,38
Receb. P./Amortização de Dividas - COHAB	55.915,08	55.915,08
Receb. P./Liq. Ant. Amortização	-	33.496,75
Prêmios de Seguros a Pagar	-	4.181.684,48
Créditos a Repassar - COHAB	200.909,43	200.909,43
FCVS a Receber	82.086,28	1.568.947,26
	2.765.973,34	10.836.834,38

NOTA 15 – FINANCIAMENTOS

A Conta Financiamentos é representada pelos diversos contratos firmados com Caixa Econômica Federal para aplicação na construção de casas populares, os quais são remanescentes da extinta COHAB. O saldo da Conta Financiamentos está sendo apresentado com as amortizações e atualizações realizadas no ano de 2016, que passou a ser registrado em conta "Financiamentos" no passivo circulante.

Saldo em dez/2015	Encargos	Amortização	Saldo em dez/2016
50.107.015,86	40.681.121,34	60.529.384,18	30.258.753,02

NOTA 16 – RECEITAS

As transferências de recursos oriundos do Governo do Estado do Piauí no exercício de 2016 para manutenção da Empresa são contabilizadas nas seguintes contas:

v Ganho com Doações e Subvenções de Custeio do Estado – R\$ 115.976.069,81;

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 125.885.754,92, representado, por 125.885.754 ações ordinárias nominativas.

B) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

- De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período.

- Na conta Ajuste de Exercícios Anteriores são contabilizadas as retificações de erros imputáveis a determinado exercício anterior. Neste exercício foram contabilizados os seguintes ajustes:

		DÉBITO	CRÉDITO
Regularização de Saldos Bancários	B.1)	459.138,15	
Regularização de Impostos	B.2)	142.721,44	301.103,94
Recolhimento Imobiliário	B.3)		11.269.494,04
Parcelamento de Seguro Habitacional	B.4)	52.274.307,53	22.874.330,69
Seguro Compreensivo	B.5)		4.181.684,48
Fornecedores	B.6)	813.757,65	9.649.066,77
Receitas e Despesas Diferidas	B.7)	2.259.471,12	18.726.430,57
Convênios	B.8)	11.598.505,83	18.561.236,21
Empréstimos CEF	B.9)	122.534,61	4.577.038,70
Outros Ajustes	B.10)	252.557,43	1.539.576,82
TOTAL		67.922.993,76	91.679.962,22

B.1) Regularização de Saldos Bancários

Referem-se a ajustes de lançamentos envolvendo contas bancárias que encontram-se encerradas.

B.2) Regularização de Impostos

Refere-se a estornos e acertos de pagamentos de IPTU e ISS.

B.3) Recolhimento Imobiliário

Considerando o conceito de passivo, disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro, procedeu-se ajuste de saldo referente aos recolhimentos de prestações de mutuários.

B.4) Parcelamento de Seguro Habitacional

Regularização da provisão de valores referentes ao parcelamento da dívida do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação, junto à Caixa Econômica Federal.

B.5) Seguro Compreensivo

Considerando o conceito de passivo, disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro, foram feitos ajustes de valores referentes a dívidas de seguros cancelados.

B.6) Fornecedores

Considerando o conceito de passivo, disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro, foram efetuadas baixas contábeis de obrigações não mais presentes de exercícios anteriores de contas do grupo Fornecedores.

B.7) Receitas e Despesas Diferidas

Referem-se a valores de receitas e despesas com resultados em exercícios futuros que tiveram suas baixas pelo não acontecimento, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23.

B.8) Convênios

Referem-se a convênios firmados pela Extinta COMDEPI, onde foram baixados valores que puderam ser verificadas suas execuções através de prestações de contas.

B.9) Empréstimos CEF

Referem-se a empréstimos firmados junto à caixa Econômica Federal pela extinta COHAB para financiamento dos conjuntos habitacionais. Foram feitos ajustes dos saldos das contas representativas de contratos encerrados em outros exercícios.

B.10) Outros Ajustes

Valores referentes a ajustes de provisões, estornos e acertos de subvenções e consignações.

C) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

- O prejuízo do exercício no valor de R\$ 38.902.241,88 foi contabilizado na conta 'Prejuízos Acumulados'.
- O Prejuízo por ação foi de R\$ 0,31.

D) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em decorrência do Prejuízo Acumulado, que engloba o Prejuízo do Exercício mais as variações dos Ajustes de Exercícios Anteriores, o Patrimônio Líquido no exercício de 2016 apresenta-se negativo no valor de R\$ (112.767.539,79).

E) DIVIDENDOS

Aos acionistas estão assegurados dividendos na ordem de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Em decorrência de prejuízos acumulados não foram distribuídos dividendos neste exercício.

Teresina(PI), 31 de dezembro de 2016.

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

José Dutra Ribeiro Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e do
Contencioso

Leonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial
Imobiliário

Walter de Sousa Setúbal
Diretor de Gestão Contábil

Maria do Carmo Silva Araújo
Diretora de Gestão de Pessoas

Ana Lúcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos Imobiliários

Anderson Régis Viana da Cunha
Contador CRC-PI nº 7407



**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ
S/A – EMGERPI**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2016**

1. APRESENTAÇÃO

A EMGERPI – EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A apresenta aos senhores acionistas, funcionários e ao público em geral, o Relatório da Administração referente ao exercício de 2016, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes.

Este relatório está acompanhado das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, elaboradas conforme a legislação vigente. Nesta oportunidade, apresentamos as realizações do mencionado exercício.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI foi criada através da Lei Complementar Nº 83, de 12 de abril de 2007, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Estadual da Administração e Previdência.

No ano de 2016, a estrutura dirigente passou por uma adequação para um melhor atendimento e valorização dos trabalhos desempenhados. Assim, a EMGERPI passou a ser constituída pelas Diretorias: Diretor Presidente, Diretoria Administrativa, Financeira e do Contencioso, Diretoria de Gestão Contábil, Diretoria de Processos Imobiliários, Diretoria de Regularização Patrimonial Imobiliário e Diretoria de Gestão de Pessoas, esta última configurada anteriormente como uma assessoria estruturada. Cada Diretoria está departamentalizada em Gerências e Coordenações, existindo ainda uma Assessoria Jurídica.

Para a execução de seu objetivo principal, cabe à Empresa: capacitar, aperfeiçoar, absorver, redistribuir e ceder pessoal para órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

O presente relatório tem por objetivo registrar as ações realizadas pela Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S.A – EMGERPI durante o exercício de 2016, com vistas à obtenção dos melhores resultados na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais da empresa, priorizando as medidas de racionalização de gastos, regularização de procedimentos, gestão de carteiras e promoção de maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, sob a responsabilidade desta Sociedade de Economia Mista.

**3. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS
3.1 GESTÃO DE PESSOAS**

Direcionando-se os esforços nos objetivos primordiais da Empresa, que são, dentre outros, a execução da política de pessoal, capacitando, aperfeiçoando, redistribuindo e cedendo pessoal, busca-se otimizar a utilização e o gerenciamento de recursos humanos da Empresa.

O Quadro de Pessoal da EMGERPI está composto por 668 empregados efetivos, dos quais 178 estão exercendo atividades na Empresa e 490 distribuídos mediante cessão. Vale registrar que o Quadro de Pessoal tem uma faixa etária média, de 55 anos. Destes, 199 (cento e noventa e nove) já obtiveram aposentadoria por tempo de serviço, pelo Regime Geral da Previdência Social e 44 (quarenta e quatro) usufruem do benefício aposentadoria por idade, pelo citado RGPS. Registra-se que, nos dois grupos enumerados, existem aposentados com mais de 70 anos, ainda em plena atividade laboral, num total de 26 colaboradores.

No decorrer do ano de 2016, a EMGERPI promoveu ações para o implemento de direitos negociados com seus empregados. A constituição da Comissão de Negociação Coletiva de Trabalho, como instância preparatória do processo de negociação e interlocutora entre a empresa e as categorias de empregados proporcionou neste exercício que as categorias tivessem seus índices de correção implantados (salarial e auxílio alimentação) em tempo hábil, nas respectivas datas bases. Além do pagamento das pendências de diferenças salariais referentes às correções pelos índices oficiais do exercício 2015.

Outra decisão em favor dos empregados, foi a constituição de uma Comissão Permanente de Evolução Funcional e Enquadramento, que iniciou os seus trabalhos avaliando, em primeira etapa, a situação dos empregados da extinta PRODEPI, na qual foram beneficiados 26 empregados com suas promoções implantadas.

Dentro do conjunto de ações realizadas valem destacar as providências para o cumprimento da implantação do Sistema Eletrônico de Ponto, definido pelo Decreto nº 16.688/2016, editado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí. Onde o Sistema está implantado na sua plenitude, de forma integrada à folha de pagamento, em consonância com as diretrizes emanadas da SEADPREV.

Como parte das obrigações não saldadas pelas extintas empresas que se incorporaram à EMGERPI, por força da Lei Complementar nº 83/2007, vieram os compromissos não adimplidos com a individualização do FGTS. A EMGERPI tomou as providências para a execução da regularização, envolvendo contatos com técnicos da Caixa Econômica Federal, inicialmente na área especializado em FGTS, GIFUG

Por orientação dos especialistas da Caixa, a empresa recorreu à convocação pública dos interessados, por edital, para a obtenção da documentação que viabilizasse o cadastramento, objetivando sanar as pendências. Atualmente, tem 57 regularizações, restando 94 para cadastramento, mediante documentação. Tais providências são contínuas, à medida em que os interessados são localizados para fornecerem os documentos requeridos.

Como benefícios sociais que a EMGERPI presta a seus empregados, registram-se: o plano de saúde, em que a participação patronal e laboral no custeio dos serviços é definida pelos acordos coletivos das categorias; o plano odontológico para os empregados; e, custeia vales transportes para seus empregados e comissionados, na forma da legislação vigente.

A EMGERPI ofertou aos seus empregados os treinamentos a seguir listados, em parceria com a Escola de Governo e outros órgãos especializados em capacitação:

ENTIDADE	EVENTO/CURSO	LOCAL	DATA	PARTICIPANTE
EMGERPI	Seminário "Planejamento Estratégico da EMGERPI"	Auditório da ATI	04 de Março de 2016	Presidente Diretores Gerentes Coordenadores
AMANA-KEY	Programa de gestão avançada	São Paulo	22/02 a 26/02/2016	Jose Ricardo Pontes Borges
ESPAÇO OCTO CORPORORAÇÃO	Pregão Eletrônico, Presencial e Sistema de Registro de Preço	Teresina/Pi	24/02 a 26/02/2016	Ana Caroline de Macêdo Odemilton Costa da Silva Santos Felipe Larg N. Rodrigues da Silva Lucélia Maria Lages P. da Silva Mara Liliane Leal de Sousa Lima
EGERPI	Palestra – Humanização no Serviço Público	auditório da ADH	15/07/2016	50 participantes da EMGERPI/ADH
SEPLAN	Encontro de Planejadores do Piauí	TCE	25/08/2016	Alice Cardoso Barreto Adriana Pereira Freitas
SEPLAN	Proposta Orçamentaria para 2017	SEPLAN	02/08/2016	Alice Cardoso Barreto Adriana Pereira Freitas
SEPLAN	Treinamento do SIAFE-PI	SEPLAN	03/08/2016	Alice Cardoso Barreto Adriana Pereira Freitas
TCE	Reunião Ordinária da Rede de Planejadores	TCE	11/10/2016	Alice Cardoso Barreto Marcos David Araújo Castelo Branco Igor Sousa Borges
SEPLAN	Oficina de Elaboração das ações realizadas pelo Governador	SEPLAN	22/11/2016	Alice Cardoso Barreto Adriana Pereira Freitas Igor Sousa Borges
ESCOLA DE GESTÃO E CONTROLE DO TCE	XXVI – Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria – Compras Governamentais	Escola do TCE - Teresina	08/03/2016 10/03/2016	Edgar Feitosa de Oliveira Elisete Pereira Monteiro Silva
ESCOLA DE GESTÃO E CONTROLE DO TCE	Prestações de Contas Municipais, Penalidade por descumprimento de Contrato Adm. Licitação, Contratos e Processos Legislativo	Escola do TCE	08/03/2016 10/03/2016	Ana Carolina Macêdo Carla Veranna Xavier Ferreira Paula Roberta Sousa Melo Paula Roberta Sousa Melo Lucélia Maria Lages P. de Sousa Carla Veranna Xavier Ferreira Lucélia Maria Lages P. de Sousa
SEPLAN	Treinamento Uso do Sistema SIMO	SEPLAN	09/03/2016 16/03/2016	Lucélia Maria Lages P. de Sousa Valdemar Henrique Rodrigues Alves

EBET	Curso de Educação Continuada	Sede de Implementação	Período	Responsável Técnico
SISTEMA DE EVENTOS - SEMANA	Sanatório A. Hebe Alcida - Responsabilidade dos Empreendimentos, Leitura, Atividades e Controle	Urcullu	22/07 a 24/07/2016	Ana Cleide Borges Saraiva Francisca Mary Sousa Pereira Kenia Costa Ciriaco Botelho Martha Heblisa J. Barata Auricélia Castelo Branco Oliveira
FENACON	Congresso de Contabilidade	Fortaleza	11/09 a 14/09/2016	Kenia Costa Ciriaco Botelho Anderson Regis Viana da Cunha Claudete Soares de Sales
CGE	Curso Analista Comportamental	TCE - 2º andar ATI	25/08/2016	Ana Cleide Borges Saraiva Francisca Mary Sousa Pereira Kenia Costa Ciriaco Botelho Martha Heblisa J. Barata Auricélia Castelo Branco Oliveira
CGE	Treinamento sobre Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra	Auditório da ATI	14,15,16/09/2016	Francisca Mary Sousa Pereira Auricélia Castelo Branco Oliveira Edgar Feitosa de Oliveira
CGE	Fórum Piauiense de Controle Interno -	Auditórios do TCE	07 e 08/11/2016	Clemilton Costa Silva Santos Adalberto Alves Ferreira Ramos
CGE	Tomada de Contas	Auditório	18/10/2016	Clemilton Costa Silva Santos
EGEPI - SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO	Exposição de Artes do Servidor. Feijoada do Servidor.	Clube dos Diários APCEF SEADPREV APCEF	21/10/2016	Participação de Alguns Colaboradores da EMGERPI
			22/10/2016	
			25 e 26/10	
			27/10/2016	
CAMPANHA NOVEMBRO AZUL EMGERPI/DPI	Palestra: Conscientização e Prevenção do Câncer de Próstata	Auditório da ADH	11/11/2016	70 Colaboradores da EMGERPI
CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE EMGERPI/DPI	Ação Social Solidária dos Colaboradores da EMGERPI/DPI	Auditório da ADH	12/12/2016	25 Colaboradores da EMGERPI SEDE/DPI/RDPI
PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA ESCOLA DE GOVERNO - EGEPI	Foram desenvolvidas várias atividades/palestras as quais foram organizadas pelas estagiárias através da EGEPI, visando o bem estar do servidor.	EMGERPI SEDE/ADH/DEPI	05/04/2016 a 16/12/2016	Com a participação total de 221 colaboradores

3.2 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Na busca de uma administração eficaz, além do atendimento de determinações do governo estadual, a Empresa implantou medidas de racionalização e maior controle dos custos/gastos, proporcionando a redução em diversos aspectos administrativos, comparados a exercícios anteriores.

A SEADPREV autorizou o valor de R\$5.608.162,09 para despesas administrativas no ano de 2016. Deste valor a EMGERPI executou 82% ou R\$4.648.987,22, conforme no quadro a seguir:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	NATUREZA DA DESPESA	ORÇAMENTO - RECURSOS DO TESOUREO ESTADUAL			
		*FIXAÇÃO MENSAL (MÉDIA) - 2016	*FIXAÇÃO ANUAL-2016	**TOTAL EXECUTADO ATÉ 31/12/2016	%
AGUA E ESGOTO	339039	2.500,00	33.671,740	61.649,32	183%
ENERGIA ELÉTRICA	339039	18.000,00	243.704,78	212.483,26	87%
COMBUSTÍVEL	339030	10.000,00	99.500,63	99.963,81	100%
GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	339039	2.000,00	22.000,00	21.078,09	88%
CORREIOS	339039	3.000,00	36.000,00	51.000,00	158%
DIARIAS CIVIL	339014	5.000,00	57.427,50	63.105,00	105%
PASSAGENS	339033	4.000,00	42.618,60	26.152,99	39%
LOCAÇÃO DE SOFTWARES	339039	17.500,00	207.480,00	207.480,00	100%
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	339039	21.987,00	283.164,00	217.203,00	76%
LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP.	339039	5.477,00	65.724,00	65.724,00	100%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	339030	3.000,00	110.000,00	183.343,68	166%
MATERIAL DE CONSUMO	339030	6.000,00			
MATERIAL DE INFORMÁTICA	339030	750,00			
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	339035	147.000,00	1.338.000,00	847.000,00	48%
SEGUROS EM GERAL (FCVS)/OUTROS	339039	3.000,00	36.000,00	20.297,60	59%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	339039	250,00	3.000,00	1.265,80	42%
SUPRIMENTO DE FUNDO	339039/339031/339036	3.750,00	41.549,40	25.353,11	61%
TELEFONIA FIXA	339039	5.500,00	77.860,62	118.581,60	125%
TELEFONIA MVEL	339039	1.500,00	17.285,77		
TERCEIRIZADOS	339037	219.065,28	2.628.783,36	2.040.219,91	88%
OUTROS SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	339039	23.009,51	264.391,69	387.086,05	140%
		502.288,79	5.608.162,09	4.648.987,22	82%

3.3 CONTROLE DA GESTÃO DE RISCOS TRABALHISTAS E FISCAIS

Foi implementado uma nova rotina de procedimentos de gestão de riscos para revisão dos cálculos trabalhistas na fase dos embargos de execução, de acordo com as sentenças determinadas pela Justiça do Trabalho.

Com essa nova ação foram elaborados 49 Pareceres Técnicos Contábeis, de acordo com as Normas de Perícia Contábil do Conselho Federal de Contabilidade, e a EMGERPI obteve uma economia estimada com a redução de despesas com sentenças judiciais trabalhistas, no montante de R\$ 10.037.803,53.



Quantidade de Processos Analisados pela DGC	Objeto da Ação /Sentença Judicial	Valor da Sentença, com Julgamento de Perda Provisória - TRT (A)	Parecer Técnico - EMGERPI		
			Quant. de Pareceres Técnicos Emitidos pela DGC	Estimativa Confiável para Impugnação da Sentença (B)	Economia de Despesa Estimada C=(B-A)
49	Diferenças Salariais, Indenização por Danos Morais, Acordos Coletivos e Multas sobre os Salários Contratados	R\$ 13.535.748,32	49	R\$ 3.497.944,79	R\$ 10.037.803,53

Visando a manutenção da adimplência do Estado e o cumprimento das obrigações legais, a EMGERPI deu continuidade ao controle/pagamento e as negociações dos débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Durante o exercício financeiro de 2016, a EMGERPI efetuou religiosamente os pagamentos dos encargos sociais e retenções do INSS e demais impostos e contribuições federais.

Assim, a EMGERPI está com Certidão Negativa Conjunta da RFB, vigente até abril de 2017, e adimplente no CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, em cumprimento à legislação Federal.

3.4 REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO

Um Plano de Ação de Regularização Fundiária Urbana foi elaborado para atender aos Conjuntos Habitacionais edificados pela extinta COHAB-PI e regularizar a situação documental junto às serventias cartorárias competentes.

Serão trabalhados 32 empreendimentos habitacionais entre 2015 e 2018, localizados tanto na Capital como no interior do Estado. São 22.423 unidades habitacionais, que segundo dados do IBGE/2010, estimando aproximadamente 4,0 habitantes/residência, prevê uma população beneficiada de 89.692 pessoas.

CONJUNTO	MUNICÍPIO	UNIDADES HABITACIONAIS
Parque Piauí/Ampliação	Teresina	2.794
Bela Vista	Teresina	1.004
Bela Vista II	Teresina	683
Morada Nova	Teresina	2.172
Renascer I	Teresina	900
Renascer II	Teresina	1.950
Tancredo Neves	Teresina	756
Verde Te Quero Verde	Teresina	416
Dirceu II	Teresina	4254
Dignidade	Teresina	436
Deus Quer	Teresina	756
Vamos Ver O Sol	Teresina	902
Alô Teresina	Teresina	160
Saturno	Teresina	320
Pasargada	Teresina	64
Saci	Teresina	2034
Catarina	Teresina	120
Promorar - Angelim II	Teresina	264
Joaz De Souza	Parnaíba	850
Paraíso	Floriano	150
Expedito Resende	Piripiri	200
Waldemar Santo	Picos	293
Petrônio Portela	Guadalupe	200
Dona Lindu	Altos	100
Tunica Almeida	Altos	40

EufRASINO Moura	Elesbão Veloso	70
Lucídio Portela	Campo Maior	90
Oeiras	Oeiras	124
Nogueira Tapety	Oeiras	76
São Pedro	São Pedro do Piauí	45

Deverão ser contempladas as carteiras da extinta COHAB-PI, GOVERNO DO ESTADO/BEPE GOVERNO DO ESTADO/IAPEP, com perspectiva de atingir cerca de 38.800 unidades habitacionais em todo o Estado, com uma população beneficiada estimada em 155.000 pessoas.

Dos conjuntos escolhidos para o início do plano de ação, foram concluídos os Conjuntos: Parque Piauí/Ampliação - Teresina (2794 unidades), Bela Vista I - Teresina (1004 unidades), Petrônio Portela - Guadalupe (200 unidades), Oeiras e Nogueira Tapety - Oeiras (200 unidades), EufRASINO Moura - Elesbão Veloso (70 unidades) e São Raimundo Nonato - São R. Nonato (100 unidades) e Cândida Macedo - São R. Nonato (100 unidades), perfazendo um total de 4.468 imóveis beneficiados, com aproximadamente 17.872 pessoas beneficiadas, segundo dados do IBGE que estima aproximadamente 4 pessoas por residência.

Em conclusão, o Plano de Regularização Fundiária Urbana dos Conjuntos Habitacionais, possibilitará o regular processo de escrituração definitiva dos imóveis aos titulares dos contratos de financiamento consolidados pelas carteiras imobiliárias, proporcionando segurança jurídica aos negócios realizados, bem como outros benefícios decorrentes da obtenção do título de propriedade.

O resultado desse trabalho é positivo para o Governo do Estado por buscar solução a um problema histórico e verificado em todo o país que é a regularização fundiária urbana, atendendo aos anseios da coletividade. É positivo para o Município, tendo em vista que as transações imobiliárias geram impostos, imprescindíveis ao seu desenvolvimento urbano. O resultado positivo é ainda maior ao mutuário, que poderá exercer os direitos de propriedade de forma plena, com a segurança jurídica que deve ser assegurada aos negócios imobiliários.

3.5 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Em atenção à determinação do Governo do Estado, por meio do decreto nº 16.570/2016, a Equipe Técnica de Engenharia de Avaliação da Emgerpi, promoveu a avaliação de bens imóveis pertencentes ao Estado, gerenciados pela SEDUC E SESAPI, os quais serão vinculados ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí, na forma da Lei estadual nº 6776/16 e OFÍCIO Nº 791/2016 - GSG

Além desses imóveis foram avaliados imóveis pertencentes à CEIR, SEINFRA, CODIPI, SECULTE e, imóveis incorporados ao patrimônio da EMGERPI.

3.6 PROGRAMA MINHA CASA LEGAL

O Programa Minha Casa Legal é uma iniciativa conjunta entre EMGERPI e Governo do Estado do Piauí que visa à recuperação de créditos habitacionais e a regularização dos conjuntos habitacionais construídos pela extinta COHAB na capital e no interior do Estado.

A instalação do Escritório Itinerante consiste em levar para próximo da localização dos conjuntos e empreendimentos habitacionais as ações do Programa Minha Casa Legal propiciando aos mutuários/beneficiários:

- Acesso a serviços, orientações e benefícios para regularizarem pendências cadastrais (atualização, complementação de dados e documentos no cadastro e no sistema informatizado de gestão imobiliária).
- Incentivos financeiros (negociações, parcelamento, quitações de débitos, retomada de negociações anteriores ao PMCL, em conformidade com a Lei 6.812/2016).
- Além de outros serviços como: pedido de expedição de ofício de liberação de hipoteca, orientações jurídicas sobre situações que repercutem sobre os contratos de financiamento habitacional (inventário, divórcio, separação judicial, partilha de bens, execução de sentença judicial, transferências, acordos/transações firmadas entre terceiros e o titular dos contratos de financiamento habitacional).

A instalação do Escritório Itinerante também propicia a realização de solenidades de anúncio oficial de abertura dos procedimentos de regularização fundiária dos empreendimentos e conjuntos habitacionais, de conclusão destes procedimentos e de entrega simbólica de Ofícios de Liberação de Hipoteca aos mutuários/beneficiários.

Em 2016 foram realizadas 03 (três) solenidades: Em Oeiras - Anúncio Oficial do Registro e Averbação dos Conjuntos Nogueira Tapety e Oeiras (200 unidades habitacionais) e entrega de Ofícios de Liberação de Hipoteca; Em Teresina, nos conjuntos: Conjunto Parque Piauí - Anúncio da conclusão do Registro e Averbação do Conjunto Parque Piauí/Ampliação (2.794 unidades habitacionais) e entrega simbólica de Ofícios de Liberação de Hipoteca; e Conjunto Bela Vista I - Anúncio Oficial do Registro e Averbação do Conjunto Bela Vista I (1.004 unidades habitacionais) e entrega simbólica de Ofícios de Liberação de Hipoteca.

3.7 IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE NEGOCIAÇÃO DA CASA DOMUTUÁRIO

O Núcleo de Negociação da Casa do Mutuário foi implantado para intermediar acordos nos autos das ações judiciais coletivas ou individuais que tem por objeto questionamentos sobre reajustes de prestações dos contratos de autofinanciamento, processos judiciais que tramitam por mais de 10 (dez) anos sem decisão de mérito, mediante negociações firmadas com base nos benefícios previstos na Lei nº 6.812/16, tendo em vista a possibilidade concreta de recuperação dos créditos habitacionais (prestações dos contratos de financiamento) consignados por depósito judicial em decorrência destas ações.

Lançado em novembro de 2016, foi realizada a primeira semana de negociações direcionada para os titulares/beneficiários dos contratos de autofinanciamento habitacional do Condomínio Verde Te Quero Verde com excelente receptividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com satisfação que registramos o desempenho e motivação de toda a equipe da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí - EMGERPI para que os projetos, iniciados e em andamento, fossem consolidados e aperfeiçoados no exercício de 2016.

O cumprimento e a complexidade de gerir um grande leque de atividades exigem que a Empresa esteja em constante aprimoramento, num ambiente motivado e na busca constante de redução de custos.

Neste exercício, a Empresa manteve sua missão primordial de gerir os recursos humanos, ainda que em tempos de contenção, através das implantações de correções salariais, promoções por tempo e merecimento, bem como a busca de capacitação e treinamento aos seus colaboradores.

Destacamos a manutenção do empenho para a continuidade do "Programa Minha Casa Legal", que visa à regularização da situação dos imóveis construídos pela extinta COHAB, ex-BEP e ex-IAPEPI, bem como a recuperação dos créditos em atraso.

Também no exercício de 2016, foi criada a Diretoria de Regularização Patrimonial Imobiliária para coordenar os procedimentos de normalização das escriturações dos bens imóveis incorporados à Empresa, trabalho primordial à finalidade do "Programa Minha Casa Legal". Além dos trabalhos juntos as serventias cartorárias, a Diretoria tem como atividade a promoção de avaliações dos imóveis do acervo patrimonial.

Esses são apenas alguns resultados decorrentes da ação de gerenciamento e controle, os quais reafirmam o compromisso e o empenho de atuar em todas as áreas, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.

Assim, com grande satisfação a Diretoria da EMGERPI apresenta os agradecimentos aos que colaboram para a realização desde trabalho, em especial ao Governador do Estado do Piauí, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Funcionários e parceiros da EMGERPI na certeza do fortalecimento e crescimento desta Empresa.

Conselho Fiscal, Funcionários e parceiros da EMGERPI na certeza do fortalecimento e crescimento desta Empresa.

Teresina, 31 de dezembro de 2016.

José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente

José Dutra Ribeiro Filho

Diretor Administrativo, Financeiro e do Contencioso

Leonardo Pereira Botelho
Diretor de Regularização Patrimonial Imobiliário

Walter de Sousa Setúbal
Diretor de Gestão Contábil

Maria do Carmo Silva Araújo
Diretora de Gestão de Pessoas

Ana Lúcia Gonçalves Sousa
Diretora de Processos Imobiliários

Anderson Régis Viana da Cunha
Contador CRC-Pi nº 7407

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A (EMGERPI), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou Relatórios da Administração, Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis da EMGERPI, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2016, tendo por base os documentos apresentados pela Diretoria da EMGERPI, nas reuniões realizadas no período, entenderam que as peças examinadas representam adequadamente a posição Patrimonial e Financeira da Empresa, opinamos favoravelmente a aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Teresina, 16 de março de 2017

Geraldo Margela Rodrigues dos Santos
Conselheiro Fiscal

Décio Solano Nogueira
Conselheiro Fiscal

João Silva de Oliveira Neto
Conselheiro Fiscal

Lívia de Oliveira Castelo Branco
Conselheira Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V da Lei 6404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração da EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A, em reunião ordinária realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da EMGERPI, referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016 e manifesta-se favoravelmente a sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

Teresina, 23 de Março de 2017.

Francisco José Alves da Silva
Presidente do Conselho de Administração da EMGERPI

Plínio Clerton Filho
Representante da Procuradoria Geral do Estado

Marta Bernadeth Soares
Representante da Secretaria de Fazenda do Estado

Francimar Lima da Costa
Representante da Secretaria de Planejamento

Elzuila Calisto de Carvalho
Representante da Secretaria de Governo

Dilcimar Rodrigues Sousa
Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Piauí – SINTRAGRAPI
Pedro Pereira Silva
Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI

Of. 260



RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2016 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ - CODIPI “em liquidação”

CNPJ: 06.855.738/0001-17

Por meio do Decreto nº 15.949 de 04.02.2015, que determina instalar o Regimento de Liquidação das empresas entre elas a CODIPI que inclui a nomeação do Sr. José Ricardo Pontes Borges como liquidante/interventor, que teve como atividade principal no ano de 2016 os seguintes atos:

Entre os atos realizados ano de 2016: notificações extrajudiciais aos ocupantes devedores dos lotes 90, 96, 97 e 106 localizados no Distrito Industrial I de Teresina, consta-se ainda a realização de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da CODIPI “em liquidação” ocorrida em 28/04/2016, à mesma tratou de deliberações acerca das renegociações de débitos dos lotes 96 e 97, referente ao contrato de compra e venda firmada entre a empresa Fênix Comércio e Indústria de Móveis e Equipamentos Ltda. CNPJ:01.095.149/0001-64 e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí - CODIPI “em liquidação”.

A referida empresa propôs o parcelamento do débito incluindo juros e multas no valor de R\$ 473.777,08 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e oito centavos) segundo a proposta este débito seria dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de R\$19.740,71 (dezenove mil, setecentos e quarenta reais e setenta e um centavos) proposta essa aprovada na referida assembleia citada acima, o Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida foi firmado em 23 junho de 2016 com a data de pagamento para o dia 30 de cada mês, que deveriam ser depositados na conta da CODIPI no Banco do Brasil, Agência 5602-2 e Conta-Corrente 40069-6.

A partir da data da assinatura do Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida, a Fênix Comércio e Indústria de Móveis e Equipamentos Ltda. durante o ano de 2016 efetuou os seguintes depósitos:

Parcela /Competência/mês	Data do vencimento	Data do pagamento	Valor do pagamento
1ª/junho	30/06/2016	27/06/2016	R\$19.740,71
2ª/julho	30/07/2016	01/08/2016	R\$19.740,71
3ª/agosto	30/08/2016	29/08/2016	R\$19.740,71
4ª/setembro	30/09/2016	29/09/2016	R\$19.740,71
5ª/outubro	30/10/2016	26/10/2016	R\$19.740,71
*	*	Total pagamento realizado	R\$98.703,55

Após essas parcelas a empresa Fênix solicitou pedido de suspensão temporária de pagamento dos débitos acordadas anteriormente no Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida firmado em 23 junho de 2016, dentre os motivos alegados esta a queda nas transações comerciais relativos ao setor dos quais a empresa se enquadra. A empresa solicitou no referido pedido à suspensão por um prazo de 06 (seis) meses, o liquidante está buscando solução legal cabível para o pedido solicitado pela Fênix.

Quanto ao débito da ocupante do lote 106 localizado no Distrito Industrial I em Teresina, Metalúrgica Deildes Ltda. CNPJ 05.552.024/0001-77, foi adotado o mesmo procedimento de Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida com a CODIPI, o débito foi devidamente atualizado com juros e multa no valor de R\$ 77.512,61 (setenta e sete mil, quinhentos e doze reais e sessenta e um centavos) divididos em 10 (dez) parcelas de R\$ 7.551,26 (sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), o Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida foi firmado em 06 julho de 2016, os referidos parcelamentos acordados em contrato de confissão de dívida deveriam ser depositados em conta da CODIPI no Banco do Brasil, Agência 5602-2 e Conta-Corrente 40069-6.

A partir da data da assinatura do Contrato de Confissão e Renegociação de Dívida, a Metalúrgica Deildes Ltda. durante o ano de 2016 efetuou os seguintes depósitos:

Parcela /Competência/mês	Data do vencimento	Data do pagamento	Valor do pagamento
1ª/ junho	30/06/2016	07/07/2016	R\$ 7.551,26
2ª/julho	30/07/2016	14/09/2016	R\$ 7.551,26
3ª/agosto	30/08/2016	15/10/2016 19/10/2016	R\$ 5.000,00 R\$ 2.551,26
4ª /setembro	30/09/2016	30/11/2016 01/12/2016	R\$ 3.000,00 R\$ 4.551,26
*	*	Total pagamento realizado	R\$30.205,04

A partir do mês de outubro de 2016 não foram identificados depósitos da referida devedora Metalúrgica Deildes. Quanto aos pagamentos não realizados pela ocupante em questão o liquidante está adotando as medidas legais cabíveis para a resolução do problema.

Em relação ao lote 90 localizado no mesmo distrito industrial tendo como ocupante o Sr. Raimundo Tajra Melo, foi identificado que não houve pagamento das parcelas, assim como não ocorreu avanços nas negociações para quitação do referido débito, relativo ao Contrato de Compra e venda firmada em 2011 com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI, “em liquidação”, portanto foi aberto processo judicial de desapropriação.

Foi elaborado projeto de Lei que autoriza a CODIPI a doar os Imóveis localizados nos municípios de Picos-(PI) e Parnaíba – (PI) para o Governo do Estado do Piauí, onde estas áreas serão geridas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico -SEDET, o mesmo foi devidamente aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí sob a determinação de Lei Nº 6.847 de 24 de Junho de 2016 e publicado no diário oficial do Estado do Piauí edição nº 118 de 24 de junho de 2016, as referidas áreas estão em processo de transferência para a SEDET.

Realizada licitação para compra de aparelhos de ar condicionados destinados ao setor de liquidação da companhia essa modalidade devidamente realizada pelo setor de licitação da EMGERPI, já que o presidente ocupa simultaneamente o cargo de liquidante/interventor e a EMGERPI em consonância com o nº Decretos nº 15.949 de 04.02.2015 é responsável pelo processo liquidatório da CODIPI, essa compra foi motivada, pelo péssimo estado de funcionamento dos aparelhos instalados no setor, o qual estaria prejudicando os trabalhos da equipe de liquidação.

CONTÁBIL

No ano de 2016 não houve avanço quanto à procura pela documentação contábil solicitadas desde 2015, onde foram solicitadas informações à Junta Comercial do Estado, por meio dos ofícios 008/2015/LIQUIDACAO de 26/02/2015, 113/2015/LIQUIDACAO de 22/04/2015, 129/2015/LIQUIDACAO de 07/10/2015, tendo como resposta em ofício nº 343/2015- GAB-PRES de 17/09/15, a JUCEPI informou que não foram localizados os arquivamentos solicitados, em decorrência da desorganização de arquivos do referido órgão ao longo do ano de 2016 seria feito um reorganização dos arquivos naquele órgão, portanto será reiterado ofício novamente em 2017 a busca por esta documentação.

Sendo assim, visto a impossibilidade de continuidade da contabilidade dessa empresa sem tais documentos. Estamos no aguardo dos documentos solicitados.

Foram enviadas as declarações: RAIS ano base 2015 e Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - INATIVA 2016, ano base 2015.

PROCESSOS JUDICIAIS 1ª INSTANCIA- JUSTIÇA ESTADUAL

1 - PROCESSO Nº: 0018912-89.2010.8.18.0140

AUTOR:INDUSTRIAMETAL LTDA – ME

RÉU: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: Desapropriação de um imóvel situado no Distrito Industrial de Teresina, na Rua D, lote 106, de área total de 2.870 m², incluindo nessa área total a construção de um galpão de 2000m² realizados com recursos do requerente.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

22/05/2015: processo concluso ao juiz.

2 - PROCESSO Nº:0007236-38.1996.8.18.0140

REQUERENTE: ECOL - Engenharia, Comércio e Representações Ltda

REQUERIDO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: PROCESSO NÃO LOCALIZADO EM SECRETARIA.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

04/06/2012: juntada de petição

3 - PROCESSO Nº:0000192-94.1998.8.18.0140

EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICADO MUNICIPIO DE TERESINA

EXECUTADO:Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 4.366,02 referente ao IPTU de 01/06/1996 dos Lotes 79 e 80, Rua E, Distrito Industrial.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

25/09/2015: Processo Concluso ao Juiz.

4 - PROCESSO Nº: 0007786-62.1998.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-

CODIPI VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

16/09/2014: Processo com vistas a Procuradoria do Município desde 12/11/2009.

5 - PROCESSO Nº: 0000541-68.1996.8.18.0140

EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

16/09/2014: Processo com vistas a Procuradoria do Município.

6 - PROCESSO Nº: 0006875-50.1998.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 17.955,56 referente ao IPTU de 01/08/1992,01/08/1993,01/08/1994,01/08/1995 e 01/06/1996 da Rua D do Distrito Industrial.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

02/09/2016: Processo entregue ao Procurador do Município de Teresina-PI.

7 - PROCESSO Nº: 0003903-10.1998.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

16/09/2014: Processo com vistas a Procuradoria do Município.

8 - PROCESSO Nº: 0003217-81.1999.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 15.574,14 referente ao IPTU 01/06/1994,01/06/1995,01/06/1996,01/06/1997 do imóvel localizado na Avenida Henry Wall de carvalho, 06300, Areias.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

25/09/2015: Processo concluso ao juiz.

9 - PROCESSO Nº: 0022865-32.2008.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

25/01/2013: Carga ao advogado

10 - PROCESSO Nº: 0000249-68.2005.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 30.377,16 referente ao IPTU 01/06/1997,01/06/1998,01/06/1999,01/06/2000 e 01/06/2001 do imóvel localizado na Avenida Henry Wall de carvalho, 06300, Areias.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

11/10/2012: Processo concluso ao juiz.

11 - PROCESSO Nº: 0009345-15.2002.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

16/09/2014: Processo com vistas a Procuradoria do Município

12 - PROCESSO Nº: 0010763-85.2002.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

16/09/2014: Processo com vistas à Procuradoria do Município

13 - PROCESSO Nº: 0006986-92.2002.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 2.291,90 referente ao IPTU 01/06/1996,01/06/1997,01/06/1998,01/06/1999,01/06/2000 do imóvel localizado na Rua Francisca Claudino Dona, Bairro Distrito Industrial.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

07/08/2015: Concluso ao Juiz.

14 - PROCESSO Nº: 0022865-32.2008.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

25/01/2013: Vistas à Procuradoria do Município

15 - PROCESSO Nº: 0022439-20.2008.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

25/01/2013: Vistas a Procuradoria do Município

16 - PROCESSO Nº: 0013424-32.2005.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 26.006,88 referente ao IPTU 01/06/1997,01/06/1998,01/06/1999,01/06/2000 e 01/06/2001 do imóvel localizado na Rua S/D 001, 005055, Bairro Parque São João.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

31/05/2016: Juntada de petição e Conclusão ao Juiz

17 - PROCESSO Nº: 0021502-73.2009.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: CDA no valor de R\$ 7.319,44 referente ao IPTU 01/06/2004,01/06/2005,01/06/2006,01/06/2007 e 01/06/2008 da Rua E, 00072s, do Distrito Industrial.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

23/04/2014: Concluso ao Juiz

22/09/2016- Despacho: deferindo o pedido de fls.09 e determinando intimação da executada por mandado.

08/12/2016: Mandado distribuído para oficial de justiça

18 - PROCESSO Nº: 0009524-60.2013.8.18.0140

AUTOR: Guilherme Aragão Barbosa

REU: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 3ª VARACÍVEL.

OBJETO: Usucapião de um lote de terreno de 6.597,20m², registrado sob o nº 33.057, Livro 3-Y de transcrição das transmissões fls 144-v/145, do Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Teresina-PI.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

14/09/2015: Mandado intimando o Banco Rural devolvido pelo Oficial de Justiça.

19 - PROCESSO Nº: 0014039-41.2013.8.18.0140

AUTOR: Estado do Piauí

REU: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI

VARA: 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO: Desapropriação do imóvel localizado no Bairro da Santa Maria da Codipi, Município de Teresina, de matrícula R-3-1.1.586, às fls 247 do Livro de Registro Geral 2-B do 2º Tabelionato de notas e registro de imóveis da comarca de Teresina-PI.

ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:

22/06/2016: Processo Devolvido pelo Dr. Plínio Clerton

20 - PROCESSO Nº: 0007504-43.2006.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI



VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO: CDA no valor de R\$11.254,17 referente ao IPTU 01/06/1997, 01/06/1998, 01/06/1999, 01/06/2000 e 01/06/2001 do imóvel localizado na Avenida Henry Wall de caryalho, 06300, Areias.
ULTIMAMOVIMENTAÇÃO:
21/06/2013: Concluso ao Juiz

21 - PROCESSO Nº:0010763-85.2002.8.18.0140
EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICADO MUNICIPIO DE TERESINA
EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI
VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO:
ULTIMAMOVIMENTAÇÃO:
16/09/2014: Vista a Procuradoria do Município.

22 - PROCESSO Nº:0006986-92.2002.8.18.0140
EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICADO MUNICIPIO DE TERESINA
EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI
VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO:
ULTIMAMOVIMENTAÇÃO:
07/08/2015: Concluso ao Juiz

JUSTIÇA FEDERAL

23 - PROCESSO Nº 0001096-89.1995.4.01.4000
EXEQUENTE: Instituto Nacional do Seguro Social
EXECUTADO: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI.
VARA: 4ª VARA FEDERAL
OBJETO: CDA no valor de R\$207.123,49 referente a dívida de 11/91 a 06/94
ULTIMAMOVIMENTAÇÃO:
02/08/2016 - Aguardando expedição de mandado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA / JUSTIÇA FEDERAL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E JUÍZADOS ESPECIAIS

Não há processo.

IMÓVEIS PERTENCENTES À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ-CODIPI, "EM LIQUIDAÇÃO" - CNPJ 06.853.738/0001-17.

TERESINA-PI

- a) **Distrito Industrial I:** Um terreno Rural com área total de **115.00.00 hectares, situado no lugar denominado Angelim de Baixo.** Data Porto Alegre deste município, localizada a margem direita da Rodovia Teresina – Palmeiras com 2.324 (dois mil trezentos e vinte e quatro) metros de frente na citada Rodovia, 632,00 (seiscentos e trinta e dois) metros na face sul até o rio Parnaíba, 1.835 (um mil, oitocentos e trinta e cinco) metros na face norte, até o rio Parnaíba, 3.000 (três mil) metros até à margem do rio Parnaíba, (Cartório 1º ofício João Crisóstomo, Teresina-PI). Obs: nesta área encontra-se instalado na antiga sede da CODIPI o 6º Batalhão da Polícia Militar do Piauí.
- b) **Distrito Industrial I – Ampliação:** Uma gleba de terra com **50.00.00 hectares, situado no lugar Denominado Angelim de Baixo,** Data Porto Alegre, deste município, com as seguintes dimensões: mede ao Norte 730,00 (setecentos e trinta) metros, limitando-se ou confrontando-se com parte remanescente da mesma gleba, mede ao sul 830,00 (oitocentos e trinta) metros, a leste 640 (seiscentos e quarenta) metros, a oeste 588,00 (quinhentos e oitenta e oito) metros. (Cartório do 2º ofício Naila Bucar, Teresina-PI). Obs: nesta área possui invasão denominada Vila Carolina.
- c) **Um terreno com área de 1.160,00m²,** medindo 40 (quarenta) metros de frente contestados para a série Norte da Av. Ulisses Guimarães; 40 (quarenta) metros de fundos limitando-se com a CODIPI, ao lado do Conjunto Promorar. (Cartório do 2º ofício Naila Bucar, Teresina-PI). Obs: nesta área funciona uma horta comunitária.
- d) **Uma faixa de terra** desmembrado de uma maior porção, situado no lugar Angelim de Baixo, Data Porto Alegre com **5.000,00m² (cinco mil metros quadrados)** tendo os seguintes limites: Ao Norte, Leste e a Oeste com terras da Ceasa/PI, possuindo as seguintes dimensões: 50,00 (cinquenta) metros de frente, ou seja, no lado Sul limitando-se com o Conjunto Habitacional Saci, 50,00 (cinquenta) metros de lado Leste limitando-se com terras pertencente a CEASA-PI, 100,00 (cem) metros no lado Leste,

100,00 (cem) metros no lado Oeste, também limitando com terras da Ceasa-PI. (Cartório do 2º ofício Naila Bucar, Teresina-PI). Obs: na referida área está instalada a ACADEPOL - Escola da Polícia Civil do Piauí

e) **Santa Maria da CODIPI:** Uma gleba de terras de **182.31.37 hectares (cento e oitenta dois hectares, trinta e um ares e trinta e sete centiares)**, situado no lugar Santa Maria da CODIPI, Data Covas deste município. (Cartório do 2º ofício Naila Bucar, Teresina-PI). Obs: a referida área foi invadida possuindo atualmente residências, no qual através da Lei nº 5.063 de 20 de maio de 1999 autoriza o Poder Executivo a expedir Título de Concessão de Uso e Promessa de transferência Definitiva de Imóvel – (Escritura Particular de Doação).

f) **Itararé:** Uma gleba de terras com área de **10.68.46 hectares.** Localizado a margem direita da BR – 343, M-0 (marco zero) Teresina – Altos, na cerca de faixa de domínio do DNER, limitando-se com a Usina Livramento, limitando-se com a REFESA. (Cartório do 2º ofício Naila Bucar, Teresina-PI). Obs: área completamente invadida por residências denominada Vila Mariana.

PARNAÍBA-PI

Rosápolis: Uma gleba de terra com de **270.29.00 hectares**, situado no lugar denominado Rosápolis no município de Parnaíba-Pi. (1º ofício Cartório Almendra Filho, Parnaíba –PI). Obs: está em processo de transferência para o estado tendo a SEDET como responsável, através da lei nº 6.847 de 24 de junho de 2016.

FLORIANO-PI

Distrito Industrial: Uma gleba de terra com área de **60.04.00 hectares (sessenta hectares e quatro ares)**. Imóvel situado na Data Bom Jardim a 3KM da cidade de Floriano – PI, à margem direita da BR 343 sentido Floriano-Teresina. (3º ofício Cartório Carvalho, Floriano –PI). Obs: esta área foi doada ao município de Floriano através da Lei 6.549 de 03 de junho de 2014, para regularização fundiária do Bairro Cajueiro II.

PICOS-PI

Distrito Industrial: Uma área de terra com **93.92.41 (noventa e três hectares noventa e dois ares e quarenta e um centiares)**, situado no lugar Unha de Gato, Data Sussuapara, deste município. (Cartório do 2º ofício de notas, Picos –PI). Obs: está em processo de transferência para o estado tendo a SEDET como responsável, através da lei nº 6.847 de 24 de junho de 2016.

URUCUÍ-PI

Um lote de terreno no lugar denominado “Porto da Forquilha” Zona Urbana, situado a seiscentos (600) metros do centro da Cidade de Urucuí, as margem direita do Rio Parnaíba, 50 (cinquenta) metros de frente para o Leste, 40 (quarenta) metros para o Oeste, 117 (cento e dezessete) metros para o Norte e 86 (oitenta e seis) metros para o Sul. (Cartório do 1º ofício João Estevam Júnior.

Teresina, 23 Fevereiro de 2017

José Ricardo Pontes Borges

Liquidante/Interventor Decreto nº 15.949 de 04/02/2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí S/A – CODIPI “Em Liquidação”, CNPJ. 06.855.738/0001-17**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Atividades relativo ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, tendo por base os documentos apresentados pelo Liquidante da COPIDI e as reuniões realizadas no período, em análise do relatório. Porém, pela ausência das demonstrações financeiras, este Conselho opina a aprovação com ressalva dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Teresina, 20 de março de 2017.

Kenya Costa Ciríaco
Conselheira Fiscal

Cláudio de Souza Brito
Conselheiro Fiscal

Luyne Vaz Ibiapina Sabóia
Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2016

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PIAUI-CIDAPI “em liquidação”

CNPJ: 06.851.711/0001-56

No período de ano de 2016 foi realizada Assembléia Geral Ordinária em 28/04/2016, a qual entre as deliberações consta a aprovação do Relatório de Atividades exercício 2015 juntamente com o parecer fiscal, assim como a comunicação do liquidante acerca da elaboração de minuta de projeto de lei autorizando a venda dos imóveis da CIDAPI, que após essa elaboração será encaminhada a Assembléia Legislativa para posterior análise.

No que diz respeito aos referidos imóveis, o setor de engenharia da EMGERPI órgão responsável pelo processo de liquidação por meio do liquidante Sr. José Ricardo Pontes Borges através do Decreto nº 15.949 de 04.02.2015, está dando continuidade às avaliações, no entanto trata-se de um processo liquidatório complexo, visto que a documentação contábil remanescente nos arquivos da empresa é considerada insatisfatória. Contudo, em face dessas dificuldades encontradas o liquidante esta reunindo todos os esforços na tentativa de liquidar a empresa.

No ano anterior foram solicitadas informações à Junta Comercial do Estado, por meio dos ofícios 008/2015/LIQUIDAÇÃO de 26/02/2015, 113/2015/LIQUIDAÇÃO de 22/04/2015, 129/2015/LIQUIDAÇÃO de 07/10/2015, tendo como resposta em ofício nº 343/2015- GAB-PRES de 17/09/15, sendo que a resposta do órgão competente pelo fornecimento dessas informações foi insatisfatória, quanto à localização dos documentos arquivados a JUCEPI informou que ao longo do ano de 2016 seria feito uma reorganização dos arquivos naquele órgão, portanto será reiterada novamente em 2017 a busca por esta documentação.

Sendo assim, visto a impossibilidade de continuidade da contabilidade dessa empresa sem tais documentos. Estamos no aguardo dos documentos solicitados.

Foram enviadas as declarações: RAIS ano base 2015 e Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - INATIVA 2016, ano base 2015.

PROCESSOS JUDICIAIS

1ª INSTÂNCIA - JUSTIÇA ESTADUAL

1 - PROCESSO Nº: 0002035-31.1997.8.18.0140

EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
EXECUTADO: Estado do Piauí - Companhia de Agropecuário do Piauí (CIDAPI)
VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO:
ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:
16/11/2012: Processo com vistas a Procuradoria do Município

2 - PROCESSO Nº: 0006871-13.1998.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA
EXECUTADO: Estado do Piauí - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (CIDAPI)
VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO:
ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:
16/09/2014: Processo com vistas a Procuradoria do Município.

3 - PROCESSO Nº: 0001368-06.2001.8.18.0140

DESAPROPRIANTE: ESTADO DO PIAUI
DESAPROPRIADO: Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (CIDAPI)
VARA: 2ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO: Desapropriação de um terreno foreiro municipal, medindo 100 metros de frente por 205 metros ditos fundos, situado às series sul e norte das ruas Gonçalves Ledo e Território Fernando de Noronha, zona norte de Teresina-PI.
ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:
16/12/2015: Concluso ao Juiz.

4 - PROCESSO Nº: 0017831-47.2006.8.18.0140

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA
EXECUTADO: Estado do Piauí - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (CIDAPI)

VARA: 3ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

OBJETO:
ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:
05/11/2014: Processo com a Procuradoria do Município.

5- PROCESSO Nº: 0016616-17.1998.8.18.0140

AUTOR: CASA DAS FERRAGENS
RÉU: Estado do Piauí - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (CIDAPI)
VARA: 1ª VARADOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.
OBJETO:
ÚLTIMAMOVIMENTAÇÃO:
10/05/2012: Processo com vistas ao advogado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA / JUSTIÇA FEDERAL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E JUÍZADOS ESPECIAIS

Não há processo.

IMÓVEIS PERTENCENTES A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PIAUI-CIDAPI “em liquidação” CNPJ: 06.851.711/0001-56.

CORRENTE – PI

Uma área medindo **80 (oitenta) metros de frente, por 40 (quarenta) metros de centro**, confrontando ao Norte, com a Rua Benjamim Nogueira; ao Sul com a vendedora; a Leste com José Gabbi Zanatta e a Oeste com a Rua Sem Nome. (“Cartório Carmem Alayde”- 2º ofício de Notas e Registro, Corrente-PI).

SÃO JOÃO DO PIAUI – PI

Dois terrenos localizados no Bairro “Santos Fé”, Zona suburbana de São João. - **Primeiro: medindo uma área de 45 (quarenta e cinco) metros de frente; por 90 (noventa) ditos de lado** - **Segundo: no mesmo lugar ligado ao primeiro medindo 15 (quinze) metros de frente, por 90 (noventa) ditos de fundo, num total de 5.400m²** (cinco mil, quatrocentos metros quadrados), limitando-se a área total o Nascente fazendo beco com José Mariano, ao Poente, com Rodovia Fortaleza-Brasília; ao Norte com terreno devoluto da Olaria e ao sul com a estrada da Nica. (Cartório do 1º ofício de Notas e Registro de Imóveis, São João -PI).

SIMPLÍCIO MENDES – PI

Um terreno sito à margem da Estrada do Açude Poços, com **100 (cem) metros de frente por 60 (sessenta) ditos ao fundo**, limitando-se ao Norte com o terreno de Nelson Moura Fé; ao Sul com o terreno de Nelson Moura Fé; ao sul com a Rua Crispiniano Araújo; a Leste com a Rua Rui Barbosa; a Oeste com a Rua Santos Dumont. (Cartório do 1º ofício, Simplício Mendes-PI).

Teresina, 23 Fevereiro de 2017.

José Ricardo Pontes Borges
Liquidante/Interventor Decreto nº 15.949 de 04/02/2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí – CIDAPI “Em Liquidação”, CNPJ. 06.851.711/0001-56**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Atividades relativo ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, tendo por base os documentos apresentados pelo Liquidante da CIDAPI e as reuniões realizadas no período, em análise do relatório. Porém, pela ausência das demonstrações financeiras, este Conselho opina a aprovação com ressalva dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Teresina, 20 de março de 2017.

Kenya Costa Ciríaco
Conselheira Fiscal

Cláudio de Souza Brito
Conselheiro Fiscal

Luynne Vaz Ibiapina Sabóia
Conselheira Fiscal



RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2016

EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ-ETELPI “em liquidação”

CNPJ: 12.170.221/0001-97

O processo de liquidação da ETELPi continua em curso, no entanto apesar da empresa não constar débitos, existem pendências relacionadas quanto às transferências das torres de transmissão e rádio frequência de rádio e televisão que consta ainda como responsável legal a Empresa de Telecomunicações do Piauí – ETELPi.

No ano de 2016 foi expedido ofício nº 029/2016/LIQUIDAÇÃO datado de 11/06/2016, direcionado ao presidente da Fundação de Rádio e Televisão Educativa do Piauí, solicitando a transferência das torres de frequência de rádio e televisão para a referida fundação, com base na Lei nº 30 de 17/07/2003, Art. 5º Inciso II, onde designa a destinação dos bens imóveis e móveis da ETELPi para a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, não obtemos resposta oficial, porém em conversa informal com a equipe de liquidação o referido presidente informou que solicitou ofício ao ministério das Telecomunicações acerca dessas transferências, no entanto comunicou que não obteve resposta até o momento, sendo assim haverá reiteração dos ofícios em 2017.

Foi solicitada à JUCEPI certidão simplificada da empresa o qual inclui o nome do Liquidante Sr. José Ricardo Pontes Borges datado de 01/04/2016, no intuito de encerrar as atividades, porém para que se faça o procedimento de encerramento das atividades da ETELPi a junta comercial exige certidões negativas, no tocante a outras certidões necessárias para o fechamento da empresa estão em conformidade.

No entanto surgiu em 2016 pendências relacionada a certidões negativas solicitadas junto a fazenda pública, apesar de não haver restrição alguma com a ETELPi, houve um erro por parte do referido órgão quanto a razão social da ETELPi que foi erroneamente confundida com a TELEPISA, que segundo o escritório de advocacia responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais das empresas em liquidação inclusive os da ETELPi, o referido erro teria gerado débitos no CNPJ da empresa em liquidação, portanto incapacita de expedir certidões negativas na fazenda pública, quanto a esse caso estão sendo providenciadas as medidas legais cabíveis para que possa sanar esse erro, que por hora impossibilita a ETELPi de ser liquidada de fato, por tanto assim que for corrigido o erro junto a Fazenda Pública do estado do Piauí, será estabelecido o encerramento da empresa junto a JUCEPI.

CONTÁBIL

Quanto a documentação contábil foram solicitadas desde 2015 à Junta Comercial do Estado, por meio dos ofícios 008/2015/LIQUIDAÇÃO de 26/02/2015, 113/2015/LIQUIDAÇÃO de 22/04/2015, 129/2015/LIQUIDAÇÃO de 07/10/2015, tendo como resposta em ofício nº 343/2015- GAB-PRES de 17/09/15, a JUCEPI informou que não foram localizados os arquivamentos solicitados, em decorrência da desorganização de arquivos do referido órgão ao longo do ano de 2016 seria feito um reorganização dos arquivos naquele órgão, portanto será reiterado novamente em 2017 a busca por esta documentação.

Sendo assim, visto a impossibilidade de continuidade da contabilidade dessa empresa sem tais documentos. Estamos no aguardo dos documentos solicitados.

Foram enviadas as declarações: RAIS ano base 2015 e Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - INATIVA 2016, ano base 2015.

PROCESSOS JUDICIAIS

NÃO HÁ PROCESSO NA JUSTIÇA ESTADUAL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA / JUSTIÇA FEDERAL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E JUÍZADOS ESPECIAIS

Teresina, 23 Fevereiro de 201

José Ricardo Pontes Borges

Liquidante/Interventor Decreto nº 15.949 de 04/02/2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Empresa de Telecomunicações do Piauí – ETELPi “Em Liquidação”**, CNPJ. 12.170.221/0001-97, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Atividades relativo ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, tendo por base os documentos apresentados pelo Liquidante

da ETELPi e as reuniões realizadas no período, em análise do relatório. Porém, pela ausência das demonstrações financeiras, este Conselho opina a aprovação com ressalva dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Teresina, 20 de março de 2017.

Kenya Costa Ciríaco
Conselheira Fiscal

Cláudio de Souza Brito
Conselheiro Fiscal

Luynne Vaz Ibiapina Sabóia
Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2016

REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E Pousadas DO PIAUÍ S/A- RIMO “em liquidação”

CNPJ: 06.839.302/0001-34

Dentre as ações realizadas no exercício ano 2016 na gestão do liquidante/interventor José Ricardo Pontes Borges nomeado através do Decreto nº 15.949 de 04.02.2015, consta-se as avaliações de imóveis pertencente a Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S/A-RIMO, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28/04/2016, em que foi deliberado que após a avaliação dos referidos imóveis o Liquidante/interventor fica autorizado a tomar todas as medidas legais visando à venda dos imóveis da empresa RIMO, deliberações baseadas no parecer PGE/PL nº 2143/2015 (Parecer CENMA nº 152/2015, que sugere a venda dos imóveis dos hotéis da RIMO em modalidade de concorrência pública. Foram realizadas avaliações nos imóveis de Luiz Correia, Pedro II, Esperantina, ainda em curso avaliações nos imóveis de Amarante, Canto do Buriti, Corrente, São Raimundo Nonato.

Quanto ao contrato de cessão e concessão de uso foram realizados contratos de cessão de uso com os imóveis do Balneário Atalaia blocos de apartamentos, localizados na Av. Teresina, nº 803, Praia de Atalaia no município de Luiz Correia-PI, ocupado pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Teresina-IMPT, um bloco de 18 apartamentos por um prazo de 12 (doze) meses podendo ser localizado prorrogado por igual período por meio de aditivo, o contrato de cessão foi oneroso no valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a serem depositados no dia 30 de cada mês em conta aberta em nome da Rimo no Banco do Brasil Agência 5602-2, Conta –Corrente 45.421-4, Contrato este firmado em 12/09/2016, após a assinatura do o referido contrato não foram identificado qualquer pagamento do IPMT, no entanto o liquidante adotará medidas legais para a solução do problema.

Outro contrato firmado foi com Gildete Fontenele dos Santos, referente ao bloco de 18 apartamentos; um salão de jogos e um chalé, localizados no Balneário Atalaia em Luiz Correia, um contrato de cessão de uso datado de 08/07/2016, com prazo de 12 (doze) meses a ser prorrogado por igual período, em seguida foi feito um termo aditivo alterando as cláusulas terceira do contrato acima citado este aditivo foi assinado em 12/09/2016, com data estipulada para pagamento no dia 12 de cada mês, onde consta o valor mensal de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) a serem depositados na conta da Rimo indicada anteriormente, após a assinatura do referido contrato não foram identificado qualquer pagamento de Gildete Fontenele dos Santos, portanto, o liquidante tomará as medidas legais para a resolução dessa pendência quanto ao débito. Quanto aos blocos ocupados pela OAB-PI e APPM os novos de contratos de cessão estão em fase de conclusão.

Averiguo-se ainda uma ocupação irregular sem qualquer tipo de contrato referente ao Hotel Rimo de Amarante, localizado na Rua Abdon Moura, nº 149, no centro da cidade de Amarante-PI, no qual gerou processo judicial de desapropriação, durante o processo houve acordo conciliatório entre a Rimo e a ocupante em questão Sra. Iara Luiza Teixeira de Moraes, onde firmaram contrato de Cessão de Uso de Bem Imóvel datado em 09/08/2016, com data de pagamento para o dia 10 do mês subsequente ao vencimento, e prazo estipulado de 12 (doze) meses na prorrogação do contrato por igual período, com valor mensal de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) a serem depositados na conta da Rimo, após a assinatura do contrato foram verificados os seguintes depósitos efetuados em 2016 pela Sra. Iara Luiza na conta da RIMO no Banco do Brasil Agência 5602-2, Conta – Corrente 45.421-4:

Parcela /Competência/mês	Data do vencimento	Data do pagamento	Valor do pagamento
1ª/ Setembro	10/09/2016	12/09/2016	R\$350,00
2ª/Octubro	10/10/2016	10/10/2016	R\$350,00
3ª/Novembro	10/11/2016	11/11/2016	R\$350,00
4ª/Dezembro	10/12/2016	12/12/2016	R\$350,00
*	*	Total de pagamentos R\$1.400,00	

Foram Enviados ainda, ofícios solicitando a efetivação dos pagamentos em atraso dos contratos de cessão de uso firmados com a Rede Integrada de Hotéis e pousadas do Piauí S.A –RIMO, referente aos hotéis pertencentes a Rimo localizados em Canto do Buriti, Corrente e São Raimundo Nonato, no entanto, não houve progresso nas negociações com os atuais ocupantes para sanar os débitos em atraso, quanto aos débitos o liquidante tomará a medidas legais cabíveis para a resolução do problemas com estes hotéis.

Os contratos efetivados foram de caráter oneroso a serem depositados em conta aberta em nome da RIMO no Banco do Brasil conta nº 45.421-4, Agência 5602-2, a inclusão de aditivos e contratos referente aos imóveis da RIMO ocupados pelos cessionários, deve-se a necessidade da permanência dos mesmos com o intuito de conservação e preservação dos patrimônios da RIMO, por um prazo de 12 meses podendo ser prorrogado por igual período, até que seja concluído o processo de avaliação e posterior concorrência pública, modalidade recomendada pela Procuradoria Geral do Estado em parecer PGE/PL nº 2143/2015 (Parecer CENMA nº 152/2015), visto que a Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S.A –RIMO encontrasse em processo de liquidação, onde a venda na modalidade indicada dos referido imóveis sanará o passivo identificado na RIMO.

CONTÁBIL

No ano de 2016 não houve avanço quanto a procura pela documentação contábil solicitadas desde 2015, onde foram solicitadas informações à Junta Comercial do Estado, por meio dos ofícios 008/2015/LIQUIDAÇÃO de 26/02/2015, 113/2015/LIQUIDAÇÃO de 22/04/2015, 129/2015/LIQUIDAÇÃO de 07/10/2015, tendo como resposta em ofício nº 343/2015- GAB-PRES de 17/09/15, a JUCEPI informou que não foram localizados os arquivamentos solicitados, em decorrência da desorganização de arquivos do referido órgão ao longo do ano de 2016 seria feito um reorganização dos arquivos naquele órgão, portanto será reiterado novamente em 2017 a busca por esta documentação.

Sendo assim, visto a impossibilidade de continuidade da contabilidade dessa empresa sem tais documentos. Estamos no aguardo dos documentos solicitados.

Foram enviadas as declarações: RAIS ano base 2015 e Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - INATIVA 2016, ano base 2015.

PROCESSOS JUDICIAIS

1ª INSTÂNCIA JUSTIÇA ESTADUAL

1 - PROCESSO Nº 0000384-22.2011.8.18.0059
EXEQUENTE: UNIÃO

EXECUTADO: REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ SA RIMO

VARA: VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

OBJETO:

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

10/03/2016- Juntada de petição.

01/10/2016- Autos remetidos para Justiça Federal de Parnaíba.

2 - PROCESSO Nº 0012999-58.2012.8.18.0140

AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

RÉU: REDE INTEGRADA DE HOTEIS E POUSADAS DO PIAUÍ SA RIMO

VARA: 2ª VARA CÍVEL (CARTÓRIO) DACOMARCA DE TERESINA-PI

OBJETO: Ação de cobrança do valor de R\$ 4.540.297,92, decorrentes do inadimplemento das debêntures do FINOR, com os devidos acréscimos legais.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

19/06/2015- Processo recebido em secretaria.

JUSTIÇA FEDERAL

3 – PROCESSO Nº 0000227-42.2016.8.18.0037

COMARCA: AMARANTE

AUTOR: REDE INTEGRADA DE HOTEIS

RÉU: IARA LUZIA TEIXEIRA DE MORAIS

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO

08/08/2016 - Sentença, homologando acordo realizado pela Dr. Marciela em audiência.

4 - PROCESSO Nº 2005.40.00.007239-0

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXECUTADO: REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ.

VARA: 4ª VARA FEDERAL

OBJETO: CDA são correspondentes à Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários referentes aos anos de 1998, 1999 e 2000

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

28/06/2016- Aguardando conclusão.

5 - PROCESSO Nº 0005599-31.2010.4.01.4000

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXECUTADO: REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ

VARA: 4ª VARA FEDERAL

OBJETO: CDAs no valores de R\$18.406,09, R\$ 16.806,24 e R\$15.400,90 correspondentes à Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários referentes aos anos de 2002, 2003 e 2004 respectivamente.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

05/09/2016: Processo Devolvido com petição.

6 - PROCESSO Nº 0020988-85.2012.4.01.4000

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXECUTADO: REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ

VARA: 4ª VARA FEDERAL

OBJETO: CDAs no valores de R\$16.201,21, R\$ 14.892,34, R\$13.885,56 e R\$9.848,33 correspondentes à Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários referentes aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 respectivamente.

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

05/09/2016: Conclusão para despacho.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

7 - PROCESSO Nº 0029219-44.2010.4.01.0000

AGRAVANTE: UNIÃO

AGRAVADO: REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ

VARA: SEXTA TURMA

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:

29/06/2016: Processo Concluso para Relatório e Voto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA E JUIZADOS ESPECIAIS

Não há processo

IMÓVEIS PERTENCENTES À REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ S/A-RIMO, “em liquidação” - CNPJ: 06.839.302/0001-34.

AMARANTE-PI

Um terreno foreiro municipal situado à Rua Abdon Moura, na Zona Urbana desta cidade, medindo 27,00m (vinte e sete metros) de frente para o Poente, limitando-se com a referida Rua, Abdon Moura, medindo 31,00m (trinta e um metros) para o Sul com a Rua Américo de Castro, medindo 27,00m (vinte e sete metros) para o Nascente e medindo 31,00m (trinta e um metros) para o Norte, (Cartório Único de Notas e Registros Públicos de Amarante-PI). Obs: funciona a Pousada Velho Monge-RIMO.

CORRENTE-PI

a) Um hectare de terra na gleba **Buritizinho digo, Barra do Buritizinho da Data Corrente de Cima** (hoje bairro Fernando Carlos), com os seguintes limites confrontando ao Norte aos doadores, ao Leste com a estrada Federal e ao oeste com os doadores. Nesta área implantou um hotel com 18 unidades habitacionais, piscina, restaurante, estacionamento e cozinha. (“Cartório Carmen Alayde”, 2º Ofício de Notas e Registros, Corrente-PI). Obs: edificado o Hotel Rimo.

b) Uma área de terra sito no lugar **Branguinha data Corrente de Cima** deste Município, medindo 100m (cem metros) de frente, 100m (cem metros) de fundo por 100m (cem metros) de lateral, no total de **10.000m² (dez mil metros quadrados)**, limitando-se a leste que é a frente com a Rodovia BR 135. (“Cartório Carmen Alayde”, 2º Ofício de Notas e Registros, Corrente-PI).

CANTO DO BURITI-PI

Um terreno foreiro no lugar denominado “**São José**”, medindo 58,50x185 (cinquenta e oito metros e cinquenta centímetros de frente por cento e oitenta e cinco ditos de fundos), e que se limita ao nascente com a Rodovia que liga esta cidade a Floriano-PI, ao Poente com morro da Santa Luzia, ao Norte com José de Anchieta Moura Chaves e ao Sul com Marclio Wanderley Neves. R-3/926. (Cartório Manoel Barbosa e Silva, 1º ofício, Canto do Buriti-PI). Obs: funciona o Hotel Rimo.

ESPERANTINA-PI

Um terreno foreiro ao município, localizado na zona urbana, no Loteamento Palestina, Q7, Distrito 1, Setor 4, com frente para a avenida Ministro Petrônio Portela correspondendo ao lotes de nº 01,02,03,04,05,06,07,08,10,11,12,22,23, e 24 da quadra e loteamento supra mencionados. Medindo 80(oitenta) metros de frente 80(oitenta) metros de fundos por 80(oitenta) metros nos flancos direito e esquerdo correspondendo a seis mil e quatrocentos metros quadrados (**80x80=6.400m**). (Cartório DEDEUS C. LAGES, 1º ofício).

LUIZ CORREIA-PI

Um terreno foreiro ao Município com área de 25.73.14 has. (vinte cinco hectares setenta e três ares e quatorze centiares) adquirido pela PIEMTUR na Praia de Amaração, dessa parte foi transferido do imóvel acima uma parte medindo **1.741,33m²** e todas as bem feitorias existentes para a empresa **Rede Integrada de Hotéis e Motéis do Piauí S/A-RIMO**, consoante Escritura Pública de Incorporação de Bens Imóveis ao Patrimônio e Pessoa Jurídica lavrada neste cartório, livro nº 39, fls 91/92 em 17.05.1984. (Cartório Manoel Barbosa 1º ofício de Notas e Registro de imóveis, Luiz Correia-PI). Obs: Funciona o Balneário Atalaia.

PEDRO II-PI

Um terreno encravado na zona urbana de **Pedro II**, na Vila Operária São José à Av. Itamaraty medindo cento e setenta e dois metros (172) de frente, à Av. Itamaraty por oitenta e três metros (83) de fundos à Rua Castelo Branco, correspondendo uma área quadrada de quatorze mil e duzentos e setenta e nove metros quadrados (**14.279m²**), limitando-se ao nascente com o terreno a outorgante (Ação Social Pedro II-ASOP), 83 metros; ao poente com a rua projetada medindo 86 metros

ao norte com a Av. Itamaraty medindo 173 metros e ao sul com a Rua Castelo Branco medindo 172 metros. (Cartório do 1º Ofício, Pedro II-PI). Obs: Hotel Rimo em obras.

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

a) Uma área de terra ao lado direito da PI-140 no Bairro Santa Luzia, medindo 100 (cem) metros de frente por 130 (cento e trinta) metros de fundos, **num total de 13.000m² (treze mil metros quadrados)**, com os limites ao Poente frente com a PI-140, ao Nascente e Norte com terrenos da Prefeitura e ao Sul com o prédio Escolar e Terreno baldio. (Cartório do 1º ofício de notas, São Raimundo Nonato-PI). Obs: Instalações do Hotel RIMO Serra da Capivara.

b) Um terreno que mede 60 (sessenta) metros de frente por 75 (setenta e cinco) metros de fundos, **num total de 4.500m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados)**, localizado no bairro Santa Luzia, na cidade de São Raimundo Nonato-PI, com limites ao Poente com a Praça da Capela de Santa Luzia, ao Nascente com Neuton Ribeiro, ao Norte com PM Construtora e ao Sul com Neuton Ribeiro. (Cartório do 1º ofício de notas, São Raimundo Nonato-PI).

Teresina, 23 Fevereiro de 2017

José Ricardo Pontes Borges

Liquidante/Interventor Decreto nº 15.949 de 04/02/2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí – REDE RIMO “Em Liquidação”, CNPJ. 06.839.302/0001-34**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Atividades relativo ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, tendo por base os documentos apresentados pelo Liquidante da REDE RIMO e as reuniões realizadas no período, em análise do relatório. Porém, pela ausência das demonstrações financeiras, este Conselho opina a aprovação com ressalva dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Teresina, 20 de março de 2017.

Kenya Costa Ciríaco
Conselheira Fiscal

Cláudio de Souza Brito
Conselheiro Fiscal

Luynne Vaz Ibiapina Sabóia
Conselheira Fiscal

Of. 006



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PREG



RETIFICAÇÃO AO ANEXO I DO EDITAL PREG/UESPI – Nº 005/2017

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação — PREG, por intermédio da Divisão de Matrículas e Informações Acadêmicas — DMIA, torna pública a **RETIFICAÇÃO** da convocatória de candidatos do Curso de Bacharelado em Direito do Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, turno vespertino, em restrita observância à ordem de Classificação dos candidatos à AMPLA CONCORRÊNCIA e aos candidatos COTISTAS, constantes do Edital PREG Nº 005/2017 de 24 de março de 2017.

Teresina-PI, 27 de março de 2017.

Of. 065



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí – DETRAN/PI, **NOTIFICA PELO PRESENTE EDITAL**, todos interessados, em particular os proprietários agentes financeiros, arrendatários, entidades credoras ou aqueles que tenham se sub-rogados nos direitos, dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros) abaixo relacionado, a comparecerem na VIP LEILÃO, localizado na av. Doutor Josué Moura Santos, 1111 Bairro Pedra Mole em Teresina/PI, VIP LEILÕES, localizada na BR 343, km 18, na cidade de Parnaíba-Pi, no horário de **7:30** às **13:00** horas, no prazo de até 30 dias, a contar da data desta notificação, para tratarem da retirada de seus veículo apreendidos, sob pena de tê-los leiloados conforme preconiza a legislação vigente (CTB, art. 328). Antes, porém, deverão quitar os débitos existentes, sejam eles de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, despesas de remoção, depósito e Seguro Obrigatório.

PLACAS - VEÍCULOS - PROPRIETÁRIOS - AGENETE FINANCEIRO

PARNAIBA

PLACA	UF	MARCA	ANO	CHASSI	NOME	AGENTE FINACEIRO
LWG3859	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2004	9C2JC30104R031421	JOSE MARQUES DE SOUZA COSTA	
LVW7864	PI	HONDA/C100 BIZ	2003/2003	9C2HA07003R026682	CARLOS DIAS PEREIRA DE ARAUJO	
ODU3639	PI	YAMAHA/T115 CRYPTON K	2013/2013	9C6KE1560D0025587	ELIZABETH MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIS/S/A
NHU2149	PI	HONDA/POP100	2007/2007	9C2HB02107R062594	JOSE GOMES DE OLIVEIRA	
NIJ1279	PI	HONDA/POP100	2009/2010	9C2HB0210AR501263	MARCIO ADRIANO PEREIRA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LWG0199	PI	HONDA/C100 BIZ	1998/1999	9C2HA070XWR007501	ANTONIA ALVES FARIAS LOIOLA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NHX6749	PI	YAMAHA/XTZ 125E	2008/2008	9C6KE093080035549	LUZIA FONTENELE DOS SANTOS	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIP3297	PI	HONDA/POP100	2009/2010	9C2HB0210AR502799	KLECIO LIMA DOS SANTOS	
NHV2597	PI	YAMAHA/YBR 125K	2007/2007	9C6KE092070114922	MARIA APARECIDA DA COSTA FERREIRA	
NH22007	PI	YAMAHA/YBR 125K	2007/2007	9C6KE092070122939	FRANCISCO HELIO ARCANJO OLIVEIRA	
LVQ5177	PI	HONDA/BIZ 125 KS	2006/2007	9C2A04107R013640	MARIA DA CONCEICAO DE BRITO VERAS	
JJV5196	PI	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2009/2009	9C2KC16109R012335	FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO RAMOS	
TERESINA						
OEB8607	PI	I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	2011/2012	LXYXGBL06C0518467	REINALDO OLIVEIRA DE ARAUJO	
LV11907	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2013/2013	9C2JC4110DR418906	VINICIUS PONTES DO NASCIMENTO	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIN6437	PI	HONDA/POP100	2009/2010	9C2HB0210AR501722	RITA DE CASSIA COSTA BARBOSA	
NID2787	PI	HONDA/BIZ 125 ES	2011/2011	9C2JC4820BR256551	EUGENIO SOUSA PORTELA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
OEB2617	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR805857	MARIANO DOS SANTOS CARNEIRO	
NIE6977	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2009/2009	9CDNF41A9M233657	FRANCISCO AUGUSTO CERQUEIRA	
NIR0529	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR508076	FRANCISCO DENNIS DE SOUSA SILVA	
NIO6247	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR535186	KILSON CARDOSO AGUIAR	
NIC4047	PI	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080233210	MANOEL DA CRUZ SILVA	
NIG0227	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R520491	MAURO JANUARIO BARBOSA	
NIP0167	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R536412	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS NETO	
LVN1219	PI	HONDA/CG 150 TITAN ES	2004/2005	9C2KC08050R002807	PEDRO PEREIRA DA SILVA MATA	
NIL7929	PI	HONDA/CG 150 FAN ESI	2009/2010	9C2KC1550AR030793	JOSE RAIMUNDO RODRIGUES DE MORAIS	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LVW4997	PI	HONDA/CG 125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R073978	JOSE MATOS DE OLIVEIRA	
NIW9017	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0067838	FRANCISCO PAULO DE BARROS COSTA	
OUC6717	PI	HONDA/CG 150 TITAN EX	2013/2013	9C2KC1660DR535557	ALEX DOS SANTOS MAL	
NIG1757	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090073525	CLAYTON DOS SANTOS OLIVEIRA	
OUC2107	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	2013/2013	9C2JC4110DR739877	JOSIEL FRANCISCO SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LV00867	PI	YAMAHA/YBR 125K	2006/2007	9C6KE092070080553	JOAO FRANCISCO DE SOUSA	
LWE7399	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/2005	9C2KC08105R003017	RESENDE & VERAS LTDA	
NH27889	PI	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R722765	DOMINGOS CAROBA DOS SANTOS FILHO	
NHU8799	PI	HONDA/CG 125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R027920	RAIMUNDO CARLOS FERREIRA NUNES	
NHZ0009	PI	DAFRA/SUPER 100	2008/2009	95VAC1H589M013563	FRANCISCO JOAO BARBOSA	
NIQ5599	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2010	9C6KE1220A0108026	ANA CELIA MOREIRA DA SILVA	
LWJ3979	PI	HONDA/C100 BIZ ES	2004/2005	9C2HA07105R012081	FRANCISCA DAS CHAGAS DOS SANTOS MOURA	
NIJ5239	PI	HONDA/BIZ 125 ES	2009/2010	9C2JC4220AR102128	PAULA JESSICA DOS SANTOS C ALBUQUERQUE	
ODW6569	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0067969	ANA LUCIA DE SOUSA TRINDADE	
LVL9279	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/2005	9C2KC08105R821889	RAIMUNDO NONATO APRIGIO	
NIJ1219	PI	TRAXX/JL50 Q2	2009/2010	951BXKBB8AB000224	MARIA FERREIRA DE ALMEIDA SILVA	
NIC4949	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	9C6KE122090012874	ANTONIO FERREIRA DE ARRUDA	

Diário Oficial

46



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

NIV2167	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	9C6KE122090012874	ANTONIO FERREIRA DE ARRUDA	
NIA6192	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2008/2008	9C2MC35008R130804	FRANCISCO WANDERSON SANTOS RODRIGUES	
NIV9642	PI	HONDA/CG150 TITAN ESD	2011/2011	9C2KC1650BR523035	RAIMUNDO JOSE DE SOUSA GOMES	
ODV4772	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR503577	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	
NHZ8584	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2008/2008	9C2MC35008R130599	DALVENICE ALVES DE SOUSA PORTELA	
LWD6414	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2005/2005	9C2MC35005R026965	VALMIR DA SILVA ARAGAO	
NIH3884	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR626737	JACIO NASARIO DA SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LWE9654	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2005/2005	9C2MC35005R024022	MARIA LUCIANA DE MEDEIROS SILVA	
NIJ4684	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR619934	ELTON JHON DEOLINDO RAMOS	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIK9984	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR699705	JOAO GOMES DA SILVA FILHO	
OUE3984	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2013/2013	9C2JC4110DR417748	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	BANCO HONDA S.A
ODX8964	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR549264	THIEGO DA SILVA DOURADO	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIC7574	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090057207	EDIVAN CARVALHO DA SILVA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENT S.A
NIX8344	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0093491	JOSE CARLOS DE SOUSA	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIS/A
LVM3960	PI	HONDA/CG125 TITAN KS	2002/2003	9C2JC30103R047588	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	
LVT2257	PI	SUNDOWN/WEB 100	2005/2005	94J1XFBH55M013811	CONSTRUTORA TORRE LIMITADA	
NIP9039	PI	DAFRA/SPEED 150	2009/2009	95VCA1A599M003394	DANIELLE DE LIMA MACHADO	BANCO ITAUCARD S.A
LVU9774	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2007	9CDNF41LJ7M072013	JONATAS VICTOR DE OLIVEIRA	
OVW5490	PI	YAMAHA/YS150 FAZER ED	2013/2014	9C6KG0660E0008732	WALISSON DA CONCEICAO	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIS/A
LWE4807	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2002/2002	9C2MC35002R041739	GENIVAL DA SILVA ARAUJO	
NIN8827	PI	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2009/2010	9C2KC1610AR003636	JOSE RAFAEL LOPES BENICIO	
NIT2167	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0013909	GIGLIO CORREIA DO NASCIMENTO SILVA	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIS/A
LVY7921	PI	HONDA/C100 BIZ	2002/2003	9C2HA07003R017142	FRANCISCO MARIANO DA SILVA	
LWH3371	PI	HONDA/CG125 TITAN KS	2000/2001	9C2JC30101R054066	ANA MARIA DE JESUS	
NHV2793	PI	GM/CELTA 2P LIFE	2008/2008	9BGRZ08908G245278	FRANCISCO WAGNER LIMA	
NHU2201	PI	VW/GOLF 1.6 SPORTLINE	2007/2008	9BWC A01JX84019926	ROSA MARIA MACHADO LIMA	BANCO BRADESCO FINANCIAMENT S.A
NHW3372	PI	HONDA/NXR150 BROS KS	2008/2008	9C2KD03208R012649	LUIZ SOARES BATISTA	
NIL9026	PI	HONDA/BIZ 125 KS	2010/2010	9C2JC4210AR116054	MARCOS PAULO FREITAS	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LVZ7730	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2002/2002	9C2MC35002R047260	MARINA PEREIRA GOMES DE SANTANA	
NIG8420	PI	YAMAHA/LANDER XTZ250	2007/2008	9C6KG021080019431	ELDER ALVES MOREIRA DOS SANTOS	
NIG5800	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2008	9CDNF41LJ8M129210	IVONEIDE DA COSTA SILVA VELOSO	
OUA8200	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR ED	2013/2014	9C6KE1940E0010789	ANTONIO MARCOS DA CONCEICAO	
NIM0800	PI	DAFRA/SPEED 150	2008/2009	95VCA1J889M039265	ANTONIO JAMES BARBOSA DA SILVA	NAF
NIK3010	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	9C6KE122090019290	ANTONIO FERREIRA	
PIA1870	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2012/2012	9C6KE1510C0040661	FRANCISCO DE ASSIS PAIVA	BANCO PAN S/A
NHZ1440	PI	HONDA/CG125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R044661	RAFAEL GONCALVES BASTOS	
ODW6290	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0072851	LEONARDO DOS SANTOS SILVA	BANCO PAN S/A
KJN7290	PI	HONDA/CBX 200 STRADA	1997/1997	9C2MC270VVR025834	FRANCISCO NAILSON RODRIGUES DOS SANTOS CARNEIRO	
OVX0520	PI	HONDA/CG150 FAN ESDI	2013/2014	9C2KC1680ER464208	SAULO DE TARCIO SOARES BEZERRA	
NIA4676	PI	DAFRA/SUPER 100	2008/2008	95VAC1D288M007098	JOSE SOARES DE AZEVEDO	
NIT7466	PI	HONDA/POP100	2010/2011	9C2HB0210BR401999	IZAIRA JOCASTA ALVES BRANDAO	
NIV4918	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0083414	RAIMUNDA PEREIRA CAVALCANTE	BANCO PAN S/A
ODW0018	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2012/2012	9C6KE1510C0037490	EVA ALINE RODRIGUES DA SILVA	BANCO PAN S/A
ODX7268	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2012/2012	9C6KE1510C0037476	ANTONIO PAULO DOS SANTOS	
NIF9288	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2009/2009	9C6KE120090036337	MARIA DA CONCEICAO PEREIRA DE VASCONCELOS	
NHZ1268	PI	KASINSKI/SETA 125	2008/2008	93FST12588M004035	HELENA GOMES LEITE RODRIGUES	BANCO PAN S/A
NIW6408	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0081145	IRANETE BISPO DE MIRANDA	
LVY1126	PI	HONDA/XR 200R	2002/2002	9C2MD28002R109167	SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA FILHO	
LVQ0918	PI	YAMAHA/YBR 125K	2006/2007	9C6KE092070066183	GENIVAL ARAUJO MORAES	BANCO PAN S/A
NIE8466	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R518800	ANTONIO AVELINO DE ARAUJO JUNIOR	
LVR7570	PI	HONDA/CG125 TITAN KS	2000/2001	9C2JC30101R004883	FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA ARAUJO	
LWA4560	PI	HONDA/CG125 TITAN	1999/2000	9C2JC2500YR044271	FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES NASCIMENTO	
NIL3950	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	9C6KE122090013894	DAVID RODRIGUES SANTOS	

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

47

NIH9310	PI	HONDA/POP100	2008/2009	9C2HB02109R001927	FRANCISCO DE SOUSA RAMOS	
NHY7908	PI	HONDA/POP100	2008/2008	9C2HB02108R059751	ANTONIO WILTON DE OLIVEIRA	
ODW4188	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2013	9C2JC4110DR106739	NILTON CESAR CORDATO SILVA	
NIG8270	PI	YAMAHA/YBR125K	2007/2008	9C6KE092080177629	ANTONIO PEREIRA DE MORAES	
LVQ6657	PI	HONDA/CG150 JOB	2006/2007	9C2KC08307R002036	T P DA SILVA PINHEIRO	
NIT6273	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL00B0500741	FRANCINILDA SILVANA DO NASCIMENTO	
LVS8703	PI	HONDA/CG125 TITAN KSE	2002/2002	9C2JC30212R502098	COMERCIAL EQIP LTDA	
NIO7736	PI	I/SHINERAY XY 50 Q2	2009/2010	LXYXCBL07A0248193	FRANCISCA FERREIRA DE SOUSA DA SILVA	
ODV2857	PI	I/SHINERAY XY 50 Q2	2011/2011	LXYXCBL07B0275590	RAIMUNDA ALVES BARBOSA	
HOZ4754	PI	HONDA/CG125 CARGO	1997/1997	9C2JA010VVR002765	ALIANCA PIAUENSE DE DISTRIBUICAO LTDA	
NII2257	PI	SUNDOWN/HUNTER 125 SE	2008/2009	94J2XECM89M031915	MARCOS SILVA DOS REIS	
LWJ0823	PI	HONDA/XLR125	1998/1998	9C2JD170WWR007217	ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO	
NID7419	PI	YAMAHA/YBR125E	2007/2008	9C6KE091080051199	VERA LUCIA SILVA POLICARPO	BANCO DO BRASIL S/A
LWL7588	PI	HONDA/CG150 JOB	2005/2006	9C2KC08306R801435	LUIZ DO CARMO CARDOSO	
OE43818	PI	YAMAHA/T115 CRYPTONED	2011/2012	9C6KE1550C0010374	IRISMAR RODRIGUES DA CONCEICAO	
LVT8598	PI	HONDA/CG125 TITAN KS	2002/2003	9C2JC30103R033463	JANILDO DA SILVA NASCIMENTO	
LWI6398	PI	YAMAHA/YBR125K	2004/2005	9C6KE044050083635	SEBASTIAO FRANCELINO DOS REIS	
NIC3228	PI	HONDA/NXR150 BROS KS	2008/2208	9C2KD03208R027608	MARLY SANDRA ALVES DE CARVALHO	
LVY4328	PI	HONDA/XLR125 ES	2002/2002	9C2JD17202R024438	GERARDO MAGELA BITTENCOURT SILVA	BANCO DO BRASIL S/A
NIJ2268	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090073205	MARIA MEIRE MONTEIRO DA SILVA	
NIO9728	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR553629	EDIVALDO LEANDRO	
LWJ4228	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2005/2006	9CDNF41AJ6M017454	GLEIDSON VIEIRA ARAUJO	
LVY0908	PI	HONDA/C100 BIZ MAIS	2002/2002	9C2HA07202R004330	MANOEL PAIXAO CARDOSO	
OE4328	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2012	9C6KE1520C0108700	EDILSON DOS SANTOS	
NIR8698	PI	HONDA/POP100	2010/2011	9C2HB0210BR002672	DANIEL ALVES DE OLIVEIRA	
OUE4978	PI	HONDA/CG150 TITAN ESD	2012/2012	9C2KC1650CR533269	MARIA CRISTIANE PEREIRA DA SILVA	CAIXA CONSORCIOS S/A
NIP2358	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR555566	GILVAN DE OLIVEIRA ABREU	
PIA0088	PI	YAMAHA/YBR125 FACTORED	2013/2014	9C6KE1940E0021297	FRANCISCO DAS CHAGAS LLUSTSA DA SILVA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NHW0178	PI	HONDA/CG125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R012986	GRACILENE MARIA DA CRUZ	
NIK4448	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2010	9C6KE1220A0100011	JOSEANE MAIARA BEZERRA DE SOUSA	
NII4168	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090081494	JOSE RODRIGUES DA SILVA	
NIO9558	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2010	9C6KE1220A0097908	SONIA MARQUES DE SOUSA	BANCO PAN S/A
NIQ2610	PI	SUNDOWN/WEB 100	2008/2009	94J1XFBH88M076830	MANOEL AUGUSTO DE CARVALHO NETO	
NIJ4370	PI	DAFRA/SUPER 100	2008/2008	95VAC1C288M004528	ROSILENE FERREIRA DOS SANTOS	
LWP8718	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2007	9CDNF41LJ7M053566	JOSE ASSIS GONZAGA FILHO	
NWW0189	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR436487	JORGIANDE FERREIRA DO NASCIMENTO	
ODW9278	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2012/2012	9C6KE1520C0112269	LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NHX4539	PI	HONDA/CG125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R219634	CLEONICE FERNANDES DE OLIVEIRA	
NIJ1971	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL03B0205004	PEDRO HONORIO DE SOUSA	
NIN8681	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/2009	9CDNF41LJ9M275356	PABLO DE PADUA LEO E SILVA	
NIN2481	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL09B0515397	MARIA ALEXSANDRA DE FRANCA MELO	
LVH5881	PI	HONDA/CG125 TITAN	1997/1998	9C2JC250WVR082889	EDIGAR ALVES DE ALCANTARA	
NIP1961	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2009/2009	9C2JC41109R041081	FRANCISCO CELSON SOARES DA COSTA	
LVG8644	PI	HONDA/CG125 CARGO	1995/1995	9C2JA0101SRS81584	JOÃO FERREIRA CARDOSO	
ODX9139	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2011/2012	9C2JC4110CR411563	MACILENE ALCANTARA BARROS	
LVF5511	PI	HONDA/CG125 TITAN	1998/1998	9C2JC250WVR097201	VILMA MARIA DE SENA	
LVS1657	PI	YAMAHA/YBR125K	2003/2003	9C6KE044030024485	KLEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS	
NIV7879	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2010/2011	9C2JC4110BR419708	EDIVAN DO NASCIMENTO LEITE	
LVR9377	PI	HONDA/CG125 CARGO	2000/2000	9C2JC3030YR000621	ANTONIO DE PAULO ARAUJO SOUSA	
OE14207	PI	HONDA/POP100	2012/2012	9C2HB0210CR445704	CLAUDIANA SALES GOMES	
NIJ1117	PI	9C2JC41109R537683	2009/2009	9C2JC41109R537683	VANIA ROCHA DE SOUSA	
LVS3987	PI	HONDA/CG125 CARGO	2003/2003	9C2JC30303R107210	GERINALDO ALVES DA SILVA	
LVP4154	PI	HONDA/CG125 TODAY	1991/1992	9C2JC1801MRS78393	JOSE BRAZ LOPES	
LW05667	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2006/2007	9CDNF41LJ7M052237	RAIMUNDO NONATO GOMES DA SILVA	

Diário Oficial

48



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

NHW7947	PI	DAFRA/SPEED 150	2008/2008	95VCA1E288M013304	FRANCISCO JOSE RODRIGUES NETO	
ODX3577	PI	HONDA/CG150 TITAN EX	2011/2011	9C2KC1660BR531617	IRENE SILVA BRITO	
NIB2967	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/2008	9CDNF41LJ8M237431	VILNA DE ARAUJO NETO	
OEI8389	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR819098	MARIA AUGUSTA DO NASCIMENTO	
HOW5578	PI	FIAT/PALIO ED	1997/1997	9BD178216V0338950	WELITON FELIX FERREIRA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIE7472	PI	TRAXX/JL50 Q2	2010/2010	951BXXBB5AB005204	SEBASTIAO FAUSTINO DE SOUSA	
LVM9769	PI	HONDA/CG150 TITAN ES	2004/2005	9C2KC08505R807178	S B NETO	
L VH4634	PI	HONDA/CG125 TITAN	1995/1996	9C2JC2501SRT16197	JOSE ACRISIO SOARES LIMA	
NIM5617	PI	SUNDOWN/WEB 100	2009/2009	94J1XFBF99M084531	JACKELINE RODRIGUES DE ARAUJO	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIU2694	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL0XB0255110	JOSE FRANCISCO DOS ANJOS SILVA	
ODU0241	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2011/2012	9C2JC4110CR318099	RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA	
LWI6700	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	2001/2002	9C2MC35002R010441	CRISTIANO RODRIGUES MOURA	
LWD9304	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2005/2005	9CDNF41AJ5M013543	CIOMARA BATISTA TEIXEIRA PEREIRA	
LWO5554	PI	HONDA/CG150 TITAN ES	2005/2005	9C2KC08505R819675	ALCIDES DE DEUS PEREIRA	
NIF8694	PI	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2010/2010	9C2KC1610AR044756	FERNANDE BORGES DE SOUSA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
LVO0424	PI	HONDA/CG125 TITAN	1997/1997	9C2JC250VVR123735	DAVID PEREIRA LIMA	
OVW7004	PI	HONDA/XR 250 TORNADO	2004/2005	9C2MD34005R002084	RAIMUNDO MACEDO FILHO	
L VW7982	PI	HONDA/BIZ 125 KS	2007/2007	9C2JA04107R027008	MARIA EDIVALDA IBIAPINA COELHO MENDES	
LWG7772	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2005/2005	9CDNF41AJ5M011770	NATAN FRANCISCO FERREIRA	
NIH7062	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL01B0218110	RAIMUNDO NONATO PEREIRA CAMPOS	
NIJ2282	PI	DAFRA/SPEED 150	2009/2010	95VCA4L59AM006140	LUIZ SABINO DA SILVA	
NIM8112	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0023749	BRAYNANDO FERREIRA ALVES	
OUC6152	PI	MOTO TRAXX/JL50Q-8	2012/2013	951BXXBA8DB002809	MARIA LUIZA ARAGAO PIRES FERREIRA	
NIM9852	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL01B0218320	CAMILA VITORIA VENANCIO DE ARAUJO	
L VU0908	PI	HONDA/CG125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R084174	EMERSON CARVALHO LIMA JUNIOR	
LVT9058	PI	HONDA/XR 200R	2002/2002	9C2MD28002R111906	ROBERTO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	
NHU6678	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2008	9CDNF41LJ8M100533	LUIZ FERNANDO DE LIMA	

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

49

NID5048	PI	HONDA/CG125 FAN ES	2009/2009	9C2JC41209R077069	CICERO ROMAO FERREIRA DO NASCIMENTO	
LVU7378	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2005/2006	9CDNF41LJ6M016731	LUIS BORGES DOS SANTOS	
NIG1140	PI	HONDA/CG125 FAN	2007/2008	9C2JC30708R127848	EDIMAR PEREIRA DE SOUSA	
OEB0950	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0088705	ERMEZINALDO CARVALHO DA SILVA	
ODW9960	PI	HONDA/CG125 FAN ES	2011/2012	9C2JC4120CR507645	PEDRO PEREIRA DE ANDRADE	
NIJ5950	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/2008	9CDNF41LJ8M263191	NADIA DE SOUSA VIANA	
NIS2090	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/2008	9CDNF41LJ8M263139	JOAO EVANGELISTA BATISTA DA SILVA FILHO	
LVQ2529	PI	HONDA/CG125 CARGO	2003/2004	9C2JC30304R000032	JOSUE ALVES DE CARVALHO VITORIO	JOTAL LTDA
LWK4088	PI	SUNDOWN/HUNTER 125 SE	2006/2006	94J2XECF66M012996	ROMULO NUNES CARDOSO	
OUA5621	PI	I/BASHAN JONNY HYPE 50	2011/2011	LHJXCBLD5B0304346	FRANCISCO FERNANDO DE ASSIS DA CUNHA SOUSA	
NIW5342	PI	I/SHINERAY XY 50 Q	2010/2011	LXYXCBL09B0254983	GERALDO PAULINO DE OLIVEIRA	
LWO6476	PI	YAMAHA/YBR 125K	2005/2005	9C6KE044050117560	PAULO SERGIO DA SILVA SOUSA	
OVY1058	PI	I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	2013/2013	LXYXCBL08D0458841	FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA	
NID8678	PI	HONDA/CG125 FAN	2008/2008	9C2JC30708R760939	ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	
OEB9026	PI	FLASH/MV CITY 150	2011/2012	93FCTACLBCM001874	SIGMA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	
NIQ6231	PI	I/SHINERAY XY50Q PHOENIX	2011/2012	LXYXCBL04C0563150	FRANCISCA BORGES DE CARVALHO	
NIH0163	PI	I/SHINERAY XY 50 Q2	2009/2010	LXYXCBL07A0233287	CLAUDIO BATISTA CARVALHO FILHO	
NIB6996	PI	DAFRA/SUPER 100	2008/2008	95VAC1F588M009777	EDNARDO XIMENES DE ARAGAO	
OUF4519	PI	HONDA/POP100	2013/2013	9C2HB0210DR019028	THAUAN FELIPE DE ABREU	
LWD2818	PI	YAMAHA/YBR125 FACTORED	2013/2014	9C6KE1940E0022719	RAIMUNDA NONATA MONTEIRO OLIVEIRA	
NIJ6580	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2008/2008	9CDNF41LJ8M262863	JOSE PEREIRA DOS SANTOS	BANCO BRADESCO FINANCIAMENT S.A
OUC0320	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2013/2013	9C2JC4110DR418182	PAULO SILVA RODRIGUES	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIM0790	PI	DAFRA/SPEED 150	2008/2009	95VCA1H289M032195	ANTONIO JOSE MAGALHAES SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
PIE9038	PI	HONDA/CG150 FAN ESDI	2014/2015	9C2KC1680FR005609	JACKSON STEFANY BARBOSA GOMES	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LWG8417	PI	HONDA/CBX 200 STRADA	1999/1999	9C2MC2700XR020651	EURIDITE IBIAPINA DANTAS DA SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
ODW8523	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR320193	MARIA ANESIA BATISTA MENEZES DOS	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA

Diário Oficial

50



Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

					ANJOS	
NIC0788	PI	SUNDOWN/WEB 100	2008/2008	94J1XFBG88M074629	ARYANE BARBOSA LEAL	BANCO PAN S/A
LVX8531	PI	YAMAHA/YBR 125K	2004/2005	9C6KE044050095595	ANTONIA DAYANE DA SILVA COSTA	YAMAHA ADM. DE CONSORC S/C LTDA
LWA0442	PI	HONDA/CG125 TODAY	1992/1992	9C2JC180INR233368	GEORGE JOSE CONCEICAO DA COSTA	
NHU1419	PI	HONDA/CG150 TITAN KS	2007/2008	9C2KC08108R034825	JOAO BATISTA FERREIRA DA SILVA	
NIH4649	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2009/2009	9C6KE122090080183	ALEXSANDRO GALENO	
OUC4579	PI	YAMAHA/T115 CRYPTON K	2012/2012	9C6KE1560C0014968	JOSE CLAUDIO PEREIRA BRUNO	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIL S/A
NHV8839	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2007/2008	9C2KD03308R006600	ANTONIO FERREIRA LOPES	
NIW0378	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0087802	ELISABETH CRISTINA DIAS CABRAL	BANCO PAN S/A
OEF3048	PI	HONDA/CG150 FAN ESI	2012/2013	9C2KC1670DR437903	JOAO CARLOS DA SILVA MEDEIROS	BANCO HONDA S.A
ODW0338	PI	HONDA/BIZ 100 ES	2012/2013	9C2HC1420DR014113	MARIA CRISTIANE COSTA SOARES	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
OED1618	PI	HONDA/BIZ 125 ES	2012/2013	9C2JC4820DR026046	AMILSA ARRUDA DA SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
LW06189	PI	YAMAHA/YBR 125K	2003/2004	9C6KE044040037943	MARCELO LOPES CARVALHO	
NIW3642	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2011/2011	9C2JC4110BR709515	JOSUEL DE OLIVEIRA SOARES	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
OEG3588	PI	HONDA/POP100	2013/2014	9C2HB0210ER004935	EDUARDO OLIVEIRA NASCIMENTO	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIW7678	PI	HONDA/POP100	2011/2012	9C2HB0210CR409286	MATHEUS PEREIRA DO NASCIMENTO	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
ODU5678	PI	HONDA/POP100	2012/2012	9C2HB0210CR510848	LUIZ ALBERTO ALVES DA SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIR9274	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2009/2010	9C2JC4110AR505185	SERGIO PAULO BATISTA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
DTJ4032	PI	HONDA/CBX250 TWISTER	2006/2007	9C2MC35007R003403	GABRIEL DA LUZ LIMA CAMPELO	
NIU8872	PI	HONDA/CG150 FAN ESI	2011/2011	9C2KC1670BR501815	GENIVALDO BENTO DA SILVA	
OEA8712	PI	HONDA/CG150 FAN ESI	2013/2013	9C2KC1670DR010504	WELLYTON FERREIRA DA SILVA	
NIP3342	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0028482	MELCHIOR PEREIRA DE CARVALHO	BANCO PAN S/A
ODX7302	PI	YAMAHA/T115 CRYPTON K	2011/2012	9C6KE1560C0008168	MARTINHO DE ARAUJO	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIU5283	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2010	9C6KE1220A0140475	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA SANTOS	BANCO PAN S/A
LWD8414	CE	GM/CORSA SEDAN MAXX	2005/2005	9BCXH19X05C240378		
NHV1484	PI	YAMAHA/YBR 125K	2008/2008	9C6KE092080195548	RAIMUNDA PEREIRA DE FRANCA COSTA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
LVZ1024	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K1	2013/2014	9C6KE1950E0020090	JOELMA LOPES DA SILVA	BANCO PAN S/A

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quarta-feira, 29 de março de 2017 • Nº 60

51

LWE0654	PI	FIAT/SIENA ELX FLEX	2005/2005	9BD17201B53167299	MAYCO FARLEY FALCAO AVELLINO ALVES	REMAZA ADMINI. DE CONSORCIO LTDA
LWH4674	PI	HONDA/CG125 TITAN KS	2000/2000	9C2JC3010YR064274	JOAO JOSE DA SILVA	BANCO DO BRASIL S/A
NIM3704	PI	HONDA/POP100	2010/2010	9C2HB0210AR116956	LUIS ALVES DE SOUSA	BANCO PAN S/A
LVV9674	PI	HONDA/CG125 FAN	2005/2005	9C2JC30705R012873	NILTON DIAS	
OEB1794	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2012	9C2JC4110CR560096	ADALTO DE SOUSA DA SILVA	
LWF4807	PI	HONDA/CG150 TITAN KS	2004/2004	9C2KC08104R069061	JOSE GOMES CORREIA	
NIW6517	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0062175	MARIA FRANCISCA RIBEIRO LOPES	BANCO PAN S/A
LW4557	PI	HONDA/CG150 TITAN ES	2004/2004	9C2KC08504R032457	FLAVIA RODRIGUES SANCAO	
NIW8357	PI	DAFRA/TVS APACHE RTR 150	2011/2012	95VGF3E2BCM001239	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA LOPES	BV FINANCEIRA S/A-CFI
LWE4508	PI	HONDA/CG150 TITAN KS	2004/2004	9C2KC08104R094707	MARIA DO AMPARO SANTANA DE ALMEIDA	
OEI5559	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0080376	COSMO JOSE DOS SANTOS	BANCO PAN S/A
OUA6810	PI	YAMAHA/XTZ 125K	2012/2012	9C6KE1260C0028578	JOSE MARTINS DE OLIVEIRA	
ODU9620	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2011/2011	9C6KE1500B0042943	MARIA GEIZA OLIVEIRA DE SOUSA	BANCO PAN S/A
LVH8521	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2012/2013	9C2JC4110DR706987	FLAVIANE DA SILVA SANTOS	
ODY0002	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2012	9C6KE1520C0078536	KEYLON MARQUES LIMA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NIT7754	PI	YAMAHA/XTZ 125E	2010/2010	9C6KE1250A0014572	MARCIO LIMA FERNANDES	BV FINANCEIRA S/A-CFI
LWO0410	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	2013/2013	9C2KD0550DR230987	LEONARDO DA VINCE M G V DA ITALIA A A MENEZES	BANCO HONDA S.A
LVV7802	PI	HONDA/CG125 FAN	2006/2006	9C2JC30706R881360	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	BANCO PAN S/A
ODU8782	PI	HONDA/POP100	2013/2013	9C2HB0210DR411179	ROMARIO GOMES DA SILVA	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
NIK9472	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0023833	FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA CARVALHO JUNIOR	BANCO PAN S/A
NIM3674	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2010/2010	9C6KE1200A0073116	FABIO SILVA LEAL	BANCO PAN S/A
NIU8372	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0035981	MARIA EDILANE RODRIGUES SILVA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
PI02622	PI	YAMAHA/T115 CRYPTONED	2014/2014	9C6KE1550E0029571	MARIA IZABEL DE SOUSA OLIVEIRA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
PIL1756	PI	HONDA/POP 110I	2015/2016	9C2JB0100GR009296	CAROLINE DE OLIVEIRA BENICIO	ADMINIST DE CONS NAC HONDA LTDA
PID9957	PI	YAMAHA/YBR125 FACTOR K	2014/2014	9C6KE1920E0009503	ANTONIO DA SILVA PEREIRA	BANCO YAMAHA MOTO DO BRASIL S/A
ODZ7257	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0053583	FABIO SOARES DA SILVA	BV FINANCEIRA S/A-CFI
OE9257	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0062294	EVERALDO DA SILVA SANTIAGO	BV FINANCEIRA S/A-CFI
ODW5587	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2011/2011	9C6KE1520B0060398	DIVINA MARIA DE MORAES REIS	BANCO PAN S/A
ODU0969	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0009685	FRANCISCO RODOLFO DOS SANTOS	BV FINANCEIRA S/A-CFI
NHY0310	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	2007/2008	9CDNF41LJ8M102603	ANTONIO RIBEIRO PAULINO	
NIQ3083	PI	HONDA/CG125 FAN KS	2010/2010	9C2JC4110AR670412	SILVANA DE OLIVEIRA SILVA	
NHX2807	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	2007/2007	9CDNF41AJ7M039000	ESMAEL FERREIRA DE ARAUJO NETO	
NIRO138	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2010/2011	9C6KE1520B0012670	CATIA MARIA FEITOSA DOS SANTOS	BANCO PAN S/A
OVY1053	PI	I/FORD RANGER XLT CD2 25	2014/2014	8AFAR22F4EJ211994	CAIO CESAR COELHO BORGES DE SOUSA	

Teresina (PI) 27 de março de 2017

Of. 127



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Helder Sousa Jacobina

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Rubens da Silva Pereira

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

**TALVEZ VOCÊ
NÃO SAIBA, MAS É
UM SALVA-VIDAS.**

**O SANGUE QUE VOCÊ DOA,
SALVA A VIDA DE ATÉ 4 PESSOAS.**

UM ESTADO QUE CRESCE JUNTO COM SUA GENTE